

Cristiane Indiará Vernes Miglioranza

O coronel e os prelos
Relações entre imprensa e poder em Passo Fundo

Passo Fundo, agosto de 2008

Cristiane Indiara Vernes Miglioranza

O coronel e os prelos:
relações entre imprensa e poder em Passo Fundo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Haroldo Loguercio Carvalho.

Passo Fundo

2008

M634c Miglioranza, Cristiane Indiará Vernes

O coronel e os prelos : relações entre imprensa e poder em Passo Fundo / Cristiane Indiará Vernes Miglioranza. – 2008.

128 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2008.

Orientação: Prof. Dr. Haroldo Loguercio Carvalho.

1. Annes, Gervásio. 2. Passo Fundo – História. 3. Imprensa política. 4. Relações de poder. I. Carvalho, Haroldo Loguercio, orientador. II. Título.

CDU 981.65

Catálogo: bibliotecária Daiane Citadin
Raupp - CRB 10/1637

Para aqueles que, de tão perto, fecharam seus olhos com meu sonho. Minha família, que proporcionou todo o suporte necessário para mais uma jornada.

Para aqueles que serviram de guias, amparo, suscitadores de dúvidas e poços de atenção. Meus mestres – em especial o professor Haroldo.

Para os que me conduziram pelo fio de Ariadne: funcionários de arquivos públicos e bibliotecas e o senhor Alceu Annes, pessoas que de várias formas iluminaram e indicaram o caminho.

Para os que o trilharam ao meu lado. Amigos e colegas, companhia para as incertezas, possibilidades e descobertas.

A todos, minha gratidão, mesmo que camuflada pela falta de palavras.

*Quase tudo o que sabemos de outrem é de segunda
mão. Quando um homem se confessa, ele defende
sua causa. Se o observarmos, veremos que não
está só: sua apologia está antecipadamente
preparada. Não me canso de comparar o homem
vestido ao homem nu.*

Marguerite Yourcenar

Resumo

Gervásio Annes foi um ator com vários papéis desempenhados concomitantemente: político, jornalista, advogado, comerciante. Acompanhar sua vida pública oferece um panorama ainda inexplorado das relações de poder em Passo Fundo e no estado e do uso de novos mecanismos – como a imprensa – para a consolidação de uma ideologia e de uma elite em uma posição preponderante. Imprensa esta que despontava em diversas cidades do Rio Grande do Sul, impulsionada pelo planejamento político do Partido Republicano Rio-Grandense. O republicanismo brasileiro – do qual se sobressaíram duas vertentes: a liberal e a de inspiração positivista – serve como pano de fundo para a análise regional e local da consolidação simbólica do castilhismo, tendo por amparo e como fomento as penas, prelos e páginas do jornal.

Palavras-chave: imprensa política, castilhismo, relações de poder.

Abstract

Gervásio Annes was a very versatile actor: he played, at the same time, the roles of the politician, journalist, lawyer, trader. To know his public life offers a not yet explored view of the Power net in Passo Fundo and in the state as well, besides the use of new mechanisms – like the press – in the consolidation of an ideology and an elite in a preponderant position. The press that was just born in several cities of Rio Grande do Sul, urged by the political planning of the local Republican Party (PRR). Otherwise, the brazilian republicanism – whit its slopes: the liberal and the one whit positivist inspiration – is the scene behind the regional and local analysis of the simbolic consolidation of the castilhism, supported and fed by the pens, press and pages of the newspapers.

Key words: political press, castilhism, Power relations.

Tabelas

Republicanos e federalistas em Porto Alegre, Cruz Alta e Passo Fundo de acordo com o alistamento eleitoral de 1905	83
Líderes republicanos em Passo Fundo (1889/1903)	102
Líderes federalistas em Passo Fundo (1889/1903)	103

Guia de Siglas

PC – Partido Conservador
PL – Partido Liberal
PR – Partido Republicano
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRC – Partido Republicano Constituinte
PRF – Partido Republicano Federalista
PRP – Partido Republicano Paulista
PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

Abreviaturas

AHM – Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria
AHR – Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo
CIGLA – Compêndio Ilustrado da Genealogia Lucas Annes
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMPRS – Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul

Sumário

INTRODUÇÃO	11
1. Ideologia e republicanismo:	
As <i>novas idéias</i> no Brasil e no Rio Grande	15
1.1 O positivismo importado: apropriações pontuais para uma questão nacional.....	17
1.1.2 Uma variante para o positivismo comtiano	22
1.1.3 Grêmios locais: os soldados do PRR	28
1.2 A utilização da imprensa	30
1.2.1 O Rio Grande e os prelos	39
1.3 Imprensa, construção e produção do simbólico	48
2. Republicanismo local, suporte estadual	52
2.1 Os cabecilhas	53
2.1.1 O Clube dos Tocos de Vela	56
2.1.2 Surge o PRR na vila: A primeira imprensa passo-fundense	59
2.2 Revolução Federalista: O jejum dos prelos	64
2.2.1 A guerra ideológica	70
2.3 Novo jornal, mesmos objetivos	72
2.3.1 Discursos, modelos e formas	74
2.3.2 O que sobrou para ser lido	79
3. A vivência do poder:	
Lideranças, alianças e barganhas	87
3.1 O coronel Gervásio: relações “para baixo”	88
3.1.1 A articulação da rede coronelística local	92
3.1.2 Cabo de guerra: Uma demonstração pontual de forças.....	99
3.2 Embates palacianos: relações “para cima”	104
3.3 Ecos ideológicos: A política, a imprensa, a prática e o senso comum.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
FONTES CONSULTADAS	121
BIBLIOGRAFIA	123

Introdução

Esta pesquisa foi motivada por algo que, certamente, faria com que ela fosse engavetada: a falta de fontes. A escassez de documentos relativos ao nascimento da imprensa em Passo Fundo – tema que tem me levado a questionamentos desde a faculdade de jornalismo – conduziu a uma metodologia alternativa de análise: na falta de amostragem maior de periódicos locais remanescentes, a solução encontrada foi o uso da biografia de seu mais importante jornalista, de líderes partidários de situação e de oposição e do estudo das relações políticas que sustentavam o jornalismo passo-fundense após a proclamação da República, casados aos poucos jornais encontrados.

Esse jornalista é Gervásio Lucas Annes, chefe do Partido Republicano local e homem de confiança de Júlio de Castilhos, assim como de seu sucessor, Borges de Medeiros. As relações políticas são as que fizeram com que os três jornais republicanos aqui surgidos no período entre abril de 1890 – quando foi fundado o *Echo da Verdade*, marco inicial da imprensa na cidade – e abril de 1917 – mês do falecimento de Gervásio –, seguissem os moldes de *A Federação*, na forma, conteúdo e objetivos.

Quando do final da graduação em Comunicação Social, com a elaboração da monografia, procurei explorar um pouco a temática “imprensa local”, mas em um recorte mais recente e menos abrangente, dada a natureza do trabalho. Analisando e comparando a história e o comportamento editorial/político dos jornais *O Nacional* (1925) e *Diário da Manhã* (1935) em relação à ocupação por parte do Movimento Campesino na Encruzilhada Natalino (Pontão – RS), o recorte foi o ano de 1981. Mas a análise histórica sugeriu que as linhas editoriais opostas remontavam de antes ainda do surgimento do primeiro jornal em Passo Fundo, *O Echo da Verdade*, em 1889.

Isso me levou a Passo Fundo da política imperial, do jornalismo republicano e dos embates bipolarizados da época. As questões que me perseguiram passaram a ser:

- 1 – Como surgiu a primeira imprensa passo-fundense?
- 2 – Por que tão pouco sobre sua história – e mesmo a escassa existência de exemplares – chegou até hoje?
- 3 – Qual o contexto histórico que levou à existência desta imprensa e fez com que tivesse os fins que teve: político, de cooptação e de combate à oposição ao PRR?

Já foi dito por memorialistas contemporâneos de Gervásio Annes que, em se tratando do primeiro jornal – *O Echo* –, já não era possível, no início do século XX, localizar a coleção dos exemplares feita pelos editores, jornais esses considerados “desaparecidos”. Da mesma forma, não se conseguiu encontrar evidências físicas de outras folhas do período, como os literários *Palco* e *A Violeta*, e do sucessor imediato do jornal oficial do PRR local, nomeado *17 de Junho*. Apenas alguns exemplares de *O Gaúcho* – sucessor do sucessor – foram encontrados no acervo do Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo¹.

No entanto, a menção freqüente desses jornais pela memória histórica local – bem como a detalhada descrição de suas linhas editoriais, grupo de colaboradores, tipografia e máquina em que eram impressos, e ainda sobre a forma de sua distribuição – pintou um quadro inspirador o suficiente para que fosse feita uma pesquisa mais apurada, que não somente buscasse sustentação apenas nas páginas perdidas, e sim em materiais, também de valor histórico, que dessem suporte para a elaboração de outras formas de explicar seu surgimento de forma situada em uma época e sua influência durante o seu *siglo*².

Para responder à pergunta “como surgiu a imprensa em Passo Fundo?”, ou melhor, à dúvida “por que tão pouco sobre a história dessa imprensa existe hoje?”, pensei em uma estrutura de três capítulos. Mas, antes de refletir sobre o sumário para este trabalho, tive que mergulhar fundo no período histórico em que se deu o surgimento desses “ecos jornalísticos”, buscando para eles uma contextualização que explicasse, de acordo com o nacional e o regional, o seu aparecimento da forma como se deu no local.

Para ambientar a época, no que toca ao material de fundamentação teórica, a escolha foi por autores da *Nova História Política*, como Jacques Julliard, Giovanni Levi, René Rêmond e Pierre Rosanvalon, por, no meu entendimento, proporcionarem um ponto de vista mais alargado sobre o *político*, não restrito e exclusivo ao administrativo, ao institucional e ao militar, além de e sugerirem a problematização da

¹Uma investigação mais abrangente envolvendo arquivos das cidades de Cruz Alta e Santa Maria resultou nula em relação aos jornais republicanos locais, mas possibilitou uma comparação entre as realidades do período. Neste sentido, a leitura de *A Federação*, entre os anos de 1890-1917, serviu de base e pano de fundo, uma vez que a participação de lideranças republicanas locais se fez muito presente pela publicação de telegramas enviados ao presidente do estado em seção especial. Além disso, em alguns exemplares, situações e fatos regionais recebiam destaque na forma de notícias e artigos de opinião.

² A opção pelo termo em espanhol se deu por ele abarcar, nesta língua, um conceito amplo e fechado, pertinente ao enfoque pretendido no trabalho: *siglo* no sentido de um tempo “redondo” dentro de um período, ou, ainda, um período de vida mundana.

fonte e uma reflexão sobre ela, com o uso de interdisciplinaridades e possibilidades de alternativas, como o jornal.

Sobre as fontes documentais, alternativas ou tradicionais: nos dois casos, pouco pôde ser encontrado – e isso tanto em arquivos públicos de cidades diversas quanto com a família Annes – restando, em muitos casos, a solução – e risco – da comparação com situações ligadas e de certa forma análogas, como foi feita com a análise de *A Federação* (1884) – jornal oficial do PRR copiado pelos jornais locais de acordo com os memorialistas de várias cidades gaúchas. Em *A Federação* também foi possível encontrar publicados telegramas enviados por lideranças locais, entre elas as de Passo Fundo, destinados ao governador Castilhos e ao seu sucessor Borges de Medeiros, e também algumas notícias de relevância locais.

Como recorte, defini o período entre 1889 – 1917: tempo entre a fundação, por Gervásio Annes e os republicanos, de *O Echo da Verdade*, primeiro jornal passo-fundense e pioneiro de três jornais locais do PRR, e a morte do político em 4 de abril de 1917 – e com ele da tendência paternalista no partido em âmbito local.

Por que a opção por um fio condutor biográfico?

A própria dificuldade em encontrar fontes – os “os jornais perdidos” – levou à opção da biografia enquanto apoio metodológico. Biografia nos moldes sugeridos por Giovanni Levi: levando em conta um indivíduo não descolado de um grupo, com interesse em um tipo de fontes diferente do habitual dada a situação, mas sempre tendo em vista a problematização, o cruzamento de dados e a análise, e não apenas uma narrativa.

A busca pelo contexto histórico levou ao *capítulo 1* – que além de conceitual, veio com a pretensão de responder a uma provocação do historiador da imprensa brasileira Nelson Sodré, que reclamou em sua História da imprensa no Brasil a pouca produção existente sobre a imprensa republicana. O casamento entre jornalismo e ideologia, na concepção do autor, ainda rende mais análises, sobretudo se feitas regionalmente e de forma a constituir um todo. Para tanto, além de lançar mão de trabalhos de historiadores do período, foram utilizadas concepções de teóricos da comunicação para explicar como a imprensa, quando investida de valor político, pode assumir uma feição de poder simbólico. Foram norteadores nessa parte do trabalho José Murilo de Carvalho, Celi Regina Pinto, John B. Thompson e Francisco Rüdiger.

Em um segundo momento (no *capítulo 2*), a intenção foi a de desenvolver uma linha de pensamento que perpassasse as condições para o surgimento dessa imprensa republicana aqui, tentando resgatar o surgimento do republicanismo na ainda vila de Passo Fundo, a dualidade política existente, o papel e influência do jornalismo no campo político e de que forma ele parece ter influenciado o agir político regional. O uso de conceitos elaborados por Cláudia Viscardi e Bárbara Weinstein, além do estudo analítico de A Federação, O Gaúcho e de biografias de líderes regionais foi de grande ajuda no preenchimento de lacunas pela falta de documentação mais específica.

O desfecho desse raciocínio foi programado para o *capítulo 3*, dando especial destaque para as relações de poder dentro do campo da política e suas irradiações para o campo jornalístico e para o senso comum de uma época.

Para tanto, foram de utilidade os conceitos como “coronelismo” – tal qual foi definido por Gunter Axt – e de estrutura de imprensa partidária baseada em um “patriarca” – de forma a contemplar uma análise weberiana. Ao abordar o binômio “imprensa e poder”, o objetivo foi o de elucidar a forma empregada em âmbito regional e quais as influências sofreu de uma tendência estadual ou mesmo nacional.

A intenção principal ao elaborar uma recomposição do passado como esta é, além de trazer a discussão sobre o jornalismo partidário na Primeira República para o âmbito regional, identificar suas similaridades com outros casos existentes no estado e no país, tratar da criação de mitos como a figura “paternal” de Gervásio Annes – personagem cuja biografia ainda permanece à espera de atenção (apenas o liberal/federalista Prestes Guimarães teve sua vida política reconstituída por Mariluci Ferreira) –, explicitar as relações de mando locais e fornecer um indicativo de como elas se refletiram de maneira bipolar até pouco tempo nos jornais locais.

Capítulo 1

Ideologia e republicanismo: as *novas idéias* no Brasil e no Rio Grande

O Império, em seus anos derradeiros, não atendia a contento aos interesses da principal elite brasileira na época: os fazendeiros de café do oeste paulista. Tampouco acompanhava com dinamicidade as transformações de ordem política, econômica e social pelas quais passava o país. A transição de mão-de-obra escrava para livre, a ascensão do café como carro-chefe da economia e o início da industrialização – impulsionada pela “prosperidade” da lavoura agro-exportadora – eram vistos com menos consideração por um sistema de governo conservador e centralista do que o gostaria aquela elite. Além disso, a Monarquia enfrentava crises políticas como as questões Religiosa e Militar³, além da causa abolicionista, desgastantes para o regime e suscitadoras de dúvidas em relação a sua eficácia e funcionalidade. Não tardou para que surgissem idéias de um novo sistema de governo, mais adequado à nova fase em que o Brasil estava ingressando.

A concepção da República como sistema alternativo para o país surgiu em meados do século XIX. A idéia transformou-se em movimento após a publicação do *Manifesto Republicano* pelo recém formado Partido Republicano Brasileiro (PRB) em 1870, e da Convenção de Itu de 1873 – quando foi fundado o Partido Republicano Paulista (PRP) –, e adquiriu, com a formação de clubes republicanos pelo país e com a incorporação dos militares à causa⁴, um caráter ideológico, baseado, principalmente, na doutrina positivista de Auguste Comte e no liberalismo norte-americano. Fernando

³ A “Questão Religiosa” se deu quando, em 1872, Dom Vidal, bispo de Olinda (PE), e Dom Macedo, bispo de Belém (PA), resolveram seguir as ordens do Papa Pio IX, não ratificadas pelo imperador, punindo religiosos ligados à Maçonaria. Igreja e governo, no Brasil, estavam interligados. D. Pedro II, influenciado pelos maçons, decidiu intervir na questão, solicitando aos bispos que suspendessem as punições. Estes se recusaram a obedecer ao imperador, sendo condenados a quatro anos de prisão. Já a “Questão Militar”, foi uma manifestação política dos militares em defesa de sua corporação e do direito de expressarem publicamente sua discordância com as autoridades civis e, por vezes, militares, e eclodiu em 1887. Os jovens oficiais foram atores de destaque. Estes mesmos oficiais entraram em contato com a ideologia positivista de Comte na Escola Militar, assim como com as idéias republicanas. Ver COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República** – momentos decisivos. 6ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

⁴ A aproximação entre republicanos civis e militares pode ser notada a partir de 1887. Um dos elos de união entre os dois segmentos sociais foi Quintino Bocaiúva, um dos redatores do Manifesto Republicano e depois presidente do Partido Republicano Brasileiro (PRB), que afirmou, no jornal *O Paiz*, que não poderia ser mudado o regime sem a presença do “botão amarelo”. Para ele, assim como para Júlio de Castilhos no RS, a força armada era garantia de vitória na instauração do novo regime. Ver CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas** – o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 28-48.

Henrique Cardoso⁵, fazendo uma ponte entre o surgimento da causa republicana e o engajamento dos militares, escreveu que, após um ano da publicação do Manifesto, ou seja, em 1871, Floriano Peixoto, marechal que viria a ser o primeiro vice-presidente e o segundo presidente da República, fundou o Instituto Militar, com o objetivo de defender os interesses da corporação.

Os ideais positivistas também encontraram guarida na jovem intelectualidade que se formava na Faculdade de Direito de São Paulo. Nesse caso, eles vinham preencher os anseios por uma política inovadora, mais científica, visando uma ação mais progressista. Esses bacharéis, inflamados pela nova causa, intensificaram a ação de um poder pouco utilizado na época como forma de propaganda e proselitismo: a imprensa. Através das páginas de periódicos partidários ao republicanismo – muitos deles estudantis – eles publicaram artigos difundindo a nova causa e também uma de suas ideologias-base – o positivismo –, críticas à Monarquia e à situação econômica, social e política no país.

A maior parte da bibliografia que trata tanto sobre o positivismo quanto sobre a República no Brasil não esmiúça a relação dos republicanos com a imprensa. É sabido que ela foi um meio muito eficiente de propagandear o novo regime e também de fazer ataques ao Império ou à “ameaça” de retorno dele logo após o 15 de novembro. Ainda é conhecido que os maiores republicanos nacionais foram homens de letras, muitos deles fortemente vinculados ao jornalismo. Nelson Sodré⁶, em obra sobre a história da imprensa brasileira, falando sobre a variante republicana, chamou de “lacuna na historiografia” a esparsa produção com esse enfoque. Ele lamentou a falta de reflexões mais aprofundadas sobre essa ligação, primordial para se entender o surgimento da imprensa em vários locais do país.

Para tentar preencher parte dessa lacuna e, ainda, trabalhar o papel da imprensa como canal de divulgação de ideologias, pretende-se neste capítulo analisar a relação entre os republicanos, os positivistas e os jornais, de forma a responder às seguintes questões: 1) como se deu a entrada da doutrina de Auguste Comte no país e como dela fizeram uso os defensores de um regime alternativo – sobretudo no Rio Grande do Sul, 2) de que forma foi construída a variante rio-grandense do positivismo, ou seja, o castilhismo, e; 3) qual a relação de propaganda/difusão via imprensa nos âmbitos

⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. *Dos governos militares a Prudente – Campos Sales*. In FAUSTO, Boris (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira** – O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). Tomo III, 1º vol. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1985.

⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 234.

nacional e estadual (visando, neste item, fazer um diálogo entre a história do período e o surgimento desses jornais). Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico, no que toca à produção disponível sobre a República, a imprensa e o positivismo em âmbitos nacional e estadual, e um estudo de biografias de republicanos adeptos das doutrinas do positivismo e do liberalismo que também exerceram o papel de jornalistas. O objetivo aqui foi mostrar que a imprensa, antes de cumprir sua função de agente civilizador, cuja neutralidade é esperada e até exigida – como o querem alguns teóricos –, seguiu um papel mais simples, onde a finalidade remonta ao invento de Gutenberg, ou seja, o de disseminar idéias em escala mais ampla, sem, por esse propósito, ser acusada de sectária e parcial e desqualificada enquanto jornalismo de valor.

1.1 O positivismo importado: apropriações pontuais para uma questão nacional

Para analisar o uso da imprensa em relação à difusão das idéias republicanas/positivistas e também da busca por simpatizantes e militantes, se faz oportuno esclarecer algumas questões sobre o termo “ideologia”. O conceito apareceu pela primeira vez em 1801, em obra que tinha como intento elaborar uma ciência da gênese das idéias. É de Marilena Chauí a informação sobre o surgimento, no início do século XIX, de *Eléments d’Ideologie*, trabalho de autoria de Destutt de Tracy, Cabanis, De Gérando e Volney, que lançaram uma teoria onde o surgimento da idéia – e dos ideais – seria um fenômeno natural que exprimiria a relação corpo humano/meio ambiente, de forma que o processo de elaboração passaria por “faculdades sensíveis”, responsáveis pela formação de todas as idéias. Seriam elas a *vontade*, a *razão*, a *percepção* e a *memória*, ligadas organicamente às ações intelectuais *querer*, *julgar*, *sentir e recordar*. O sentido dessa interação orgânico-intelectual poderia ser traduzido como atividade filosófico-científica, tomando como eixo a relação entre homem e meio ambiente⁷.

Auguste Comte foi ainda mais longe que de Tracy e seus colegas, desenvolvendo por concepção de ideologia o que se entende hoje, mais ou menos. Para Comte, em seu *Curso de Filosofia Positiva*⁸, o termo assumiria dois significados; um

⁷ Uma explicação mais detalhada sobre a história das ideologias pode ser encontrada em CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

⁸ COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva** – Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

deles próximo ao original, que o classificava como atividade filosófico-científica; e outro mais interessante para a abordagem desejada aqui. Neste segundo significado, *ideologia* passava a compreender, também, o conjunto de idéias de uma época, isso tanto como senso comum ou opinião geral, quanto como elaboração teórica de pensadores. O mesmo Comte elaborou a doutrina positivista que veio a inspirar parte dos republicanos brasileiros, os militares e aqueles em consonância com esse pensamento ideológico, como é o caso dos jovens bacharéis da Faculdade de Direito de São Paulo.

Em um nível mais analítico, é válida a percepção da conjuntura desenvolvida por John B. Tompson⁹ para explicar o surgimento das grandes ideologias. Para o teórico, a emergência do que ele classificou como “sistemas seculares de crenças” – as ideologias – aconteceu após o declínio da religião e da magia. As ideologias serviram, então, para mobilizar a ação política sem fazer referência ao sobrenatural:

O fim do século XVIII e começo do século XIX marcaram o começo da “era das ideologias” nesse sentido, como ficou expresso nas grandes revoluções políticas da França e da América e na proliferação das doutrinas políticas, ou dos “ismos”, desde o socialismo e o comunismo até o liberalismo, o conservadorismo e o nacionalismo¹⁰.

Assumindo, segundo sugeriu Thompson, que quando se emprega o termo *ideologia* o objetivo é fazer referência a sistemas de crenças isoladas ou a sistemas simbólicos que servem de agentes mobilizadores para movimentos políticos e/ou legitimadores de poder político nas sociedades modernas, é possível se definir o positivismo republicano como um positivismo *à gaúcha*, na medida em que a doutrina comtiana foi incorporada pelos republicanos sul-rio-grandenses e adaptada conforme suas necessidades na busca pelo poder.

É de Comte a idéia de construção de uma prática política voltada para a eficiência e moralidade do Estado. “Ordem e Progresso”, lema expresso na bandeira nacional, é um comprovante dessa influência. Esse símbolo nacional foi criado em 1889 – ano da proclamação da República – por Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos, com desenho de Décio Vilares. A base de inspiração foi a bandeira dos tempos do Império, mas a ela foi adicionada a divisa positivista, extraída de sua fórmula máxima:

⁹ Ver THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna** – Teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998b, páginas 106-141.

¹⁰ Idem, p. 109.

“o amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”. Entretanto, é interessante colocar ainda que, antes da influência do comtismo, os republicanos brasileiros, sobretudo os paulistas, foram classificados de *republicanos liberais*. Essa categorização se explica por sua inspiração no republicanismo norte-americano, onde a República assumia uma feição federativa, possibilitando que se deixasse de lado o centralismo monárquico local e se abrisse espaço para uma maior autonomia individual das províncias. Esses militantes defendiam a reforma eleitoral, a Igreja e a abolição. Isso veio a somar na adaptação concebida pelos gaúchos à doutrina de Comte.

Com o eixo principal da economia brasileira na época – o café – iniciando um surto de prosperidade e levando, com isso, à capitalização do setor agro-exportador e à transformação do cafeicultor em algo próximo ao burguês europeu, foi surgindo um contexto histórico-político-social que transformou a elite cafeeira. Esta passou a posicionar-se como progressista, imigracionista, abolicionista, e, por fim, republicana. Para Sandra Pesavento:

A idéia da República federativa exercia um grande fascínio sobre este grupo fortalecido economicamente. O federalismo correspondia às pretensões de maior autonomia das províncias e de um melhor encaminhamento aos problemas das economias regionais. Se esta foi uma motivação para os grupos oligárquicos das províncias aceitarem a idéia republicana, para os cafeicultores, a mudança do regime representava o meio para atingirem o controle da situação nacional¹¹.

Pesavento ainda discorreu sobre a associação da idéia de “democracia” – cuja apropriação pelos republicanos se deu, segundo ela, com o intuito de classificar uma “soberania popular” – à da República federativa. “Povo” seria o proprietário detentor do capital. O interesse deste “povo” tinha um caráter indubitavelmente progressista, visando uma melhoria na qualidade de vida. Este desejo foi, como se pôde compreender, uma porta de entrada para o positivismo no republicanismo brasileiro, primeiro no Exército, depois entre os jovens estudantes de Direito, sobretudo do Rio Grande do Sul.

O positivismo apareceu no Brasil por volta de 1840, e seu surgimento oficial como nova corrente filosófica em terras tupiniquins tem uma data: em 5 de setembro de

¹¹ PESAVENTO, Sandra Jatthy. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p. 13.

1844, para ascender de substituto à titular da cadeira de Fisiologia na Faculdade de Medicina da Bahia, Justiniano da Silva Gomes apresentou e sustentou tese intitulada *Plano e Método de um Curso de Fisiologia*, onde aludiu explicitamente a Auguste Comte, à Lei dos Três Estados e ao método positivo. Entretanto, o primeiro positivista a difundir a filosofia comtiana no país foi, segundo Mozart Soares¹², o médico carioca Luiz Pereira Barreto, formado em Bruxelas.

Engajado não apenas na medicina, sua profissão de formação, mas na política e no meio cultural, Barreto publicou em 1874, quatro anos após o *Manifesto Republicano*, o primeiro volume da obra *As três filosofias*, na qual ele tratava do teologismo ligado à doutrina positivista. Em 1876, saiu dos prelos o segundo volume, dedicado à filosofia metafísica. Além disso, vários artigos de difusão do positivismo foram escritos por ele e publicados na Europa em francês, inglês e alemão. Foi eleito pelo Partido Republicano Constituinte (PRC), em 1891, presidente da Assembléia Constituinte e presidente do Senado Estadual do Rio de Janeiro.

Contudo, mesmo com a chegada do positivismo ao Brasil datando de 1840, foi o final do século XIX que viu essa corrente filosófica infiltrar-se no discurso dos defensores do novo regime. Para Ricardo Pacheco¹³, assim como para outros pesquisadores do período, a porta de entrada para a ideologia positivista entre os ativistas da República se deu com o Exército e também no interior da Faculdade de Direito de São Paulo, que reunia elementos das elites de diferentes regiões do Império:

Entre os mestres da academia havia os defensores tanto do pensamento liberal como adeptos das doutrinas evolucionistas tão em voga no final do século XIX, como o positivismo, o darwinismo e o socialismo científico. Na Faculdade de Direito de São Paulo se desenvolveram duas práticas marcantes da futura organização partidária republicana (...): a organização de clubes políticos e debates através dos jornais doutrinários¹⁴.

Já entre os militares, o pensamento de Comte foi difundido pelo *Curso de Filosofia Positiva*. O positivismo também foi divulgado na academia militar por

¹² SOARES, Mozart Pereira. **O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte**. Porto Alegre: Editora da UFRGS e AGE Editora, 1998.

¹³ PACHECO, Ricardo de Aguiar. *Conservadorismo na tradição liberal: Movimento Republicano (1870-1889)*. In BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coords.); PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (dirs.) **Coleção História do Rio Grande do Sul**. Vol. 2 – Império. Passo Fundo: Méritos, 2006.

¹⁴ Idem, p. 144.

Benjamin Constant. Mestre da Escola Militar, Constant se rendeu à doutrina em 1857, levado às idéias de Comte pelos estudos matemáticos¹⁵.

O positivismo era uma doutrina que encontrava recepção no pensamento dos acadêmicos e dos republicanos porque, depois de sua apropriação e articulação com elementos de outras correntes de pensamento, também funcionava como um código. Ou seja, a partir de suas definições, foi possível pensar um projeto de modernização do estado e comunicá-lo de forma eficiente e com propriedade a diversos setores da sociedade. Comte definiu a República, em sua obra *Discurso sobre o Espírito Positivo*, como “programa universal, antes sentimental do que racional, do verdadeiro futuro social”¹⁶.

Outra vantagem do positivismo em relação ao apoio público visado pelos republicanos foi ressaltada por Sandra Pesavento¹⁷. Segundo ela, para as camadas médias urbanas, o positivismo oferecia um padrão de moralidade política e austeridade dos governos, necessidades que estavam se tornando um desejo no seio da sociedade. Em consonância, encontra-se em Sérgio da Costa Franco a relação entre a aceitação do positivismo por parte da intelectualidade brasileira da época, que viria a ser a grande difusora da ideologia, e as transformações pelas quais passava o país:

As concepções políticas do positivismo, que na França, onde surgiram, tinham conteúdo nitidamente reacionário, no Brasil, como em outros países subdesenvolvidos, não deixaram de atuar num sentido progressista. É mister compreender que, na Europa, onde o socialismo já avançava, falar-se do governo de um ditador republicano, fiscalizado por uma câmara de industriais, era algo inaceitável para as grandes massas do proletariado e da pequena burguesia, que procuravam fazer-se ouvir nos parlamentos e influenciar na composição dos governos. Ideologia tipicamente burguesa, reformista, dogmática, de brônzeos postulados morais, o positivismo continha os ingredientes necessários para seduzir a intelectualidade inconformada de um país semifeudal que recém acordava para a civilização industrial, como era o Brasil de 1880¹⁸.

Ou seja: quando de seu surgimento, na Europa oitocentista, o positivismo foi uma corrente ideológica de justificação do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa, tendo a ordem burguesa como elemento a se conservar, o progresso

¹⁵ SOARES, 1998, Op.cit., p. 94.

¹⁶ COMTE, Auguste. **Discurso sobre o Espírito Positivo**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 114.

¹⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

¹⁸FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 1988, p.14.

econômico por fim e também como continuidade da ordem. O Brasil, que estava entrando mais tarde nessa fase de desenvolvimento, incorporou como sendo de vanguarda uma tese que, no Velho Mundo, já nascera obsoleta de certa forma. O mérito dos intelectuais locais residiria, então, em adaptá-la às suas necessidades imediatas de modificação do regime e de condução dos negócios de governo dali para frente.

Para o positivismo, a etapa final do progresso humano seria o advento de uma fase positiva ou científica, onde a razão e a ciência consistiriam nos fios condutores ao mesmo tempo em que desempenhariam papel de carro-chefe. Nesta fase vindoura, o comando da sociedade ficaria a cargo dos detentores do conhecimento científico, ou, ainda, na asserção de Comte, “a política seria um direito dos sábios e sua aplicação uma tarefa de técnicos ou administradores competentes”. Uma proposta de República com governo autoritário e centralizado, com o poder nas mãos de uma elite dirigente, visando o crescimento de economias regionais, portanto.

1.1.2 Uma variante para o positivismo comtiano

Em terras gaúchas, a adaptação do positivismo em prol da causa republicana e de uma nova forma de governar pode ser chamada de *castilhismo*¹⁹. Seu idealizador, Júlio Prates de Castilhos, nasceu em 1860 em uma fazenda nas proximidades do município de Santa Maria, onde se localiza atualmente um município com seu nome. Ligado às letras desde a escola, participou, enquanto freqüentou o Colégio Gomes, em Porto Alegre, do grêmio literário do estabelecimento.

A capital gaúcha, em meados de 1870, fornecia uma base cultural favorável à formação ideológica positivista. Adicione-se a isso a militância republicana de forte apelo para os estudantes, praticada por Francisco Xavier da Cunha no semanário liberal *A Democracia*, com a colaboração de Apeles Porto Alegre e de seu irmão Apolinário, entre outros. O abolicionismo era causa que também encontrava no estado muitos adeptos, existindo sociedades emancipadoras em diversos municípios. Essas entidades

¹⁹ Segundo Vélez Rodríguez, o Brasil foi terreno para duas versões do positivismo: o “positivismo ilustrado”, que correspondeu fielmente à ideologia sistematizada por Auguste Comte, e a alternativa de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, o “castilhismo”. “Essa última foi a versão da ideologia política de inspiração positivista que prevaleceu, cujas repercussões se fazem sentir ainda hoje”. Para mais ver RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *O castilhismo e as outras ideologias*. In BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coords.); RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dirs.) **Coleção História do Rio Grande do Sul**. Vol. 3 – República – República Velha (1889-1930). Tomo I. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 60; e **Castilhismo: uma filosofia da República**. Brasília: Senado Federal, 2000.

promoviam a alforria de escravos – sobretudo mulheres e crianças – com o dinheiro arrecadado entre seus sócios, sócios estes que, ao entrarem na sociedade, alforriavam seus próprios escravos se os tivessem.

Castilhos entrou para a Faculdade de Direito de São Paulo em 1877. Nesta academia fervilhavam as novas ideologias, entre elas o positivismo, bem como era de grande atuação a imprensa estudantil, a tal ponto que Nelson Sodré chegou a afirmar que “assim era São Paulo: valia pelos estudantes”²⁰. O futuro advogado participou ativamente dessa imprensa, redigindo para *A Evolução*, entre outros periódicos. Júlio de Castilhos colou grau de bacharel em Direito na turma de 1881, aos 21 anos de idade. Em 1880 dirigiu o jornal *A República*, na capital paulista.

A adaptação do positivismo importado, o castilhismo, começou a ser elaborada nessa época. Para Franco, a forma de apropriação da ideologia se deu de forma pontual, ou seja, a maioria de seus adeptos no Brasil não se deixou influenciar pelo conjunto de dogmas e normas formuladas por Comte – que concebeu o Apostolado e a Igreja Positivista:

Talvez mais que nos domínios da política, o positivismo se revelou fecundo no terreno da cultura intelectual brasileira por haver aberto caminhos a estudos científicos antes desprezados. (...) O chamado “espírito positivo”, alheio aos preconceitos metafísicos, era o traço materialista das concepções de Comte e abriu novos horizontes aos intelectuais que o assimilaram²¹.

Assim, se explica como Castilhos, que, da mesma forma que Benjamin Constant, nunca foi considerado pelo Apostolado Positivista do Brasil como um ortodoxo, concebeu, inspirado em Comte, uma ideologia voltada para a gestão da política e do poder. Nas palavras de Celi Regina Pinto²², a ideologia de Comte deu ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) – do qual Castilhos era chefe – subsídios para a criação de um estado autoritário e para a reprodução do partido no poder, ao mesmo tempo. Em termos de ideologia, o partido tinha um lema, que era “Centralização–Desmembramento. Descentralização–Unidade”. Esse lema foi adotado das diretrizes do Manifesto Republicano de 1870 – uma divisa com bases liberais, por conseguinte – e incorporado à proposta de governo autoritário comtiana.

²⁰ SODRÉ, 1999, Op.cit., p. 197.

²¹ FRANCO, 1988, Op.cit. p.19.

²² PINTO, Celi Regina J. **Positivismo** – um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986.

No início de sua caminhada, o PRR teve de articular um meio próprio para arregimentar forças de apoio, uma vez que não contava com as oligarquias tradicionais como o Partido Liberal (PL) – o órgão republicano congregava jovens profissionais liberais, estudantes, integrantes das classes médias urbanas, industriais, comerciantes e pequenos proprietários da região norte do Rio Grande do Sul frente à tradicional elite estancieira da região da campanha das fileiras liberais. A partir da ideologia, Castilhos e seus correligionários foram construindo no pós-Império a imagem do PRR como sendo equivalente à República, ou seja, o partido como mantenedor da ordem e alavancador do progresso. Uma ameaça ao PRR seria uma ameaça ao regime republicano como um todo. Assim, positivismo, castilhismo e republicanismo se mixaram em um único elemento, o Partido Republicano Rio-Grandense.

Se os republicanos gaúchos, ao endossar o Manifesto de 1870, adotaram o federalismo como princípio, apresentaram, desde sua convenção de 1882, a primeira do PRR, uma feição positivista, adotando o lema comtiano “Ordem e Progresso”. Ao realizarem seu primeiro congresso no ano seguinte, já apontavam para a necessidade de criação de um jornal partidário para fins de divulgação e proselitismo, o que se realizou com a fundação de *A Federação*, em 1884.

No segundo congresso republicano, realizado em 1884, foram lançadas as *Bases do Programa dos Candidatos Republicanos*, onde ficou definida como primordial “a transformação das províncias atuais em estados autônomos e confederados, tendo em vista a manutenção da unidade política nacional pelos meios mais positivos e adequados às condições do povo brasileiro”²³. O texto foi redigido por Castilhos e por Demétrio Ribeiro, que, juntamente com Ramiro Barcellos, eram os expoentes do positivismo dentro do partido. O documento indicava como “meios mais positivos”: 1) a existência de um poder legislativo central; bem como, 2) de um tribunal superior de justiça; 3) de um exército e uma armada nacionais; 4) uma ajuda proporcional de todos os estados para as despesas nacionais; 5) um plano geral de viação com o objetivo de atender a três frentes: a defesa do território nacional, desenvolvimento industrial do país e facilitar as relações interiores; e, 6) bases fundamentais para o regime civil comuns a todos os brasileiros.

²³ Para conferir o texto integral, ver FRANCO, 1988, Op.cit., p. 30-31.

Ainda havia a recomendação de como os candidatos deveriam proceder em relação ao regime corrente, ou seja, a Monarquia, aconselhando a eliminação desta, mas não de forma revolucionária, e sim seguindo um programa prático e de imediata aplicação, que teria como alicerces as descentralizações provincial e municipal, visando, no primeiro caso, a eletividade dos presidentes e a perfeita separação da economia do estado em relação ao centro; e, no segundo, objetivando dar aos municípios mais autonomia para que pudessem resolver soberanamente sobre rendas, posturas e obras. Esse item deixava claro que deveria haver separação entre a deliberação e a execução, de responsabilidade dos presidentes das câmaras.

No campo das reformas políticas, as bases explicitavam: 1) a extinção do Poder Moderador (que cabia ao imperador) e do Conselho de Estado; 2) transitoriedade do Senado; 3) alargamento do voto; 4) liberdade de associação e de culto; 5) liberdade de comércio e indústria – e aqui havia uma ressalva: os privilégios de invenção e outros aconselhados pelo interesse público, bem como a garantia de juros a empresas de utilidade, que seria estabelecida de acordo com a lei geral a respeito, ficariam de fora; 6) responsabilidade efetiva dos ministros e demais agentes da administração; e, por fim 7) liberdade de ensino, mas com o dever político de dar sustentação intelectual para o cumprimento do dever social. O documento trouxe também referência a outras reformas, como o casamento civil obrigatório e o registro de óbitos e nascimentos.

Com relação à abolição, há um item extenso explicando que:

Para resolução do problema entende o Congresso que o melhor alvitre a tomar é entregar quanto antes, por disposição da lei geral, às províncias, plenos poderes para obrar cada uma como entender [assim como se posicionavam os republicanos paulistas]. Quanto à nossa Província, a abolição deve ser imediata e pronta, desde que a nossa assembléia receba os poderes necessários para legislar sobre o assunto²⁴.

No caso da imigração, o partido assumia posição contra a iniciativa oficial e defendia o preparo de leis que visassem o incentivo de imigração espontânea.

Dentro da funcionalidade do positivismo, as finanças deveriam ser conduzidas de modo a realizar a supressão “de todas as despesas de caráter improdutivo, não se negando, portanto, a concessão de garantias de juros, aplicada sob a imediata e rigorosa fiscalização do Governo, no desenvolvimento das fontes reais de produção”. O esforço

²⁴ FRANCO, 1988, Op.cit., p. 31.

maior, entretanto, seria voltado para a redução das taxas correntes. Existindo a necessidade da criação de mais impostos, os candidatos do PRR se comprometiam a adequá-los à doutrina do partido, que sobre este assunto tinha uma posição favorável ao contribuinte, considerando “o imposto direto como o verdadeiro eqüitativo e o único capaz de desafiar a fiscalização do contribuinte, sustentando a criação do imposto territorial e a eliminação possível de impostos indiretos”²⁵.

Era, além disso, para os candidatos e membros do partido, prioritário encarar a questão dos transportes, assim como eliminar os privilégios. Igualmente era objetivo dos republicanos do PRR desenvolver as forças produtivas sul-rio-grandenses de forma que todos os setores da economia fossem atendidos, e não apenas aqueles ligados à pecuária. Ou ainda, como sintetizou Pesavento:

Frente a uma política econômica voltada preferencialmente para a pecuária, o PRR oferecia um projeto de desenvolvimento global da economia; frente a um governo com uma nítida postura de classe, ofereciam uma aliança mais ampla entre os setores detentores de capital, na qual os pecuaristas fossem um dos elementos do acerto; finalmente, ante um Estado monárquico patrimonial, marcado pela política dos favores e dos benefícios, onde o público e o privado se confundiam, através de regime de concessões, apresentavam um Estado burguês, que devia assegurar a liberdade de competição entre os produtores²⁶.

Entretanto, os entendimentos nacionais e estaduais muitas vezes batiam de frente, se não eram conflitantes. Enquanto o PRR sustentava localmente uma posição federativa, visando a autonomia da região, os paulistas preferiam um uso mais suave do termo “federação”, onde a União – ou os detentores do poder central – teria respaldo para manipular os estados em favor de seus interesses. Frente a isso, o PRR assumia uma máscara de concordância, mas mantinha em casa proposta de gestão autoritária e centralizada na pessoa do governante da província. Neste ponto, os gaúchos não destoavam do plano dos militares para a República. Com a proclamação desta, os executores das medidas governamentais e mediadores dos conflitos – como se auto-definiam os militares – se viram em crises com os civis, que tinham uma visão mais liberal do que deveria ser o novo regime. E o PRR, cuja opção era a de manter a aliança com o Exército, além de enfrentar os interesses da elite paulista, tinha que estar atento

²⁵ FRANCO, 1988, Op.cit., p.32.

²⁶ PESAVENTO, 1983, Op.cit., p. 58.

aos ex-liberais, depois federalistas, e aos dissidentes do próprio PRR. Vale ressaltar que o sectarismo dos castilhistas deixava claro que estava contra quem não era a favor.

Ainda, o liberalismo era visto com certa alergia pelos positivistas gaúchos. Para uma economia operacional, era necessária a direção dos possuidores do “espírito positivo”. A idéia do progresso econômico dependia de um plano de desenvolvimento das forças produtivas, encabeçado pelo estado.

No caso do PRR, havia a proposta de uma nova forma de articulação entre o estado e a sociedade, onde uma elite partidária representaria os interesses do capital agrário, industrial, comercial e financeiro. Mesmo assumindo publicamente e para efeitos conciliatórios que ao governo caberia comportar-se com neutralidade em relação às diversas classes sociais, frações de classe e grupos de sociedade, os positivistas viam com naturalidade a coexistência de ricos e pobres. Se, no campo econômico, o estado não deveria se manifestar em forma de privilégios específicos, intervindo apenas quando as questões econômicas se tornavam sociais, é sabido que o PRR, quando no poder, agiu diferentemente. Conforme Pedro Fonseca, os governistas do partido:

(...) tentavam direcionar a economia estadual segundo um plano específico que, por certo, privilegiava alguns setores sociais ou regiões do Rio Grande, prejudicando a outros, sobre a concessão de crédito o governo tinha posição definida. Esta era claramente um benefício a um grupo em particular e, portanto, negada²⁷.

Nada poderia sair do controle dos “detentores do saber científico”. Muito menos a economia, que deveria seguir almejando o progresso, mas sem abalar a ordem social. E o liberalismo, como ideologia política, era identificado pelo partido com o caos, anarquia e preconceito. O caos seria a total liberdade econômica, a anarquia consistiria na total liberdade individual e o preconceito dizia respeito à oposição dos liberais ao dogma e à intervenção estatal excessiva. Ora, o castilhismo era uma filosofia política que, tendo o positivismo como inspiração, substituía a idéia liberal do equilíbrio entre as diferentes ordens de interesses como elemento fundamental na organização da sociedade, o *laissez faire*, pela idéia de moralização dos indivíduos através da tutela do estado.²⁸

²⁷ FONSECA, Pedro C. Dutra. **RS: Economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 96.

²⁸ Esta explicação pode ser encontrada na obra de Ricardo Vélez Rodrigues **Castilhismo: uma filosofia da República**. Brasília: Senado Federal, 2000.

Ricardo Vélez Rodríguez estabeleceu uma teoria sobre a apropriação feita pelo PRR do positivismo de Comte. Segundo ele, o castilhismo se diferenciava tanto do comtismo quanto do positivismo *tout-court* por se tratar de uma filosofia política atuante, e não apenas uma idéia:

Em síntese, o castilhismo diferencia-se do comtismo em virtude de destacar incisivamente a presença dominante do estado nos diferentes campos da vida social, ao mesmo tempo em que era criada toda uma infra-estrutura econômica, política e jurídica para perpetuar tal estado de coisas. O castilhismo mostrou-se mais decididamente totalitário que o comtismo²⁹.

Amparado por uma ideologia forte e clara, para viabilizar sua plataforma e estratégia de escalada rumo ao poder, o partido deu vida especial a um mecanismo desenvolvido pelos demais PRs: os clubes republicanos.

1.1.3 Grêmios locais: os soldados do PRR

A fundação do Partido Republicano Rio-Grandense, em Porto Alegre, data de 23 de fevereiro de 1882. Dois anos antes, bacharéis vindos da Faculdade de Direito de São Paulo chegaram ao estado trazendo os ideais republicanos. Castilhos voltou para a província após sua formatura, em 1881. Às vésperas da proclamação, em 1889, todos os municípios gaúchos já haviam montado seu clube republicano.

O núcleo central do partido era composto por jovens bacharéis provenientes de faculdades do centro do país, bem como por uma ala do Partido Liberal desencantada com o regime, novas classes médias urbanas e pequenos proprietários rurais de origem imigrante, sobretudo italiana. Ainda não se pode deixar de citar a existência de uma sólida ligação com o Exército, onde o ideário positivista tinha uma grande penetração.

Em relação à organização do PRR enquanto partido político-ideológico, é válido ressaltar a inovação dos republicanos locais na forma de constituírem suas bases. Os pensadores do partido elaboraram um esquema de pirâmide que muito ajudou na consolidação e reprodução deste no poder. Segundo Ricardo Pacheco:

O PRR constituiu-se como um partido de tipo moderno bastante avançado para o modelo de organização partidária do Império. Era composto de instâncias de mediação entre sua base social e a direção

²⁹ RODRÍGUEZ, 2007, Op.cit., p. 74.

do partido. Ao mesmo tempo, organizou e disciplinou a ação de seus membros. Foi desde o começo um instrumento de ação política capaz de fazer com que a pequena expressão numérica dos republicanos da província tivesse maior impacto social³⁰.

Esse esquema inseriu a organização, nos moldes dos outros PRs do país, de clubes republicanos. Estas entidades não eram senão ligas onde se reuniam, em cada município, partidários e simpatizantes da causa, e que tinham como objetivo disseminar a propaganda republicana e informar a executiva sobre a situação política, econômica e social de sua área de abrangência.

O primeiro Clube Republicano Rio-Grandense foi fundado em 1876 em Palmeira das Missões, seguido por Porto Alegre (1878) e São Borja (1881). Em Passo Fundo, um agrupamento com os propósitos de defender a causa republicana surgiu informalmente em 1870, tendo como nome *Clube dos Tocos de Vela*. Os *tocos* não estavam ligados a nenhum partido ou ideologia-mestre, mas defendiam a República como regime alternativo ao Império. Apenas em 1889 a cidade passou a contar com agremiação com *status* de clube republicano nos moldes do que se via no resto do estado. Em São Paulo já existia, no final do século XIX, o Clube 20 de Setembro, que congregava estudantes gaúchos com a finalidade de debater aspectos históricos e sociais relativos ao Rio Grande.

O segundo passo na difusão da ideologia do partido foi a elaboração de um projeto de imprensa partidária, concretizado em 1884 com o jornal *A Federação*, fato que será abordado com mais acuidade no seguimento deste capítulo.

A tática dos republicanos gaúchos era a conspiração, aliada à austeridade ideológica. A estratégia era a intensa mobilização no sentido de difundir a causa e a ideologia que lhe dava suporte, e cooptar e aliciar adeptos.

Dessa forma, o PRR, a partir de sua composição em diversas instâncias de mediação entre a base social e a direção do partido, organizou e disciplinou a ação de seus integrantes, fazendo com que seu número reduzido alcançasse maior nível de sucesso e impacto. Os sucessivos congressos tinham como função definir suas estratégias e linhas de pensamento dentro de uma província predominantemente liberal. Mesmo os momentos de crise estavam previstos, havendo um comitê especialmente nomeado para o seu gerenciamento.

³⁰ PACHECO, 2006, Op.cit., p.149.

1.2 A utilização da imprensa

O resgate histórico da imprensa republicana no Brasil e no Rio Grande do Sul será feito *pari passu* ao relato dos acontecimentos do período. Será analisado o surgimento desta imprensa ainda em meados do século XIX, seu papel na divulgação dos ideais republicanos e, mais especialmente no caso gaúcho, positivistas/castilhistas. A ação da imprensa, em âmbito nacional, será observada até 1889, ano da proclamação da República no Brasil.

Francisco Rüdiger³¹ conceituou como imprensa político-partidária aquela que age como veículo de formação doutrinária da opinião pública, cuja responsabilidade e modelo a ser seguido varia de partido para partido. Para o teórico, este viés jornalístico desenvolveu, em meados do século XX, a concepção de que o papel dos jornais partidários seria essencialmente opinativo, com a finalidade de veicular organizadamente a doutrina e opinião dos partidos na sociedade civil.

No caso da imprensa republicana, segundo Mozart Soares³², em obra sobre os 200 anos do positivismo no Brasil, o primeiro jornal que circulou no país com a divisa positivista “Ordem e Progresso” foi editado no Maranhão em 1860. Era órgão de uma liga curiosa, formada por dois lados antagônicos: liberais e conservadores. O título era exatamente a máxima da doutrina. Para ele, existem duas hipóteses para a escolha do nome: uma baseada na revista parisiense *El Eco Hispano Americano*, editada por um discípulo de Comte – o espanhol dom José Segundo Flores – que trazia na capa a diretriz. Como outra possibilidade, ele citou a sugestão de Joaquim Serra, um colaborador do *Ordem e Progresso*, que se inspirou para apadrinhar a criança após ter tido contato, entre 1853 e 1857, na Escola Militar do Rio de Janeiro, com a obra *Sistema de Política Positiva*.

Ainda é Soares quem informa que, a partir daí, estabeleceu-se a propaganda positivista de forma permanente, com Francisco Antônio Brandão Júnior, colega de Luiz Pereira Barreto na Universidade de Bruxelas. Brandão Júnior foi autor de *A Escravatura do Brasil e a Agricultura e Colonização no Maranhão*, considerada a primeira aplicação das idéias sociais de Comte à realidade brasileira.

³¹ RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993, p. 25.

³² SOARES, 1998, Op.cit., p. 110.

Porém, data de uma década antes a fundação de um jornal dedicado a difundir os ideais de um novo regime, mesmo que sem o viés ideológico do positivismo. Conforme o historiador da imprensa brasileira Nelson Sodré³³, nascia em 1850 *O Apóstolo*. Fundado por Domingos Soares Ferreira Pena, foi provavelmente o primeiro jornal republicano de Minas Gerais e do Brasil, e se posicionava a favor do federalismo.

Nos anos 1850-1860, o país viu a extinção do tráfico negreiro³⁴, o aceleração da industrialização e a guerra contra Oribe, no Uruguai, e Rosas, na Argentina, pela preservação do controle sobre os mercados platinos – interesse que apeteceu também à Inglaterra. Na década de 60 foi a vez da guerra contra o Paraguai, que foi o maior e mais sangrento conflito armado internacional ocorrido no continente americano e estendeu-se de dezembro de 1864 a março de 1870³⁵. Uma crise atrás da outra abalavam os alicerces do Império.

José Murilo de Carvalho³⁶, ao se referir à organização em clubes e sua influência direta na imprensa partidária, salientou que um grupo de liberais considerados radicais editava desde 1866 o *Opinião Liberal*, órgão que, após 1868, depois da criação de um Clube Radical (o precursor das agremiações republicanas), passou a publicar jornais como o *Correio Nacional*, no Rio, e o *Radical Paulistano*, em São Paulo. Esse grupo era formado majoritariamente por uma nova geração de bacharéis. Além do casamento imprensa/doutrinação, foi desenvolvido um método interessante de proselitismo: palestras públicas chamadas de “Conferências Radicais”, sendo realizadas na capital imperial, em São Paulo e no Recife:

A lista de reformas desse grupo era extensa, incluindo a abolição do Poder Moderador, do Conselho de Estado, do Senado vitalício e da escravidão, bem como a introdução da eleição direta, até mesmo dos presidentes de província. Foi a proposta de reforma mais radical apresentada durante o Segundo Reinado³⁷.

³³ SODRÉ, 1999, Op.cit., p. 185.

³⁴ Lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro de 1850.

³⁵ Durante os cinco anos de lutas na também chamada Guerra da Tríplice Aliança, as despesas do Império brasileiro chegaram ao dobro de sua receita, provocando uma crise financeira. A escravidão passou a ser questionada, pois os escravos que lutaram pelo Brasil permaneceram escravos. O Exército passou a ser uma força nova e expressiva dentro da vida nacional, transformando-se numa instituição forte que, com a guerra, ganhara tradições e coesão interna e representaria um papel significativo no desenvolvimento posterior da história do país. Além disso, houve a formação de um inquietante espírito corporativista no Exército, sobre o qual fala CARDOSO, 1985, Op. cit.

³⁶ CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

³⁷ CARVALHO, idem, p. 127.

Mas foi em 1870, através das páginas de *A República*, órgão do Partido Republicano Brasileiro (PRB), que a definição para o novo regime veio a público, baseada no modelo liberal norte-americano. O jornal, que começou a circular na Corte em 3 de dezembro daquele ano, foi o veículo de divulgação do *Manifesto Republicano*, que teve como um de seus redatores Quintino Bocaiúva. Bocaiúva foi um dos primeiros integrantes do diretório do PRB, juntamente com Lafaiete Rodrigues Pereira, Salvador de Mendonça, Saldanha Marinho e Aristides Lobo. De acordo com Sodré:

A República começa circulando como “propriedade do Clube Republicano”, passando depois a “órgão do Partido Republicano”; em sua primeira fase, de 3 de dezembro de 1870 a 4 de outubro de 1871, aparecia três vezes por semana, às terças, quintas e sábados, sem redatores declarados, que são, realmente, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo e Manuel Vieira Ferreira, que escrevem quase todo o jornal. O financiador era Luís Barbosa da Silva. *A República* passou a diário, a partir de 1º de setembro de 1871, chegando a tirar 1.000 exemplares, índice avultado, para a época³⁸.

Em sua linha editorial, *A República* defendeu a idéia do monumento a Tiradentes, pregou a separação entre a Igreja e o Estado, combateu o castigo corporal nas forças armadas e defendeu a federação. Tal posicionamento fez com que a sede da redação, localizada Rua do Ouvidor, entre as ruas Gonçalves Dias e Uruguaiana, fosse atacada três anos depois, em 27 de fevereiro, e o jornal empastelado. No entanto, a moda vingou, pois, de 1870 a 1872, surgiram no país mais de vinte jornais republicanos, inexpressivos se comparados ao de Bocaiúva, sem falar em folhas dedicadas a debater e divulgar a nova alternativa de regime.

Quintino Bocaiúva, na época da publicação do Manifesto, havia recentemente regressado de uma viagem aos Estados Unidos, Argentina e Paraguai, e recebeu o apoio para a empreitada da publicação de algumas figuras de importância na vida política do tempo, entre elas o ex-presidente de Minas e São Paulo e ex-deputado por Pernambuco Joaquim Saldanha Marinho e o ex-deputado por Alagoas Aristides Lobo³⁹. O texto iniciava explicando de forma geopolítica que a natureza do Brasil era ser federalista, pois:

³⁸ SODRÉ, 1999, Op.cit., p. 212.

³⁹ Para visualizar a lista completa de signatários do *Manifesto Republicano* de 3 de dezembro de 1870, os interessados podem acessar o site <http://www.webhistoria.com.br/manifrepub.html>

(...) antes ainda da idéia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topografia do nosso território, as zonas diversas em que ele se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície do nosso território⁴⁰.

O Império foi acusado de ganancioso e de encontrar no centralismo uma segurança para o medo de dividir o poder entre “vassalos diletos ou preferidos”, como nos tempos coloniais. Vassalos que, segundo o Manifesto, pela própria natureza da divisão, enfraqueciam o centro com rivalidades e conflitos. Os autores foram adiante, caracterizando como “enfeudamento” o governo da Corte para as províncias:

A idéia democrática representada pela primeira Constituinte brasileira tentou, é certo, dar ao princípio federativo todo o desenvolvimento que ele comportava e de que carecia o país para poder marchar e progredir. Mas a dissolução da Assembléia Nacional, sufocando as aspirações democráticas, cerceou o princípio, desnaturou-o, e a carta outorgada em 1824, mantendo o *status quo* da divisão territorial, ampliou a esfera da centralização pela dependência em que colocou as províncias e seus administradores do poder intruso e absorvente, chave do sistema, que abafou todos os respiradouros da liberdade, enfeudando as províncias à corte, à sede do único poder soberano que sobreviveu à ruína da democracia.

No decorrer do documento, o lançamento do lema que foi também adotado pelo PRR: “Centralização-Desmembramento. Descentralização-Unidade”. Esta era a fórmula indicada pelos signatários para caracterizar os dois regimes – o vigente e o desejado. A Monarquia, através de um governo centralizador, promovia a divisão das províncias em relação ao centro, desmembrando o todo. O contrário se daria com a República, que, a partir da federação, veria as províncias, transmutadas em estados, caminhando para uma unidade nacional. Ainda constava uma referência ao federalismo norte-americano, com a frase “somos da América e queremos ser americanos”, uma clara censura à forma de governo brasileira, comparada com a França de Napoleão III, classificado como usurpador e oportunista. O Brasil foi chamado, em outras palavras e de forma pejorativa, de ilha:

Perante a Europa passamos por ser uma democracia monárquica que não inspira simpatia nem provoca adesão. Perante a América

⁴⁰ *Manifesto Republicano.*

passamos por ser uma democracia monarquizada, aonde o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano. Em tais condições pode o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo. O nosso esforço dirige-se a suprimir este estado de coisas, pondo-nos em contato fraternal com todos os povos, e em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte.

O Manifesto reiterou que a forma corrente de governo, a Monarquia, era, em sua essência e prática, “antinômica e hostil” ao direito e interesses dos estados americanos, sendo a República federativa, com a soberania popular, a única forma de remediar esse atraso.

A divulgação do *Manifesto Republicano* coincidiu com a intensificação da campanha abolicionista. A Lei do Ventre Livre foi aprovada em 28 de setembro de 1871. Daquela data em diante, nasciam libertos os filhos de mulher escrava (denominados “ingênuos”), que permaneciam com a mãe até os oito anos de idade. O senhor poderia utilizar os serviços do ingênuo até os 21 anos, pagando-lhe salário, a menos que preferisse libertá-lo e receber a indenização oferecida pelo governo.

Além de não conseguir deter a campanha abolicionista, o governo imperial envolveu-se numa séria desavença com a Igreja Católica, conhecida como Questão Religiosa (1872-1875), a qual contribuiu para desgastar mais ainda as bases de sustentação do regime monárquico. A São Paulo de 1875 fervilhava com os acontecimento pós-ventre livre. Conforme Sodré, “os fazendeiros temiam o futuro, as idéias republicanas ganhavam adeptos em todas as áreas, realizara-se a Convenção de Itu, o abolicionismo alastrava-se”⁴¹.

Nove anos depois da Lei do Ventre Livre, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão e a Associação Central Emancipacionista, fundadas em 1880 no Rio de Janeiro, passaram a coordenar a propaganda contra a escravidão através da imprensa, de reuniões e conferências. Destacaram-se nessa campanha os jornalistas negros Luís Gama e José do Patrocínio, o poeta Antônio de Castro Alves, o engenheiro André Rebouças e o parlamentar Joaquim Nabuco.

A causa abolicionista também conquistou adeptos nos círculos militares, onde já se havia difundido a filosofia positivista por iniciativa de Benjamin Constant, através do *Curso de Filosofia Positiva* de Comte. A recusa do Exército em perseguir os escravos

⁴¹ SODRÉ, 1999, Op.cit., p.225.

que fugiam das fazendas – muitas vezes com a ajuda da ala mais radical dos abolicionistas – deu origem a questões militares.

Nesse ambiente carregado, ressurgiu o pasquim⁴². Ainda que não alcançado o mesmo êxito da época da Regência e aparecendo aqui e ali, o que fez com que este renascimento não pudesse nem mesmo ser classificado como a retomada de um movimento dentro do jornalismo, o fazer jornal debochado, cheio de pilhérias, pseudônimos, caricaturas e ofensas nominais foi aliado aos interesses abolicionistas e republicanos. Veio com os objetivos da “imprensa séria” de debater, pôr em dúvida, analisar e combater. E, na mira do combate, estavam o pretense caráter sagrado da escravidão, da Monarquia e do latifúndio.

A imprensa retomava a linha que a engrandecera nos tempos da Regência, saindo da aparente asserção em que se encontrava. O jornalismo de cunho republicano vislumbrava o progresso, ou pelo menos o incentivava através da crítica ferrenha ao escravismo, considerado inteiramente obsoleto e um obstáculo ao desenvolvimento material e cultural do país. Também se ocupava em apresentar formas de destruição da Monarquia, que era classificada como a roupagem institucional daquele obstáculo. Suas lutas o classificariam como abolicionista e republicano, mas, sobretudo, político, e detentor dos melhores jornais e dos melhores jornalistas. Sodré classifica essa fase política da imprensa como de linguagem violentíssima, onde todas as questões assumiam aspectos pessoais, sendo preciso atingir às pessoas para chegar aos tão desejados fins moralizantes.

Em 1870, finda a guerra do Paraguai, o país novamente viu os conservadores assumirem os postos mais significativos, enquanto o imperador, então com 45 anos, apresentava uma aparência cansada, em grande parte atribuída ao diabetes. A guerra agravara as divergências políticas. Os liberais queriam a reforma da Constituição e, em 1870, surgiu o Partido Republicano Brasileiro.

José Antônio Pimenta Bueno, futuro marquês de São Vicente, presidia o Conselho de Ministros, e considerou inconveniente o exercício de cargos públicos por republicanos, ao que D. Pedro II teria respondido que "o país que se governe como entender e dê razão a quem tiver. Ora, se os brasileiros não me quiserem como

⁴² Tinham característica panfletária, eram efêmeros e traziam uma linguagem violenta e agressiva. Seu objetivo era dar voz às facções políticas do período da Regência – liberais e conservadores –, que se digladiavam através de seus respectivos pasquins.

imperador, irei ser professor"⁴³. Mas a afirmação, no entanto, não queria dizer que o imperador não estivesse ao menos preocupado com a possibilidade. D. Pedro II influía pessoalmente nas indicações para o Conselho de Estado e para o Senado, indo contra, e com freqüência, às intenções partidárias. O imperador fez uso várias vezes do Poder Moderador, que na Carta outorgada por seu pai, Pedro I, em 1824, constituía o monarca como um árbitro dotado de poderes como a escolha dos senadores vitalícios a partir de uma lista tríplice e o direito de dissolver a Câmara Baixa.

Desde o final da década de 1840 o Brasil apresentava um regime parlamentarista de governo, que contribuiu para a liberalização das instituições, mesmo com o imperador tomando por si algumas vezes decisão de mudar o partido que governava. Sobre as eleições, as coisas também eram conduzidas de forma a fazer funcionar a orquestra no poder: para dar maioria ao novo gabinete, além de envolverem parte muito pequena da população, eram marcadas por fraudes sistemáticas. Com o pleno desempenho das funções do Legislativo assegurado, estava assegurada à imprensa a inteira liberdade de expressão, pois Pedro II se considerava um homem de cultura, de letras, sendo natural que pensasse que, para fluírem, às opiniões cabia certa liberdade. Muitas vezes foi criticado por conceder liberdade excessiva à imprensa e não tolher seus “exageros”.

Em determinado momento, ou seja, a partir da década de 1870, a Monarquia entrou em conflito com os elementos mais conservadores da sociedade – a aristocracia rural, formada pelos senhores de escravos, o Exército Imperial e a Igreja Católica. As dificuldades da economia, agravadas com os gastos decorrentes da Guerra do Paraguai e, principalmente, a abolição da escravidão colocaram a aristocracia rural contra o imperador. O Exército, por seu lado, buscava maior autonomia e estava bastante influenciado pelas idéias positivistas e republicanas.

Quanto à Questão Religiosa, D. Pedro deu todo seu apoio à Maçonaria, personificada pelo visconde de Rio Branco. Carvalho ressaltou que a decisão pró-maçonaria se deve a dois fatores: a convicção do imperador em relação às leis do Império, das quais não aceitava violação, e sua posição de preservador do poder civil, que não poderia ser desrespeitado, bem como do mesmo modo a vontade do chefe de Estado. Era natural que não aceitasse afrontas vindas da Igreja, uma vez que não as

⁴³ Esta citação foi retirada da biografia de Dom Pedro II escrita por CARVALHO, 2007, Op.cit., 129.

aceitaria nem mesmo dos militares. Aqui reaparece a chama do pasquinismo, com caricaturas e textos inflamados:

Durante o conflito com os bispos, os caricaturistas formaram um temível batalhão anticlerical. Foram impiedosos na crítica à Igreja, ao papa, aos bispos e a todo o clero. Cinco se destacaram nessa campanha feroz. Quatro eram estrangeiros: o alemão Henrique Fleiuss, da *Semana Ilustrada*; os italianos Ângelo Agostini, do *Mosquito*, depois da *Revista Ilustrada*, e Borgomainerio, da *Vida Fluminense*; e o português Bordalo Pinheiro, também do *Mosquito*. Ajuntava-se ao grupo o brasileiro Cândido de Faria, do *Mephistópholes*. À exceção de Fleiuss, todos eram republicanos⁴⁴.

Em questão de simpatias, a roda da fortuna costuma girar com freqüência, e, assim, não demorou para o imperador cair nas más graças da imprensa. Se antes, por seu posicionamento convicto, mereceu apoio dos jornalistas e caricaturistas – período que foi considerado como um dos únicos em que houve aproximação entre o monarca e a intelectualidade crítica da capital, composta, sobretudo, por republicanos e maçons –, depois, com a substituição de Rio Branco pelo “carola” Caxias na presidência do Conselho de Ministros, fato que se sucedeu em 1875, e a anistia dos bispos presos durante a Questão Religiosa, com a suspensão dos interditos relativos ao caso, os jornalistas voltaram-se contra D. Pedro II, Caxias e seus ministros. Querendo conciliar interesses pessoais e políticos (sua próxima viagem à Europa e a necessidade de preencher o quadro ministerial), o imperador foi considerado vítima de afobação e erro estratégico, o que fez com que as caricaturas que se sucederam à troca de 1875 o retratassem como fraco e alheio em relação à política. Sua alienação no conduzir dos negócios de governo seguiu-se no gabinete Ouro Preto, empossado em 7 de junho de 1889.

Após a abolição, realizada durante o ministério conservador de João Alfredo e sob a regência da princesa Isabel, a troca de regime, sob Ouro Preto, tomou vulto. Ainda sendo este último chefe do Conselho de Ministros um forte monarquista, que via no esvaziamento da proposta republicana a saída para a Monarquia, que poderia por si só realizar, e de melhor forma, as “reformas democráticas” de descentralização política, as pressões sociais do momento, encabeçadas pela imprensa, levaram ao desfecho republicano. E isso não sem a mão do Exército, como bem explicam estudiosos do período.

⁴⁴ CARVALHO, 2007, Op.cit., p. 155.

A estratégia dos republicanos civis era esperar pela morte do monarca, que, na hipótese positivista-ortodoxa, ainda poderia ser destituído como tal e empossado como ditador republicano devido à sua conhecida simpatia por esta forma de governo. No caso de ser isso inviável, a alternativa era impedir o Terceiro Reinado sob Isabel. Com o adiantamento do marechal Deodoro, houve surpresa geral, inclusive entre os republicanos civis. A República, na visão de Deodoro, era o desfecho para a Questão Militar, e a proclamação, ato estritamente corporativo e militar. A Bocaiúva, visto como porta-voz dos republicanos históricos, e a Constant, representante dos positivistas, coube apoiarem-no e preparar um projeto para o futuro, como bem explicou José Murilo de Carvalho:

Se a república dos deodoristas resumia-se à salvação do Exército, a república da vertente Benjamin Constant queria a salvação da pátria. Ela absorvia do positivismo uma visão integrada da história, uma interpretação do passado e do presente e uma projeção do futuro. Incorporava, ainda, uma tendência messiânica, a convicção do papel missionário que cabia aos positivistas, tanto militares quanto civis. (...) Quintino Bocaiúva representava em 1889 a propaganda republicana inaugurada com algum estardalhaço pelo Manifesto de 1870, redigido em grande parte por ele. Em maio de 1889, durante o Congresso Republicano Federal realizado em São Paulo, Quintino fora eleito chefe do Partido Republicano Brasileiro, posição que lhe dava representação dos republicanos paulistas e de outras províncias. Por essa razão, embora houvesse divergência dentro do partido quanto aos métodos a serem empregados para a mudança do regime, a 15 de novembro ele representava todos os propagandistas civis⁴⁵.

Apesar da boa imagem feita pela população sobre figura do imperador, Pedro II foi deposto com o golpe de 15 de novembro de 1889, do qual fez parte o marechal Deodoro da Fonseca, que seria o primeiro presidente da República brasileira, Quintino Bocaiúva, presidente do PRB, e Benjamin Constant, pilar do positivismo brasileiro. Seguiu, então, para o exílio na Europa.

O autoritarismo de Deodoro, que não compartilhava a visão da ala positivista do Exército, encabeçada por Benjamin Constant, acabou levando-o à queda. Instalada em 15 de novembro de 1890 a Constituinte na República brasileira e eleito Deodoro presidente do país em 25 de fevereiro de 1891, uma nova crise se configurou quando o marechal fechou o Congresso em 3 de novembro daquele ano. Com a reação dos civis, da imprensa e de alguns militares, renunciou, não sem grande rumor, assumindo seu

⁴⁵ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas** – o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 42-48.

vice, Floriano Peixoto, vinte dias depois. Aqui cabe explicar porque a divisão dentro do Exército em relação à República - havia a ala deodorista e a positivista. Deodoristas eram:

(...)sobretudo, os oficiais superiores que tinham lutado na guerra contra o Paraguai. Eram os inúmeros parentes que cercavam o marechal, irmãos e sobrinhos, um dos quais lhe abriu os portões do Quartel-General a 15 de novembro. Eram os jovens oficiais que fizeram a mobilização das tropas de São Cristóvão, o 1º e o 2º Regimento de Artilharia, e a Escola Superior de Guerra⁴⁶.

Segundo Carvalho, esse grupo não tinha visão elaborada do novo sistema de governo, buscando no golpe posição de maior prestígio e poder que, segundo pensavam, tinha direito o Exército após o esforço de guerra contra o Paraguai.

Já os positivistas, discípulos de Benjamin Constant na Academia Militar, traziam em sua crença um paradoxo, mas que por eles foi, de certa forma, contornado. Mesmo o positivismo sendo contra o militarismo, estes militares, para conciliar sua formação com a doutrina que ansiavam abraçar, criaram um espírito corporativo que os tornava cidadãos primeiro e oficiais depois. Para eles, o progresso pela ciência e através da ditadura era uma proposta viável. Sendo eles detentores do conhecimento técnico necessário para a ascensão à “fase positiva” de Comte, teriam legitimidade frente à elite civil de formação literária.

Os jornais da época demonstravam a luta pela paternidade da República entre deodoristas, positivistas e republicanos históricos. Cada representante destas vertentes tinha seu órgão simpático, sendo que Bocaiúva teve especial preponderância por tratar-se de jornalista consagrado e influente no mundo literário.

1.2.1 O Rio Grande e os prelos

No caso do Rio Grande do Sul, o jornal liberal *A Reforma* marcou o início da relação entre política e imprensa. Segundo Rüdiger⁴⁷, foi a publicação que assinalou o surgimento do jornalismo político-partidário no estado, em 1869.

(...) apresentou-se ao público como folha doutrinária, estabelecendo que “não dará publicidade a escritos que, embora não ofendam as

⁴⁶ CARVALHO, 1990, Op.cit., p.38.

⁴⁷ RÜDIGER, 1993, Op. cit., p. 29.

regras que indica (dignidade, verdade, decência) tratem de interesses ou questões pessoais”⁴⁸.

A Reforma teve montagem e organização de Gaspar da Silveira Martins, que utilizou o veículo para dar forma e voz ao Partido Liberal. Chegaram a ser impressas tiragens de 20 mil exemplares, com distribuições muitas vezes gratuitas em todo o estado. Durante a República, a folha foi de vital importância para a articulação do Partido Federalista, sob a chefia do mesmo Silveira Martins.

A situação política da província em 1870-1880 se afigurava desta maneira: de um lado os liberais, mais numerosos, e de outro os pouco-expressivos conservadores. O elemento republicano era raro, mas existia. O próprio *Reforma*, veículo de linha liberal, veiculava em suas páginas artigos defendendo um novo regime. Casos de jornais conservadores concedendo espaço aos ideais republicanos também foram encontrados na historiografia.

O passo-fundense Antonino Xavier e Oliveira⁴⁹ fornece um deles, ao registrar que Francisco Prestes, considerado o primeiro republicano da então vila⁵⁰ de Passo Fundo, teve publicada em 14 de setembro de 1881, no jornal *O Conservador* de Porto Alegre, uma carta política declarando-se como tal e defendendo a República. Era manifestação isolada do que se via no centro do país, não tendo pendência nem para o federalismo liberal norte-americano nem para a moralização e instrumentalização do estado positivista. O que se pode concluir é que, pela memória farrapa da luta pela República, um tanto mitificada, ambos os lados da moeda não se recusavam a ceder um bocadinho de espaço a um ideário que, ademais, mesmo já tendo causado muita controvérsia na província durante a Revolução Farroupilha, ainda vivia no imaginário. Além do que, a opinião geral sobre tais crenças era a de considerá-las inócuas, de possível frugalidade, capricho de saudosistas e da mocidade. O mesmo Francisco Prestes foi muito ridicularizado por seus conterrâneos, minimizado e desapareceu dos olhos dos memorialistas cinco anos adiante na linha do tempo.

⁴⁸ RÜDIGER, 1993, Op. cit., p. 29. Passagem retirada pelo autor do editorial de *A Reforma*, na data de 16 de julho de 1869.

⁴⁹ OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. **Annaes do Município de Passo Fundo** – Aspecto Histórico. Vol. 2. Coord. por Marília Mattos e outros. Passo Fundo: Gráfica e Editora da Universidade de Passo Fundo, 1990 b, p. 393.

⁵⁰ Passo Fundo, na época, era denominada “vila”. A elevação à categoria de cidade deu-se em 10 de abril de 1891, data de aniversário do coronel Gervásio Lucas Annes. Conforme o cronista Antonino Xavier, a elevação foi assinada pelo então presidente do estado, Fernando Abbot, no ato de número 258, e teve tal data como marco de forma a prestar reconhecimento ao coronel Gervásio, que para isso tanto havia pleiteado. Ver OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. **Annaes do Município de Passo Fundo** – Cultural. Vol. 3. Passo Fundo: Gráfica e Editora da Universidade de Passo Fundo, 1990 c, p. 229.

O Rio Grande do Sul até então havia sido um estado de tradição liberal. Prova disso foi o período de 1873-1877, quando o presidente da província era conservador, o domínio na Corte era do Partido Conservador, e a maioria da Assembléia Legislativa provincial era do PL. Mas o tempo de oposição não durou muito. Já no ano seguinte, 1878, com a ascensão dos liberais ao poder no Brasil, seu domínio em solo gaúcho se tornou inconteste. Data deste ano a morte do general Osório, vindo Gaspar da Silveira Martins a chefiar o partido em âmbito estadual. A década de 1880 marcou a troca de posição do PL rio-grandense: de atacante crítico da ordem a defensor das instituições monárquicas.

Em relação à imprensa, ainda em 1869, *A Reforma* iniciou uma grande campanha de aliciamento na província, utilizando como chamariz o prestígio adquirido pelos chefes liberais durante a Guerra do Paraguai. Faz-se conveniente informar que os liberais se declaravam herdeiros das “tradições gloriosas de 1835”, ou seja, do ideal farrapo. Assim, propunham reformas de cunho político ao regime, como a que visava conceder maior autonomia às províncias via descentralização administrativa, no entanto, sem as pretensões separatistas de antes. Em 78, já consolidados no poder, os liberais viraram a casaca e passaram a agir mais de acordo com os desígnios da Corte e do governo centralista. De oposição passaram a advogados da situação vigente.

Nesse contexto, analisar a conjuntura dessa fase da imprensa rio-grandense é importante. Na época, os jornais já tinham maior alcance no estado, pois o desenvolvimento agrícola e comercial que se verificou após 1860 permitiu que a zona colonial comandasse um processo de crescimento, o que levou a um aumento demográfico e à geração de riquezas, que serviram de base para a modernização da sociedade e para a industrialização. Segundo Rüdiger:

O ciclo favoreceu naturalmente o desenvolvimento da imprensa. Os jornais foram aos poucos perdendo o caráter artesanal e passando à fase da manufatura, baseada na tecnologia da máquina a vapor, com conseqüente melhoria na qualidade gráfica. As tiragens aumentaram e muito, passando à média de dois mil exemplares, e o próprio formato adquiriu as dimensões do moderno jornal *standard*. Os serviços de correio e a melhoria nas estradas permitiram por sua vez uma distribuição maior e mais eficiente dos jornais. Porém, o jornalismo continuou sendo uma atividade precária. Os leitores eram limitados pela falta de escolarização, pelo baixo poder aquisitivo e pelo próprio sistema escravista vigente até 1888. A montagem de uma tipografia e

o lançamento de um periódico não era difícil, mas o custo de manutenção das publicações era relativamente alto⁵¹.

Uma mostra dessa expansão pode ser percebida no aumento do número de jornais publicados. Em 1850, havia nove folhas registradas no estado, passando a 22 em 1875. Em 1884, ano de fundação de *A Federação*, a quantidade de jornais publicados no Rio Grande do Sul chegou a 56⁵². Estes jornais não saíam dos prelos visando o lucro como aconteceu após a consolidação da imprensa-empresa no século XX, mas à doutrinação política da opinião pública. Um dos partidos que mais soube se utilizar da imprensa como instrumento de proselitismo foi o PRR.

No caso do Rio Grande do Sul, a formação do Partido Republicano não seu deu a partir do elemento liberal como nas outras províncias. O ideal republicano foi introduzido no estado pelos recém-formados bacharéis vindos de São Paulo, por conservadores descontentes com a política imperial então defendida pelos liberais e por outro tanto de dissidentes do PL. Segundo Pesavento:

Se comparado com o Partido Liberal, o novo partido realizou um alargamento social da sua base política. Preocupou-se em incorporar setores do colonato italiano, e cooptar aqueles elementos egressos do complexo colonial que enriqueciam: comerciantes e industriais. Por outro lado, o PRR foi capaz de realizar uma união vantajosa com o exército. O positivismo, adotado como ideologia pelo novo grupo dirigente gaúcho, veio conferir uma feição “sui generis” à República Velha rio-grandense, oferecendo, além disso, uma série de respostas aos problemas gaúchos⁵³.

Seguindo a linha imprensa/doutrinação que se observou no resto do país, o Rio Grande do Sul viu surgir, além de *A Federação*, porta-voz oficial do PRR, jornais como o *Diário Popular*, em Pelotas; *A Fronteira (1895-1916)*, publicado em diversas cidades daquela região; *O Dever*, que circulou em Bagé de 1907 a 1937; o *Echo da Verdade* (Passo Fundo 1890-92) e *O Gaúcho*, também passo-fundense, circulando de 1899 a 1920, para citar alguns. Todos traziam na capa a divisa “Orgam do Partido Republicano”.

⁵¹ RÜDIGER, 1993, Op.cit., p. 36.

⁵² Dados coletados por RÜDIGER, idem, p. 27, em diversas fontes, que incluem anuários e estatísticas de órgãos oficiais.

⁵³ PESAVENTO, 1997, Op.cit., p. 66.

Ao se falar de imprensa republicana no Rio Grande do Sul, não se pode deixar de remeter à *Federação*. O jornal surgiu em 1884 com um propósito claro, o de ampliar a base social do PRR e de divulgar seu ideário, bem como manifestar oposição ao regime e ao partido no governo, o PL. A idéia para a composição de um órgão partidário remonta ainda a 1881, quando nas reuniões do Clube Republicano de Porto Alegre, do qual Júlio de Castilhos fazia parte, os republicanos da província pensaram em como fazer valer a iniciativa no estado. No entanto, Castilhos, que seria o seu grande idealizador, só começou a obter prestígio nas mais altas esferas do partido em 1883, quando, por sua experiência progressa no jornalismo, foi escolhido para dirigir a folha. No entanto, ele recusou o cargo, sendo escolhido então Venâncio Aires. Segundo Sérgio Franco:

Conquanto não houvesse aceitado o encargo de dirigir o jornal, Júlio de Castilhos não se furtou de colaborar em suas colunas desde os primeiros dias, iniciando uma das fases mais brilhantes de sua vida, aquela em que pôs sua magnífica inspiração de jornalista a serviço da propaganda republicana, da abolição da escravatura e da demolição sistemática das instituições monárquicas⁵⁴.

Em 1884, o partido ainda era uma pequena agremiação que não contava com deputados provinciais, tendo elegido alguns poucos vereadores municipais e recebido a adesão de outros tantos. Além de *A Federação*, recebia apoio de mais alguns periódicos do interior. Quando Júlio de Castilhos finalmente aceitou o cargo de diretor do órgão oficial do PRR, a folha assumiu uma linha mais combativa. Neste sentido é válida a descrição da competência do chefe do PRR enquanto homem de jornal e de, inclusive, inovador no campo da divulgação do simbólico feita por Rüdiger:

Castilhos, orador medíocre, mas especialista no manejo da pena, criou novas concepções jornalísticas, principalmente o conceito prático de que a imprensa não precisa limitar-se a registrar os acontecimentos políticos, pois que pode modificar seu curso⁵⁵.

Em 1888, o jornal foi o apoiador de uma manifestação inusitada de um vereador de São Borja. Aparício Mariense, representante do PRR naquela câmara, foi autor de uma moção que repercutiu em nível nacional: aprovada em 11 de janeiro daquele ano, ela sugeria que fosse realizado um plebiscito para a sucessão do trono no caso de Pedro

⁵⁴ FRANCO, 1988, Op. cit., p. 28.

⁵⁵ RÜDIGER, 1993, Op. cit., p. 31.

II, então na Europa, falecer. Para tanto, teria de haver no mesmo a representação das assembleias municipais e municipalidades. Aderiram as câmaras de São Francisco de Assis e de Dores de Camaquã. O governo, como era de se esperar, principalmente pelo posicionamento cauteloso do Conselho de Ministros em relação ao republicanismo, suspendeu os vereadores envolvidos e mandou processá-los criminalmente.

No ano seguinte, em 7 de junho, assumia na capital imperial o Gabinete Ouro Preto, do Partido Liberal. O fato gerou mais agitação republicana, ainda mais quando o gabinete despachou como presidente para Rio Grande do Sul Gaspar da Silveira Martins, conhecido como “o papão da província”. Após o jejum conservador, os liberais subiram ao poder dispostos a eliminar os adversários, fossem conservadores ou republicanos, para isso realizando a costumeira derrubada de funcionários no exercício de cargos públicos, tradicional a cada mudança de ventos na Corte. O corte, dessa vez, atingiu proporções inéditas. Mesmo servidores em cargos mais inexpressivos foram exonerados.

A situação levou a uma reviravolta no Partido Conservador gaúcho. Ressentidos contra a Monarquia, a qual acusavam de ter se servido do ministro João Alfredo apenas para viabilizar a Lei Áurea e, assim, esvaziar o partido, os conservadores optaram por anuir aos ideais republicanos via adesão ao PRR. Mesmo Francisco da Silva Tavares, considerado um líder conservador por excelência, viu na atitude da Coroa, e dos liberais, o motivo para mudar. Data de 8 de julho, um mês e um dia após a posse do gabinete e também de Silveira Martins, um manifesto seu publicado nas páginas de *A Federação*. No texto, afirmava que o país estava fora do regime legal, sendo dirigido por um gabinete saído “dos reposteiros do paço de Isabel”⁵⁶. Ele, como líder da oposição, afirmou que não se sujeitaria a tal estado de coisas.

Outros líderes do PC no estado, no dia imediato à publicação, manifestaram a Tavares sua simpatia e apoio, entre eles todos os Silva Tavares de Bagé; José Gabriel da Silva Lima, de Cruz Alta; Gervásio Lucas Annes e todos os demais Annes, de Passo Fundo; e o cel. Evaristo do Amaral, de Palmeira das Missões. Ramiro Barcellos, outra figura importante no jornalismo partidário rio-grandense, fez seu ataque através do humor ferino que lhe era característico via *Federação*, considerando o pró-consulado de Silveira Martins como um instrumento servil do Terceiro Reinado. Os liberais eram taxados de áulicos e cortesãos da princesa, o que, em outros tempos, escandalizaria até o

⁵⁶ FRANCO, 1988, Op. cit., p. 56.

mais singelo correligionário do PL. Até o 15 de novembro, a posição do jornal seria a de alfinetar o presidente da província e, assim, atingir também a sede do regime.

O jornalismo, então, se consolidou como instrumento de poder político no estado. Muitos tipógrafos eram membros ou chefes dos partidos que representavam nos prelos. Conforme Rüdiger, o papel dos jornais era decisivo nos períodos de campanha eleitoral⁵⁷, quando se constituíam, ao mesmo tempo, para superar as dificuldades de comunicação e manter a unidade do partido. A cada pleito, o estado via a multiplicação de folhas em circulação, sendo a distribuição muitas vezes de forma gratuita. No entanto, as “folhas de ocasião”, como se optou por chamar esta vertente dentro do jornalismo político gaúcho, desapareciam após a corrida às urnas.

Com o golpe de 15 de novembro de 1889 pegando a todos de surpresa, inclusive os republicanos, Castilhos, já à frente do partido, não chegou nem a convocar a executiva para tomar uma decisão sobre como andaria o Rio Grande a partir da notícia inesperada. Ele pediu que até a ocasião senador do Império marechal José Antônio Corrêa da Câmara, o visconde de Pelotas, comparecesse à sede de *A Federação*. Considerado o general mais prestigioso da província por seu desempenho no Combate de Aquidabã, durante a guerra contra o Paraguai, Pelotas envolvera-se, nos últimos anos da Monarquia, com a Questão Militar, da qual o jornal republicano foi um dos protagonistas no terreno da imprensa. O envolvimento custou-lhe o afastamento de seus companheiros políticos do PL. A alternativa do visconde, tendo em vista também seu espírito corporativo, foi aproximar-se dos republicanos.

Ao convocar o marquês de Pelotas, Castilhos tinha em mente que, uma vez que ele aderisse definitivamente ao movimento, o apoio militar da província ao PRR estaria assegurado. Com esse objetivo, o chefe do partido, acompanhado por outro membro da executiva, Ramiro Barcellos, ofereceu-lhe o governo do Rio Grande do Sul. Aceita a proposição, o próprio Castilhos, que para si e para os mais próximos admitira a presidência de Pelotas como um artifício para fazer testa de ferro, assumiu como secretário do governo estadual. Silveira Martins, deposto, partiu para exílio na Europa.

A mudança de regime trouxe em seu bojo modificações também para a imprensa gaúcha, ainda mais se levando em conta o caráter autoritário dos castilhistas. Conforme Ricardo Pacheco:

⁵⁷ RÜDIGER, 1993, Op.cit., p. 33.

(...) os jornalistas, acostumados ao clima de significativa liberdade de expressão, típico do 2º Reinado, tiveram de se adaptar ao regime de força que caracterizou os primeiros anos republicanos, com forte cerceamento à liberdade de imprensa, através de rigorosa legislação, ferrenha censura, fiscalização policial e constantes ameaças⁵⁸.

A censura policial às redações começou a se tornar uma prática freqüente, mesmo quando da época da ascensão da dissidência republicana ao governo do estado, após a queda de Deodoro. Durante o chamado “governicho”⁵⁹, que durou de 12 de novembro de 1891 a 17 de junho de 1892, muitos jornais republicanos-históricos sofreram interrupções e mesmo até violências, as mesmas que infligiram os castilhistas antes aos adversários. Em se tratando de censura castilhista pré e pós-*governicho*, o próprio *A Reforma*, após a mudança de regime órgão do Partido Federalista, se viu obrigado a suspender sua publicação devido à pressão policial. A folha retomou suas atividades em 1896, após a Revolução Federalista, passando a ser itinerante em 1904, quando começou a ser publicada em Rio Grande, seguindo, em 1906, para Pelotas e retornando a Porto Alegre em 1911, sendo finalmente suspensa no ano seguinte. Outro jornal que enfrentou a fúria dos castilhistas foi *O Correio da Serra*, de Santa Maria, atacado duas vezes, um caso de censura vertical do governo com a adição da impunidade coronelística local. No período de auge do domínio republicano, há registros de assaltos e destruições de oito jornais no estado. Rüdiger considera que “os atentados violentos constituíam excessos interioranos, provocados pelas reminiscências patriarcais da política local”⁶⁰.

Com o retorno de Castilhos em 17 de junho de 1892, *A Federação* passou a ser órgão oficial do governo do estado. A volta do chefe republicano seu deu após angariar o apoio do Exército nacional como um todo, e, por conseqüência, do novo presidente militar do Brasil, o marechal Floriano Peixoto. Floriano pensava ser inviável a alternativa das propostas federalistas, o que foi um ponto a favor de Castilhos. Ora, os federalistas acentuavam o conteúdo da república parlamentarista, enquanto o PRR defendia o governo autoritário de cunho positivista. Enquanto os republicanos

⁵⁸ PACHECO, 2006, Op.cit., p. 363.

⁵⁹ Data de 1891 a formação do Partido Republicano Federal no estado. Composto por republicanos dissidentes, ex-liberais e ex-conservadores, concorreu com o PRR para a Constituinte estadual, sem, entretanto, conseguir eleger seus deputados. Em novembro de 1891, foi a oposição gaúcha, liderada por Joca Tavares, que depôs Júlio de Castilhos, anulando a Constituição de 14 de julho e fazendo cair os governos municipais. Iniciou-se o período chamado “governicho”.

⁶⁰ RÜDIGER, 1993, Op. cit., p. 37.

castilhistas batiam-se pelo federalismo radical e pela manutenção das ligações com o Exército, o PRF pensava ser imprescindível a retomada do pacto região-centro como forma de atender aos problemas locais. Outra diferença entre os dois partidos era que o PRR tinha por proposição uma nova forma de articulação entre o estado e a sociedade, onde uma elite partidária representaria os interesses do capital agrário, industrial, comercial e financeiro, ao tempo em que os federalistas tinham uma proposta nitidamente pró-pecuária, herdada dos tempos de PL, baseada na apropriação do poder público pelos interesses da classe estancieira.

Conforme Sandra Pesavento:

O apoio de Floriano a Castilhos tinha razões muito claras: além de se colocar como única e verdadeira força republicana no estado, os castilhistas tinham em comum com os militares as mesmas propostas autoritárias de conotação positivista quanto à reorganização do poder. Além disso, para os florianistas, o retorno de Silveira Martins lembrava a Monarquia e era meio caminho andado para a queda do regime⁶¹.

Após a volta do líder do PRR ao poder, foi restaurada a Constituição de 1891. Feito isso, Castilhos renunciou, passando o governo a Vitorino Monteiro, também integrante do partido. O articulador do castilhismo voltou à presidência do estado em dezembro de 1892, agora como candidato eleito. Iniciou-se a perseguição aos federalistas, que, em sua maioria, migraram para o Uruguai.

Ao analisar o discurso positivista na imprensa e em pronunciamentos oficiais, Celi Pinto destacou que o primeiro momento em que o discurso do PRR centralizou-se em torno da equivalência partido-regime foi quando ele se viu desalojado do poder em novembro de 1891. Segundo a historiadora, “durante este período, Castilhos dedicou-se a atacar o governo revolucionário através de artigos publicados no jornal do PRR, *A Federação*”⁶². Nesta época foi forjada a equivalência entre ameaça ao PRR e ameaça ao regime republicano como um todo, com a possível volta da Monarquia através do retorno de Silveira Martins, que se encontrava exilado.

No entanto, foi considerada como a maior contestação ao governo gaúcho a articulação dos ex-liberais, então federalistas, em torno do seu líder Gaspar Silveira Martins, que em 1892 retornava do exílio na Europa, formando em Bagé o Partido Federalista Brasileiro. Dada a escolha do chefe, considerado um monarquista, os

⁶¹ PESAVENTO, 1983, Op. cit., p. 82.

⁶² PINTO, 1986, Op. cit., p. 19.

republicanos dissidentes, que apoiaram este grupo durante o “governicho”, preferiram o afastamento. A Revolução Federalista, que assolou o estado de 1893 a 1895, com atrocidades cometidas por ambos os lados envolvidos, também foi debatida nos jornais. Esta fase da imprensa rio-grandense será abordada nos próximos capítulos, quando a relação entre história política e o jornalismo irá permear as relações de poder na República Velha em âmbito regional e local.

1.3 Imprensa, construção e produção do simbólico

Para uma crítica da comunicação e sua influência nas instâncias de poder, como foi o caso aqui analisado, John Thompson⁶³ considera que se deve levar em conta o caráter da imprensa de forma socialmente contextualizada. Partindo desta premissa, ele afirmou que os fenômenos sociais podem ser vistos como ações intencionais levadas a cabo em contextos sociais estruturados, agindo sempre dentro de um conjunto de circunstâncias previamente dadas, que proporcionariam a indivíduos distintos diferentes oportunidades. Esta foi sua definição para o conceito de “campos de interação” concebido por Pierre Bourdieu:

Os indivíduos se situam em diferentes posições dentro destes campos, dependendo do tipo e da quantidade de recursos disponíveis para eles. Em alguns casos estas posições, quando institucionalizadas, adquirem uma certa estabilidade – isto é, tornam-se parte de um conjunto relativamente estável de regras, recursos e relações com certo grau de durabilidade no tempo e alguma extensão no espaço, e que se mantêm unidas com o propósito de alcançar alguns objetivos globais. As instituições definem a configuração dos campos de interação pré-existentes e, ao mesmo tempo, criam novas posições dentro deles, bem como novos conjuntos de trajetórias de vida para os indivíduos que os ocupam⁶⁴.

Assim aconteceu com a relação jornalismo/doutrinação observada no Partido Republicano nos âmbitos nacional e regional. A imprensa, enquanto instrumento de consolidação de poder político e de criação e disseminação de poder simbólico, foi também campo de luta pelo poder tanto dentro do partido quanto do partido mesmo em relação à sua consolidação política. No caso nacional, um jornalista – Quintino Bocaiúva – devido a suas relações pessoais e à preponderância de sua pessoa pública e,

⁶³ THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade** – Uma teoria social da mídia. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

⁶⁴ THOMPSON, idem, p. 21.

desta forma, sua maior visibilidade entre os republicanos e adversários, foi escolhido para unir diversas correntes sob a sigla do PRB. Nesse caso, duas instituições referendaram o poder de um indivíduo: a imprensa e o partido. O mesmo pôde ser observado no Rio Grande do Sul com Júlio de Castilhos, que acumulou as funções de editor do órgão do PRR e de chefe político do mesmo, o que lhe possibilitou desenvolver uma ideologia própria, cuja consolidação se deu através dos dois canais por ele dominados. Ambos fortaleceram e legitimaram uma idéia, um simbolismo, a República, e uma ideologia: o liberalismo, no caso de Bocaiúva, e o positivismo castilhista no caso do republicano gaúcho. Ambos arregimentaram diversos setores da instância pública, angariando mais poder ao mesmo tempo em que irradiavam mais poder para a causa por eles defendida.

É Thompson ainda quem especifica a relação entre posição e poder utilizada nesta análise. Segundo ele, a posição ocupada por um indivíduo dentro de um campo ou instituição é estritamente ligada ao poder que tanto a pessoa quanto o campo possuem. Ou seja, “no sentido mais geral, poder é a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas conseqüências”⁶⁵.

Se, no exercício do poder político, os indivíduos empregaram recursos que lhes eram disponíveis (a imprensa, no caso aqui estudado), estes mesmos recursos seriam os meios que lhes possibilitariam efetivamente alcançar seus objetivos. De acordo com Thompson, os indivíduos que ocupam posições dominantes dentro de grandes instituições (como o Partido Republicano) podem dispor de vastos recursos que os tornariam capazes de tomar decisões e perseguir objetivos que, por sua vez, teriam conseqüências de longo alcance. E foi o que fizeram os jornalistas/políticos. Bocaiúva continuou tendo prestígio dentro do partido e em relação aos órgãos de imprensa republicana após a Proclamação, Castilhos manteve intacta sua posição de líder mesmo sob as intempéries do “governicho” e da Revolução Federalista, deixando este posto apenas após a sua morte, mesmo assim para se tornar um “patriarca”, um mito dentro da própria instituição. Ambos os partidos seguiram dominando a política – aqui entendida como as coisas de estado – na República Velha.

Levando-se em conta a existência de quatro tipos de poder, que formariam o *poder* em si, distinguem-se as instâncias econômica, política, coercitiva e simbólica. O

⁶⁵ THOMPSON, 1998 a, Op. cit., p. 21.

trabalhado neste capítulo diz respeito, principalmente, ao que se refere ao político, tal como definiu Rêmond⁶⁶, e ao simbólico.

A imprensa, na asseção de Thompson, seria uma “instituição paradigmática”, na medida em que ofereceria uma base privilegiada de poder, a que prevê a criação do simbólico, sua disseminação e sua consolidação como forma de poder. Por poder cultural ou simbólico se toma o que nasce na atividade da produção, transmissão e recepção das formas simbólicas:

Os indivíduos se preocupam constantemente com as atividades de expressão de si mesmos em formas simbólicas ou de interpretação das expressões usadas pelos outros; eles são continuamente envolvidos na comunicação uns com os outros e na troca de informações de conteúdo simbólico. Assim fazendo, se servem de toda a sorte de recursos que descreverei como “meios de informação e comunicação”. Estes recursos incluem os meios técnicos de fixação e transmissão; as habilidades, as competências e forma de conhecimento empregadas na produção, transmissão e recepção da informação e do conteúdo simbólico; e o prestígio acumulado, o reconhecimento e o respeito tributados a alguns produtores ou instituições. Na produção de formas simbólicas, os indivíduos se servem destas e de outras fontes para realizar ações que possam intervir no curso dos acontecimentos com as conseqüências mais diversas⁶⁷.

Ou seja, ele caracterizou o “poder simbólico” como a capacidade de determinados atores e/ou instituições de intervirem no curso dos acontecimentos, de influenciarem as ações de outros e determinarem eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas. A República, o federalismo, o liberalismo e o positivismo: as ideologias.

Outro aspecto interessante da imprensa político-partidária é que ela possibilitou a alteração espaço-temporal do exercício do poder. A intenção de consolidar uma idéia e/ou ideologia através do uso dos jornais fez do meio em si uma forma de exercício mais ampla, onde a interferência em eventos, mesmo que à distância, influenciou o curso de acontecimentos de certa forma distantes no tempo e no espaço. A imprensa, assim, foi uma possibilidade de organizar e controlar esse espaço e esse tempo para um

⁶⁶ RÊMOND, René. *Do político*. In RÊMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Uerj/FGV, 1996, p. 441-444. A política seria a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder. Logo, os partidos seriam políticos porque têm como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder. Para ele, os meios de comunicação não seriam por natureza realidades propriamente políticas: poderiam tornar-se políticos em virtude de sua destinação, “como se diz dos instrumentos que são transformados em armas”.

⁶⁷ THOMPSON, 1998 a, Op. cit., p. 24.

fim específico. Isso já foi explicitado quando da publicação do Manifesto Republicano, que uniu interessados em uma nova forma de regime em torno de um objetivo palpável, o federalismo, e, ainda, no caso do uso dos jornais como forma de organizar e disciplinar o PRR em épocas de eleição, por exemplo.

Nos próximos capítulos será aproveitada a mesma abordagem, no entanto associada à construção local da idéia republicana e à consolidação de certos líderes que também viram nos meios de comunicação um veículo de poder.

Capítulo 2

Republicanism local, suporte estadual

Se, no capítulo anterior, foi traçado um panorama da imprensa republicana e das relações desta com a política e a ideologia e com a construção, disseminação e consolidação de um poder simbólico (o do novo regime), o objetivo foi o de dar suporte a uma análise do fenômeno em âmbito regional, o que, para tanto, pode ser definido, conforme Weinstein⁶⁸, como a utilização de uma perspectiva nacional como referência e também como possibilitadora da produção para um significado em perspectiva regional, sendo esta tão importante quanto aquela.

A análise do regional – no que se refere ao desenvolvimento de uma imprensa interiorana político-partidária no Rio Grande do Sul, que contribuiu como instituição paradigmática para a subsistência de um sistema político nacional (o republicanism) e regional (com a preponderância do partido que se auto-intitulou como instrumento ao mesmo tempo de salvaguarda e identificador do regime) – se faz importante neste sentido. Para tanto, é necessário que se conceitue o regional da forma que se buscou empregá-lo neste trabalho.

A abordagem regional implicada neste capítulo diz respeito à mesma sugerida por Viscardi⁶⁹, que é a da história regional não enquanto método, mas sim enquanto recorte. Para tanto, o conceito utilizado foi o de *regionalismo* – ao invés de simplesmente o de *região* –, onde o comportamento de defesa de alguns grupos revela um desejo de autonomia. Ou, ainda, onde um movimento de defesa da identidade regional detém a autoridade, em cuja legitimidade se baseia o discurso. Para tanto, se procurou efetivar uma apreciação entre o conjunto de idéias e valores republicanos e a forma que eles pautaram a ação de grupos sociais e políticos, no caso os coronéis republicanos passo-fundenses e seus correligionários. E, para isso, explicitando o processo de fundação do PRR em Passo Fundo e, assim, da imprensa republicana, a primeira em âmbito local, entendida esta imprensa conforme foi colocado no capítulo 1, como recurso para o exercício legítimo do poder político.

⁶⁸ WEISNTEIN, Bárbara. *Regional vs. National history: rethinking categories from a comparative perspective*. **Territórios e Fronteiras**. UFMT, v.4, n°. 1, jan - jun 2003.

⁶⁹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas*. **Lócus**. Juiz de Fora, v.3, n°. 1, 1994.

O recorte aqui utilizado, no sentido espacial, foi o da cidade de Passo Fundo⁷⁰. O objeto, a imprensa. Temporalmente, se pretende abarcar o período que vai de 1889 – ano em que se estabelece o PRR local e, em seu rastro, o primeiro jornal da cidade em 1890 – até 1917, ano da morte do primeiro e mais importante líder partidário republicano passo-fundense – o coronel Gervásio Lucas Annes.

Analisar a imprensa republicana através da biografia política do líder em questão foi uma escolha metodológica feita devido ao escasso número de jornais republicanos locais e de documentos relativos ao PRR passo-fundense remanescentes. Muitos destes pereceram sob o tempo, ou mesmo foram destruídos tanto por ignorância de seu valor histórico por parte de seus guardiões como por implicações políticas. Ainda foram utilizados jornais e documentos encontrados em arquivos históricos de Santa Maria e Porto Alegre. Discursos públicos de Gervásio e sua correspondência com Júlio de Castilhos, chefe do PRR, também foram estudados e constam do trabalho⁷¹.

Com estes fins, a contextualização do surgimento do Partido Republicano local, bem como a situação em que se encontrava a política e os jogos de poder internos e em relação a instâncias maiores, como a estadual e a nacional, serão os fios condutores do capítulo.

2.1 Os cabecilhas

Os “cabecilhas” – palavra utilizada pelo liberal e depois federalista Prestes Guimarães – eram, na acepção da oposição, os integrantes do Partido Republicano Rio-Grandense na cidade. O termo foi documentado pela primeira vez com essa conotação em um folheto mimeografado e distribuído pelo chefe federalista em inícios do século XX, material depois editado e publicado em 1987 pela Martins Livreiro Editora. É interessante a menção qualificativa do termo, uma vez que proporciona o resgate da visão que os antagonistas políticos tinham do grupo governante de Passo Fundo na República Velha. Cabecilha é uma palavra que designa o chefe de um bando, um caudilho, o que, por sua vez, significa, no sentido popular e mais amplo, “manda-chuva”.

⁷⁰ A cidade de Passo Fundo, na época aqui analisada, englobava os hoje municípios de Carazinho, Marau, Não Me Toque, Mato Castelhana, Sertão, Coxilha, Ernestina, Ciriaco e Charrua, entre outros, totalizando uma área de 80 mil km².

⁷¹ Verificados nos jornais remanescentes, anais do município e no jornal *O Nacional*, fundado por seu filho Herculano Annes.

Para Prestes Guimarães e seus correligionários, nem sempre o grupo dos republicanos foi visto sob esta aura de poder. Antes, quando integrantes do Partido Conservador ou, ainda, em relação aos membros do Clube dos Tocos de Vela – primeira manifestação republicana na vila de Passo Fundo –, a avaliação tomava forma diferente: eram retratados como força inexpressiva, que só com muita sorte chegaria ao governo de uma cidade tida como liberal em sua quase totalidade.

O Partido Republicano Rio-Grandense surgiu na então vila de Passo Fundo apenas em 1889. Para contextualizar seu surgimento, é necessária uma análise da política imperial em âmbito local. Conforme o cronista Antonino Xavier e Oliveira⁷², de 1857 a 1878, o Partido Liberal representou a quase unanimidade do eleitorado e da simpatia dos passo-fundenses, sendo raríssimos os conservadores. O PL, quando de sua instalação, era chefiado pelo capitão Manoel José de Araújo, que, não muito depois, passou a responsabilidade para o coronel Antônio Mascarenhas Camello Júnior, que foi dirigente do partido até o ano de 1865, data de sua partida para a Guerra do Paraguai. Camello, mesmo tendo voltado da guerra em seguida, não permaneceu na chefia dos liberais passo-fundenses, indo residir na província de São Paulo. Coube ao major Antônio Ferreira Prestes Guimarães, seu substituto durante a campanha, a liderança permanente.

Prestes Guimarães era um líder carismático⁷³, e contava a seu favor o fato de ser neto do cabo Manoel José das Neves, considerado um dos primeiros moradores da vila. Esta relação já foi explorada em trabalho anterior sobre as elites políticas passo-fundenses, onde se explicou que Prestes Guimarães também era bem-visto por sua “descendência mítica”, ou seja, era um dos primeiros filhos de Passo Fundo⁷⁴, só podendo querer o “bem” de seus moradores.

Mesmo sendo respeitado e considerado pelos liberais, Prestes Guimarães estava longe de ser uma unanimidade frente ao contexto da época. Isso se verifica devido às

⁷² OLIVEIRA, Antonino Xavier e. **Annaes do Município de Passo Fundo** – Aspecto Histórico. Vol. 2. Passo Fundo: Gráfica e Editora da Universidade de Passo Fundo, 1990 b, p. 169.

⁷³ Max Weber definiu que existem três fundamentos de legitimidade: o poder tradicional, o poder carismático e o poder da legalidade. Como “político carismático” ele estabeleceu ser aquele cuja “autoridade se funda em dons especiais e extraordinários (carisma) – devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe”. Ver WEBER, Max. **Ciência e Política** – duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1968, p. 57.

⁷⁴ MIGLIORANZA, Cristiane. *As elites passo-fundenses e sua relação com o poder após a proclamação da República: 1889 – 1893. Anais do II Seminário de História Regional da Universidade de Passo Fundo*. Disponível em <http://2shr.clio.pro.br/> Lá dissertei sobre o mito do morador-fundador e sua relação com o imaginário dos habitantes da vila de Passo Fundo.

diversas rusgas que surgiram no partido, a segunda delas fazendo engrossar as fileiras republicanas em 1889. A primeira ruptura se deu logo após a posse do major como chefe do PL. Conforme Oliveira, uma dissidência constituída pelos membros da família Schell marcou a primeira crise interna do partido. A situação foi contornada com a rápida reconciliação dos Schell com Prestes Guimarães. O motivo da desavença ficou esquecido na história, mas tudo leva a crer que a briga ocorreu devido ao caráter controlador e centralizador do major.

Em 1878 teve lugar uma nova dissidência dentro do PL, encabeçada pelo dr. Cândido Lopes de Oliveira e pelo major Manoel Theodoro da Rocha Ribeiro. Dessa vez, não houve reconciliação. A luta passou do plano interno para o externo, e os dissidentes tornaram-se antagonistas nas urnas, com o apoio moral e material do Partido Conservador, chefiado por Gervásio Lucas Annes e por Jeronymo Fernandes de Oliveira.

O Partido Conservador foi fundado na vila, segundo Mariluci Ferreira⁷⁵, em 1857. Contava com poucos integrantes, sendo que seu chefe, Gervásio Annes, havia sido designado pelos conservadores de Cruz Alta, sua cidade de origem, para chefiar a agremiação na “cidade-filha”. Foi ainda Antonino Xavier e Oliveira quem relatou que, com a ascensão dos conservadores ao poder em 1885, a dissidência de Cândido e Manoel desfez-se completamente, vendo mais vantagem em incorporar-se de vez à oposição do que em esperar uma reconciliação com os liberais. Com isso, Cândido abandonou a política, pelo menos oficialmente, e o eleitorado dissidente passou engrossar permanentemente as fileiras conservadoras.

A ascensão do gabinete Ouro Preto – empossado em meados de 1889 – levou novamente os liberais ao comando do poder político na vila. O Partido Conservador, então extinto⁷⁶, deu lugar ao Partido Republicano, formado por ex-conservadores, dissidentes liberais e republicanos, que até então não tinham agremiação formal própria.

⁷⁵ FERREIRA, Mariluci Mello. *A trajetória política de Prestes Guimarães*. **Cadernos Temáticos de Cultura e História**. Passo Fundo: Ediupf e CPH/RS, 1998.

⁷⁶ Como aconteceu com outros PCs no Brasil, os conservadores locais sentiram que, após a queda do ministro conservador João Alfredo, o partido havia sido “esvaziado” pelo Império, que deu aos liberais a primazia. A opção passou a ser um sistema de governo alternativo, onde eles voltariam a ter sua chance. O fato é comentado por Antonino Xavier em seus três anais sobre Passo Fundo. Ver OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. **Annaes do Município de Passo Fundo** – Vol. 1, 2, 3. Coord. por Marília Mattos e outros. Passo Fundo: Gráfica e Editora da Universidade de Passo Fundo, 1990.

2.1.1 O Clube dos Tocos de Vela

A história do PRR local iniciou com o aparecimento de idéias republicanas em Passo Fundo ainda em 1870. Naquela época, alguns jovens estudantes alunos do professor Eduardo de Brito reuniam-se de forma clandestina, sobretudo na marcenaria do imigrante Augusto Reichmann, situada na Rua do Commercio, hoje Avenida Brasil, próxima ao local ocupado pelo Instituto Educacional. Devido à forma como eram iluminadas as reuniões, o grupo foi apelidado pejorativamente de “Clube dos Tocos de Vela”, ou simplesmente *tocos*. O apelido era uma troça à capacidade de expressão dos jovens membros, que, conforme se comentava pela vila, não tinham dinheiro nem para comprar óleo para uma lamparina, quanto mais força política para poder fazer valer sua vontade por um novo regime administrativo. Conforme Antonino Xavier:

Vista como coisa de rapazes, de certo que a ação assim desenvolvida em torno da causa republicana teria de ser também ridicularizada quando, como aconteceu por vezes, se reuniam na frente da ferraria de Tomás Canfield, situada próximo à casa de tais reuniões, na praça referida, e lá, com assistência de algumas pessoas, que mais seriam curiosos ou, talvez, divertir-se quisessem, um ou alguns deles discursavam sobre a grande cruzada em marcha no País⁷⁷.

Eram conhecidos *tocos*, conforme Marilda Parizzi⁷⁸, Francisco Prestes, Manoel Araújo Schell, Pedro Pereira dos Santos, Afonso Caetano de Souza, Fidêncio Pinheiro, Fernando Zimmermann, Irineu Lewis, José Savinhone Marques Sobrinho e Lúcio Martins Moraes. Francisco Prestes, como relatado no capítulo 1, foi o primeiro passo-fundense a se declarar republicano, tendo inclusive uma carta explicitando sua inclinação política publicada no jornal *O Conservador*, de Porto Alegre. Francisco mudou-se de Passo Fundo no ano de 1886, perdendo assim os *tocos* o seu mais ativo membro.

Entretanto, apesar de sua pouca expressividade, os *tocos* contavam com o apoio de uma figura de peso na sociedade local: o major honorário Lucas José de Araújo. Dissidente da primeira ruptura do Partido Liberal, Lucas Araújo era proprietário de um dos pontos comerciais mais importantes da vila, onde aconteciam diariamente palestras entre líderes políticos como os liberais Prestes Guimarães – seu vizinho contíguo –,

⁷⁷ OLIVEIRA, 1990 b, Op.cit., p. 394.

⁷⁸ PARIZZI, Marilda Kirst. **Passo Fundo, sua história e evolução**. Passo Fundo: Gráfica e Editora Berthier, 1983, p. 26.

Jerônimo Savinhone Marques, Joaquim Gonçalves Gomide, José Prestes Guimarães, João Vergueiro e Jorge Schell; os conservadores José Pinto de Moraes, Teófilo Rodrigues da Silva, Manuel Theodoro da Rocha Ribeiro, Daniel Manuel de Araújo, Saturnino Vítor de Almeida Pillar e Gezerino Lucas Annes; além, é claro, do Clube dos Tocos de Vela. Inclusive se lia em voz alta na casa comercial do major *A Federação*, órgão oficial do PRR, e *A Reforma*, jornal do Partido Liberal, além de periódicos de Cruz Alta.

No início, nem liberais nem conservadores faziam muito caso das idéias republicanas dos *tocos*. O negócio era ouvi-los para distração: as idéias republicanas eram acolhidas como curiosidade por ambos os pólos e traziam certo saudosismo da época dos farrapos. Antes de serem englobados pelos conservadores, os próprios republicanos do Tocos de Vela não acreditavam que de suas palestras resultasse um número expressivo de adeptos dispostos a segui-los. Na verdade, eles nem sequer pendiam com convicção para qualquer das correntes republicanas do centro do país, o liberalismo de tendência norte-americana e o positivismo comtiano, bastando só a defesa de um regime alternativo ao vigente para que fizessem sua campanha⁷⁹. Tanto as idéias republicanas não se configuravam em opção ou ameaça que o próprio major Prestes Guimarães, chefe do PL, tinha em sua biblioteca um exemplar do manifesto de Bento Gonçalves republicado em 1881 pelos jovens republicanos da Faculdade de Direito de São Paulo, encabeçados por Assis Brasil e Júlio de Castilhos⁸⁰. Na introdução do livro, uma explicação:

Iniciando a série de trabalhos com a qual pretendemos prestar homenagem á nossa terra natal, dedicamos-lhe hoje a presente edição do manifesto de 29 de Agosto de 1838, no qual o presidente Bento Gonsalves explicava ás nações as causas que moveram a província a proclamar-se independente do Império do Brazil, conservando, porém, a primitiva amizade ás províncias irmãs e aceitando a confederação das mesmas, quando, adoptada a mesma fôrma de governo, se tornassem compatíveis com a mesma ordem política e social⁸¹.

⁷⁹ A adesão às idéias positivistas se deu muito depois de 1870. A partir de 1884, com leituras periódicas de *A Federação*, foi que os *tocos* passaram a pender para o positivismo/castilhismo.

⁸⁰ BRASIL, Assis, e outros (orgs.). **Manifesto do presidente da República Rio-Grandense em nome de seus constituintes** – Commemoração do 46º aniversário da Revolução Rio-Grandense. Edição publicada pelos estudantes rio-grandenses republicanos da Faculdade de Direito de São Paulo. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1881. Na capa consta, de próprio punho, a assinatura de Prestes Guimarães. Acervo do Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo.

⁸¹ Idem, p. III.

Nas páginas seguintes, os organizadores esclareciam sua pendência ao republicanismo como uma opção não individual, mas patriótica. Além disso, defendiam que sua escolha pela República era influência de 1835, portanto, contra o centralismo monárquico, por isso a importância de um discurso feito por um líder farrapo publicado em 1838 ser republicado em uma época em que floresciam novas idéias:

Como republicanos convictos, sem exaltações imprudentes, tolerantes para com os indivíduos, intolerantes no terreno das ideas, reivindicamos o glorioso passado que muitos calumniam e que outros, mais ingratos ainda, repudiam envergonhados. Havemos de alevantal-o, havemos de rehabilital-o⁸².

Em essência, o manifesto de Bento Gonçalves defendia a opção dos sul-rio-grandenses pela guerra com a Coroa, ilustrando-a como um “combate de honra”. O governo imperial desprezava a província, descrita pelo autor como um de seus sustentáculos, tanto financeiro quanto bélico. O ônus à indústria charqueadora regional, cujos impostos eram mais altos do que os cobrados sobre o produto proveniente do exterior, era um dos principais argumentos favoráveis à insurreição dos rio-grandenses. A dizimação entre os habitantes do estado para “guerras particulares do Império” era outro ponto de crítica. Bento Gonçalves incitava a indignação dos rio-grandenses, que contribuíam com dinheiro e sangue para os faustos da Corte sem vantagem alguma em troca.

A posse de um material como esse por Prestes Guimarães não pode ser considerada uma coisa estranha. Há que se destacar que os liberais passo-fundenses se gabavam de serem os herdeiros dos ideais de 1835. Ter em sua biblioteca particular tal edição não o fazia partidário da República em especial. Apenas quando os bacharéis em Direito começaram a se organizar como um partido antagonista ao PL e à oligarquia que este representava – ou seja, a partir de 1882 – é que o republicanismo começa a ter uma conotação negativa para os liberais, inclusive os de Passo Fundo.

O apoio de um dissidente liberal do peso de Lucas Araújo contou como ponto a favor para a arregimentação dos *tocos* pelo PRR dos ex-conservadores. Mais uma questão de antagonismo político do que de iniciativa própria do clube, o Partido Republicano Rio-Grandense surgiu em 1889 em âmbito local, às vésperas da

⁸²BRASIL, Assis, e outros (orgs.). 1881, Op.cit., p. IV.

proclamação da República, por iniciativa de Gervásio Annes e dos ex-conservadores. Os *tocos* muito bem poderiam ter gerado uma nova corrente republicana, mas a bipolaridade característica do Império e da sociedade local levou ao desfecho como o conhecemos. Para fins de organização, foi de grande valia a visita de Joaquim Pereira da Costa, que, vindo de Porto Alegre em 1889, fez uma conferência na vila sobre a ideologia do PRR. Costa foi eleito mais tarde deputado da Constituinte Federal. Era seu companheiro de excursão propagandística pela região José Lucas Dias⁸³.

2.1.2 Surge o PRR na vila: a primeira imprensa passo-fundense

Não foi possível realizar pesquisa documental sobre o surgimento do PRR em Passo Fundo através de jornais e atas do partido relativos à época de Gervásio Annes, pois os mesmos não foram localizados em arquivos públicos e/ou particulares⁸⁴. Para preencher esta lacuna, a metodologia utilizada foi a da análise bibliográfica de obras de memorialistas do período, como Antonino Xavier e Oliveira, e de documentos alternativos, como telegramas ao governo estadual publicados em *A Federação*, entre outros. Não foi ainda possibilitada a consulta ao Arquivo Borges de Medeiros em relação às correspondências enviadas por passo-fundenses a este governador. As mesmas estavam indisponíveis para consulta durante a pesquisa.

Também, não se pôde precisar a data exata de fundação do PRR local, mas, de acordo com a historiografia, a mesma se deu em junho de 1889, após a queda do ministério conservador de João Alfredo. O primeiro embate eleitoral entre liberais e republicanos na vila aconteceu em 31 de agosto de 1889, durante o regime monárquico, portanto. Na ocasião, o PL alcançou, como de costume, uma enorme votação, cabendo ao PRR apenas um quarto desse total de votos. Consta nos registros do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul que Gervásio Annes, então chefe republicano, foi eleito pela nova sigla como deputado da Assembléia Legislativa Provincial em 1891, sendo presidente da mesa diretora no biênio 1891-92. Gervásio já havia ocupado cadeira pelo Partido Conservador em 1887-88⁸⁵. Segundo Oliveira⁸⁶, no período 1872-89, além

⁸³ Ver OLIVEIRA, 1990 b, Op.cit., p. 396.

⁸⁴ Antonino Xavier e Oliveira, ainda no início do século XX, já lamentava o desaparecimento dos exemplares do *Echo*. “Lamentavelmente, a derradeira coleção que se sabia existir da velha folha passo-fundense desapareceu, razão pela qual, lembrando-a, só lhe posso consagrar as vagas reminiscências que aqui deixo”. OLIVEIRA, 1990 c, Op.cit., p. 177.

⁸⁵ Banco de dados do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

⁸⁶ OLIVEIRA, 1990 b, Op.cit., p. 169.

de Gervásio Annes, Passo Fundo elegeu mais dois deputados: o major Prestes Guimarães e Cândido Lopes de Oliveira, que exerceram, pelo Partido Liberal, diversos mandatos.

Seguindo as diretrizes traçadas pelo PRR em seus congressos, o partido, na pessoa de seu líder Gervásio, fundou, em 24 de abril de 1890, o jornal *O Echo da Verdade* (1890-91), de duração rápida, mas fiel ao programa republicano. Mesmo sem exemplares remanescentes foi possível definir a linha editorial desse periódico. Segundo consta na historiografia, o semanário trazia logo abaixo do título a divisa “Orgam do Partido Republicano”, e vários são os relatos de que ele seguia o padrão da própria *Federação* – surgida seis anos antes -, com editoriais políticos na primeira página, notícias gerais, editais, folhetins e reclames nas demais. *O Echo*, como era comum na época, possuía tipografia própria.

Uma análise fotográfica⁸⁷ das instalações da redação, que funcionava em prédio não mais existente na Rua Paissandu, esquina com a Rua 15 de Novembro, mostrou uma edificação imponente para os padrões da época. A arquitetura de linhas retas, de formas neoclássicas, segue a observada nas casas dos cidadãos de maiores posses. Assim como o Clube Amor à Instrução⁸⁸, que contava com magnífica sede na Rua do Commercio, local onde funcionou a Câmara de Vereadores até 1976, o *Echo* tinha um Annes à frente: Gervásio era o diretor do jornal assim como Gasparino Annes foi o primeiro presidente do clube, eleito no ano de sua fundação. Uma demonstração da “prosperidade” da família Annes, proveniente de Cruz Alta, e de seu prestígio nas mais altas rodas sociais da vila.

Em relação à efemeridade do *Echo*, foi contada uma anedota cuja autoria é atribuída a Gezerino Lucas Annes, outro irmão do coronel Gervásio, que era farmacêutico e médico homeopata da vila, também exercendo a função de cronista tanto no próprio jornal do PRR quanto no *A Violeta*⁸⁹, periódico impresso pela *Typographia Echo da Verdade* e pertencente ao Clube Amor à Instrução: para ele, a publicação em papel colorido, que variava do rosado ao amarelo, só poderia ser o começo do fim, pois,

⁸⁷ Fotografia disponível na obra **Passo Fundo** – Memória e Fotografia; de Osvandré Lech, Deoclides e Ronaldo Czamanski. Passo Fundo: Pe. Berthier Gráfica e Editora, 1999, p. 67.

⁸⁸ Agremiação cultural fundada em 15 de fevereiro 1883 que contava com membros preponderantemente conservadores, depois republicanos. Ver GEHM, Delma Rosendo. **Passo Fundo através do tempo** – Fatos, usos, costumes, valores. Vol. 2. Passo Fundo: Diário da Manhã Gráfica e Editora, 1982, p. 29.

⁸⁹ Jornal literário fundado em 1º de maio de 1891, cujos principais colaboradores eram Antônio Manuel de Araújo e Gezerino Annes. Não foi feita uma análise mais aprofundada sobre este periódico devido ao objetivo principal da pesquisa: a relação entre a imprensa partidária e a política local, e não a imprensa literária e seu surgimento.

“os jornais de Cruz Alta, quando estavam para desaparecer, desse modo é que saíam”⁹⁰. De fato, após a queda do governo republicano e o início do chamado “governicho” em novembro de 1891, o *Echo* deixou de circular – não devido à cor de seu papel, como o quis Gezerino, mas sim devido à pressão política e fiscalização da própria polícia.

Sobre esse período se encontra no principal órgão do PRR, o jornal *A Federação*, de Porto Alegre, alguns dados relativos à imprensa sul-rio-grandense. No exemplar de 13 de novembro de 1891⁹¹, na mesma página que o manifesto de Júlio de Castilhos ao estado, figura, na coluna *Os Ultimos Factos*, que o *Jornal do Commercio*, até então tido como veículo de certa neutralidade no que se referia à política, “é o orgam official do governicho instituido hontem. Neutra sempre, a ajuizada folha tece fervorosos encomios ao astro que desponta”. A pressão e controle do novo grupo no poder seguiram os moldes dos castilhistas quando de sua vez, que procuraram controlar ao máximo o porta-voz do Partido Liberal, o jornal *A Reforma*⁹². Quando do “governicho”, mais à guisa de provocação do que de satisfação aos novos dirigentes do estado, figurava em edição do dia 21 de novembro o seguinte comunicado:

Para destruir calumnias ou dissipar falsas imputações, declaramos cathegoricamente que, depois da publicação do seu Manifesto ao Rio Grande do Sul, o dr. Julio de Castilhos não escreveu n’esta folha uma só palavra, não auctorizou nem mesmo inspirou a publicação de qualquer artigo ou notícia na *Federação*⁹³.

Voltando ao *Echo da Verdade*: a direção era de responsabilidade do coronel Gervásio, que contava com a colaboração de Cândido Lopes de Oliveira, Gabriel Bastos e Gasparino Lucas Annes, entre outros, inclusive os *tocos*. Segundo registros de memorialistas, o periódico também praticava o anonimato e o uso de pseudônimos.

⁹⁰ Aneota contada por Antonino Xavier e Oliveira em *Annaes do município do Passo Fundo – Cultural*. Vol. 3. Coord. por Marília Mattos e outros. Passo Fundo: Gráfica e Editora Universidade de Passo Fundo, 1990 c, p. 177.

⁹¹ **A FEDERAÇÃO**, Porto Alegre, Sexta-feira, 13 de novembro de 1891, anno VIII, nº. 261, capa. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria – RS.

⁹² Entre as medidas tomadas para um maior controle da “imprensa livre”, o governo do PRR publicou em *A Federação* determinações condenando o anonimato no jornalismo: “Em virtude de um dos moralisadores princípios consagrados na Constituição do Estado, fica abolido o anonymato na imprensa, cumprindo que os escriptos sejam assignados pelos seus respectivos auctores. (...) Contrários, por educação jornalística, á pratica escandalisadora do testa de ferro, já antes que a sabia lei fundamental do Estado estabelecesse a abolição do anonymato, nunca o adimittimos na parte redactorial, que tinha o seu responsavel, tão pouco na ineditorial”. Fonte: **A FEDERAÇÃO**, Porto Alegre, Quarta-feira, 15 de julho de 1891, anno VIII, nº. 161, p. 2. Acervo do AHM.

⁹³ **A FEDERAÇÃO**, Porto Alegre, Sabbado, 21 de novembro de 1891, anno VIII, nº. 269, capa. Acervo do AHM.

Antonino Xavier e Oliveira relatou que o jornal era distribuído aos domingos por seu gerente Manoel Francisco de Oliveira – conhecido como Manequinho -, que após a árdua tarefa de impressão – “feita em prelo tão pesado e antigo, que parecia remontar ao tempo de Gutenberg”, em uma máquina que exigia 20 movimentos por folha dos impressores – levava aos leitores as notícias da semana:

...de ordinário poucas, o artigo de fundo e a colaboração, na qual, com pseudônimos, se expandiam o mencionado Gezerino, sempre impagável nas suas críticas, Antônio Manoel de Araújo, Saturnino Vítor de Almeida Pilar e Antônio José Pereira Bastos, este em versos poéticos que se tornaram célebres na terra pela sátira formidável que atiravam ao adversário⁹⁴.

Muito provavelmente, após a instituição da proibição do anonimato e do uso de pseudônimos na imprensa pelo governo do PRR, o *Echo* passou a não insistir mais nesta prática assim como *A Federação*, que começou a estampar o nome de João da Maia como responsável pelo noticiário.

Com a extinção do *Echo da Verdade* em novembro de 1891, Passo Fundo ficou um período de meses sem imprensa. Os prelos retomaram seus movimentos⁹⁵ apenas em 1892, com o surgimento do *17 de Junho* (1892-93). Este novo “Órgão do Partido Republicano” surgiu em uma circunstância extrema pré-Revolução Federalista: o assassinato do coronel Chicuta.

Francisco Marques Xavier Chicuta era natural de São Luiz, nos campos gerais da comarca de Curitiba, onde nasceu em 9 de outubro de 1836. Aos sete anos veio morar em Passo Fundo com sua família. Seguiu carreira militar, sendo nomeado alferes em 11 de outubro de 1864, ascendendo a tenente-quartel-mestre no 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional da comarca. Participou da Guerra do Paraguai, sendo promovido em 22 de junho de 1860 a major do Exército e em 5 de março de 1891 a tenente-coronel. Liberal dissidente, tornou-se republicano após 1889 – e, pelo que indicou o relato de suas atitudes, fervoroso. Chicuta foi assassinado em 18 de junho de 1892, um dia após a retomada do governo pelo PRR. Na ocasião, exercia a chefia do PRR local em caráter provisório, enquanto Gervásio Annes encontrava-se em Porto Alegre.

⁹⁴ OLIVEIRA, 1990 c, Op.cit., p. 178.

⁹⁵ Literalmente, pois a máquina de impressão e a tipografia passaram do *Echo* ao *17 de Junho*, assim como os dirigentes e colaboradores seguiram os mesmos, basicamente.

Corria pela vila o boato de que o mandante do crime seria o major Prestes Guimarães, e que o mesmo teria sido executado por seu genro, Roberto D’Aguillar, e por seu cunhado, Jorge Sturm Filho. Em sua defesa, o então major e chefe federalista, nomeado depois general da revolução em 1894, afirmou em seu manifesto mimeografado que a morte de Chicuta só ocorreu porque o coronel havia se envolvido em arruaça após receber um telegrama dos chefes do PRR de Porto Alegre, informando a volta do partido ao governo do Estado em 17 de junho de 1892. Segundo Mariluci Ferreira:

O episódio provocou o agravamento do confronto em âmbito regional, a partir do qual ocorreram diversas represálias entre as facções opostas. Aqueles que tinham possibilidades financeiras retiraram-se com suas famílias e seus pertences para localidades mais seguras e que não estavam envolvidas no conflito; o major Lucas Araújo e o irmão do cel. Chicuta, Fortunato Xavier de Castro, refugiaram-se em Santa Catarina⁹⁶.

Em própria defesa, Prestes Guimarães tornou pública, anos depois, sua versão do que classificou como “incidente”:

Foram, com efeito, detidos vários cabecilhas nas primeiras horas da manhã de 18, mas o coronel Xicuta [sic], entusiasmado com o telegrama dos chefes, que tinha no bolso, opôs temerária resistência, fazendo uso de uma arma de fogo, pistola, que trazia à cinta, e correndo depois a cavalo por uma das ruas paralelas a do Comércio, foi surgir, perseguido, em frente ao quartel da polícia, na ala sul da mencionada rua, onde, saindo de dentro uma praça policial armada, ajoelhou-se e desfechou tiro certo na pessoa que ia correndo adiante. Essa pessoa era, infelizmente, Xicuta... que caiu morto, ferido por uma bala inconsciente na cabeça⁹⁷.

A morte de Chicuta causou um alvoroço na sede do Passo Fundo. Os liberais, agora federalistas, mesmo tendo o controle oficial da situação política, começaram a planejar reações em caso de revide republicano. Para o PRR local, a volta ao poder era questão de tempo, uma vez que na capital e em Cruz Alta os castilhistas já haviam retomado o poder. Pedro Moacir noticiou no exemplar de 18 de junho de *A Federação* – a edição do dia 17 não saiu obviamente porque o partido e seus membros estavam

⁹⁶ FERREIRA, Op.cit., p. 27.

⁹⁷ PRESTES GUIMARÃES, Antônio Ferreira. *A Revolução Federalista em Cima da Serra – 1892-1895*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987, p. 15.

envolvidos com o que classificaram de “fim do governicho” -, a euforia dos republicanos:

Hontem, pela tarde, o partido republicano reassumiu as suas funções governativas, sendo restaurado em sua plenitude o regimem legal, isto é, a ordem constitucional, vasada nos moldes da carta de 14 de julho. [...] Já sete longos mezes estavam consumidos, em que o Rio Grande vivia á mercê das lufadas demagógicas, a passar das mãos de um governar para outro, com o seu commercio, industrias, lavouras, trabalhos de outra ordem, credito, finanças, doutrinas, leis tragados e arruinados no vortice da anarchia que planejára a desgraçada sedição contra a legalidade republicana⁹⁸.

O chefe federalista Prestes Guimarães, então no comando do governo municipal, resolveu entregar pacificamente o poder a Gervásio e seus correligionários. Acostumado com a luta política e com as lides militares, certamente previu que, se não agisse desta forma, teria que enfrentar as forças governistas vindas de Cruz Alta. Assim, renunciou no dia 26 de junho, com a garantia de que o governo seria entregue a uma junta governativa mista, composta por três federalistas e três republicanos. Dias depois, retornou à cidade o coronel Gervásio Annes, tendo o apoio do tenente-coronel Pinto de Moraes e do major Pedro Lopes de Oliveira. Eles reuniram em Passo Fundo um corpo republicano de mil homens – guarda que viria a ser apelidada, um ano mais tarde e com efetivo menor, de “Treme-Terra”. Depois de dissolvida a força federalista em Passo Fundo, foi a vez de Palmeira e Soledade, dando início a um período de domínio dos republicanos.

O *17 de Junho* só deixou de circular após o início da Revolução Federalista (1893-95), quando os republicanos locais concentraram seus esforços não na propaganda e no combate via imprensa, mas nas armas.

2.2 Revolução Federalista: o jejum dos prelos

A história do conflito, considerado o mais violento já acontecido no Rio Grande do Sul, remonta às disputas políticas entre o Partido Republicano Rio-Grandense e o Partido Republicano Federalista⁹⁹. Sucessor do Partido Liberal no estado, o Partido

⁹⁸ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Sabbado, 18 de junho de 1892, anno IX, n° 262, capa. Acervo AHM.

⁹⁹ A Revolução Federalista foi um episódio da história do Rio Grande do Sul ocorrido de 1893 a 1895, quando Júlio de Castilhos, que havia sido afastado em 1891 do poder do Estado pelos integrantes da oposição, pertencentes ao Partido Republicano Federal (PRF), retornou ao poder com o apoio dos

Federalista foi fundado em 1892 por Gaspar Silveira Martins¹⁰⁰, chefe liberal que retornara do exílio na Europa após a proclamação da República. Por princípios, a agremiação defendia o sistema parlamentarista de governo e a revisão constitucional pretendendo o fortalecimento do Brasil como União Federativa, o que vinha de encontro à Constituição de 14 de Julho de 1891: a carta elaborada por Júlio de Castilhos seguia linhas inspiradas no positivismo – que defendia o resguardo da autonomia estadual e a evolução através de uma burocracia tecnicista – e no presidencialismo. Em Passo Fundo, o Partido Liberal passou automaticamente a Partido Federalista, mantendo Prestes Guimarães como chefe.

Os seguidores de Gaspar da Silveira Martins eram denominados *federalistas*, *libertadores*, *vira-bostas*, *gasparistas* ou *maragatos*, e frontalmente opostos aos seguidores de Júlio de Castilhos, *castilhistas*, *legalistas*, *pés-chatos* ou *pica-paus*. Segundo Paulo Monteiro:

As principais lideranças republicanas que tiveram atuação em Passo Fundo, durante a Revolução Federalista, foram o coronel Gervazio Luccas Annes, coronel Pedro Lopes de Oliveira (Coronel Lolico), capitão Francisco Brizola, capitão Eleuthério dos Santos, capitão Antônio Chachá Pereira e tenente-coronel Francisco Bier, todos exercendo suas atividades em Passo Fundo. Do lado maragato, as principais lideranças foram o general Antonio Ferreira Prestes Guimarães, os coronéis Veríssimo Ignácio da Veiga, José Borges Vieira, Pedro Bueno, Elizário Prestes, Francisco dos Santos Teixeira Vaz, capitão Theodoro Ignácio da Veiga, capitão Silvio Alves de Rezende. Com a coluna Gomercindo Saraiva merecem citação o general Luiz Alves de Oliveira Salgado e os coronéis Aparício Saraiva e Ângelo Dourado, autor do clássico “Voluntários do Martírio”¹⁰¹.

militares em 1892. Com idéias parlamentares, os federalistas opuseram-se em plano local a Castilhos e, em âmbito nacional, ao governo de Floriano Peixoto. Durante o conflito foram travadas sangrentas batalhas, entre elas a do Pulador, em Passo Fundo. Para mais ver PESAVENTO, Sandra, 1997. Op. cit. p. 78.

¹⁰⁰ Nasceu em Bagé em 1835, falecendo em 1901 em Montevideú. Político inicialmente liberal, foi eleito deputado geral pelo Rio Grande do Sul (1872), destacando-se pela oratória com que combateu os governos conservadores. Com a volta dos liberais ao poder, ocupou o ministério da Fazenda (1878). Foi eleito senador em 1880. Liberal, mas anti-republicano, foi designado conselheiro de estado e presidente do Rio Grande do Sul poucos meses antes da proclamação da República. Foi então obrigado a se exilar na Europa (1889-1891). De volta ao Rio Grande do Sul, envolveu-se nos acontecimentos que culminaram na Revolução Federalista (1893-1895). Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo e foi juiz municipal no Rio de Janeiro, antes de se dedicar à política. *A Reforma*, jornal que fundou em 1865, tornou-se o órgão oficial dos federalistas. Com a derrota destes em 1895, passou a dedicar-se a uma estância que tinha no Uruguai. Para mais, ver PESAVENTO, Sandra, 1997. Op. cit., p. 63-83 e FRANCO, Sérgio da Costa, 2007. Op. Cit., p. 129-170.

¹⁰¹MONTEIRO, Paulo. **Combates da revolução federalista em Passo Fundo**. Passo Fundo: Berthier, 2006, p. 16.

Após a destituição do “governicho”, o ciclo de caça aos oponentes políticos teve continuidade. Segundo Ana Luiza Reckziegel¹⁰², depois da volta de Castilhos ao poder em 1892, iniciou-se uma acirrada perseguição aos federalistas, que se viram forçados ao êxodo para o Uruguai. A historiadora apontou como práticas castilhistas as perseguições sem trégua, prisões e até assassinatos, o que ela definiu como “estratégia de aniquilação do inimigo”. Entre junho de 1892 e fevereiro de 1893, cerca de dez mil pessoas cruzaram a fronteira para evitar tal aniquilação.

Com o fechamento do *17 de Junho*, iniciou-se um período de interrupção da imprensa local, cujas atividades seriam retomadas anos após a revolução. Para análise do momento, a opção foi a de recorrer a documentos de arquivos particulares, à historiografia – sobretudo a local – e ao jornal *A Federação*.

Os federalistas passo-fundenses, assim que restaurado o governo do PRR, articularam reuniões em Passo Fundo, Soledade e Palmeira das Missões com o objetivo de manter afastados do poder os republicanos. Vendo que isso não seria possível sem a existência de uma insurreição, angariaram recursos para a guerra no comércio da cidade, e homens nas estâncias, propriedades e entre suas fileiras. Prestes Guimarães justificou a opção dos federalistas pelo combate da seguinte maneira:

Dissolvida a força popular em Passo Fundo, Soledade e Palmeira também dissolveram. Começou o domínio dos republicanos. Podiam governar pacificamente. Não o quiseram. Preferiram o regime do terror, já por eles ensaiado com o uso da palmatória e outras violências, desenvolvendo esse regime em proporções assombrosas. Iniciou-o um jovem de boa família, porém pouco criterioso, e ainda menos republicano, conhecido pelo nome de Antônio d’Araújo. Em vez de autoridade policial, foi um pequeno tirano. Instauraram os situacionistas processos por vinganças mesquinhas, perseguiram os contrários; realizavam dezenas de prisões injustas e arbitrárias nos melhores cidadãos, atirando-os em imundos cubículos, pondo alguns em quatro estacas, a todos torturando, e só lhes concedendo liberdade, salvo raras exceções, mediante a somas de dinheiro, ou documentos a breve prazo¹⁰³.

Saindo em fuga para Nonoai, onde reuniu e organizou uma resistência federalista, Prestes Guimarães seguiu para Palmas e Curitiba, ambas no Paraná. Em

¹⁰² RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *A construção do Rio Grande do Sul republicano - a variável internacional*. In RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). **RS: 200 anos** – definindo espaços na história nacional. Passo Fundo: UPF Editora, 2002, p. 124.

¹⁰³ PRESTES GUIMARÃES, 1987, Op.cit., p. 18.

Nonoai, na localidade de Passo do Carneiro, recebeu um telegrama das mãos do coronel federalista palmeirense Ubaldino Machado. A mensagem, telegrafada por José Gabriel da Silva Lima, chefe republicano de Cruz Alta, prometia-lhe garantias de vida caso retornasse a Passo Fundo. José Gabriel era conhecido como mentor de Gervásio Annes, então na liderança política de Passo Fundo. Não acreditando na mensagem, Prestes Guimarães fugiu para o Paraná. O chefe federalista escreveu em seu manifesto que preferiu a incerteza da fuga a retornar à cidade, aonde, segundo ele, “uma malta de salteadores” vinda de Misiones, na Argentina, com Pinheiro Machado, promovia tropelias, roubos e assassinatos.

Conforme relatos de memorialistas e também de escritos em posse de Alceu Annes¹⁰⁴, quando do primeiro ataque federalista à cidade de Passo Fundo, no inverno de 1893, o coronel Gervásio Annes encontrava-se doente, paralisado por uma crise de gota, mal que fazia com que ele ficasse acamado frequentemente. Passo Fundo, segundo estas fontes, estava desguarnecida. Dessa vez, a fuga também foi a saída mais racional, só que agora para o chefe republicano. Alceu Annes relatou que o coronel teve que ser amarrado sobre o cavalo, enrolado em cobertores. Ele e sua família fugiram assim que receberam a notícia de que uma tropa federalista estava a caminho, deixando tudo para trás. Desse fato surgiu uma história preservada pelos Annes mais como anedota familiar do que como qualquer outra coisa: um cofre do coronel, que recebera uma pintura imitando madeira, ficando para trás, teria sofrido tentativa de arrombamento por saqueadores federalistas que haviam invadido a casa. Foram utilizados machados e muita força, mas o que disso resultou foram apenas alguns riscos na superfície, sem que o cofre fosse aberto. Conta a “lenda” familiar que, já em 1970, foi perdida a chave do mesmo cofre. Para arrombá-lo, a família teve de chamar serralheiros na capital, e estes trabalharam quatro dias para conseguir a abri-lo. O cofre, segundo Alceu, está em sua posse, assim como duas estantes de livros do coronel Gervásio, embora vazias.

A fuga espetacular de Gervásio, no entanto, foi contestada por Paulo Monteiro. Segundo ele, a força federalista comandada por Elizário Prestes e José Antonio de Souza – mais conhecido como Palmeira – dominaram Soledade, partindo para Passo Fundo. No caminho, aderiram ao grupo mais de 600 combatentes, estes comandados pelo federalista passo-fundense Amâncio de Oliveira Cardoso. Quando chegaram a

¹⁰⁴ ANNES, Alceu. **CIGLA** – Compêndio Ilustrado da Genealogia Lucas Annes. 2005. Disponível em <http://br.geocities.com/alceuannes/index.html>

Passo Fundo, encontraram a cidade guarnecida por cerca de 400 homens, sob o comando de Gervásio Annes e do capitão Eleutério dos Santos que, devido à superioridade federalista, optaram por não oferecer resistência. Os republicanos partiram para Cruz Alta no dia 30 de maio, fato que gerou a história sobre a “gota e o cavalo”, cuja veracidade não pôde ser atestada ou negada pela pesquisa.

O domínio federalista não durou muito. Já no dia 4 de junho, os cerca de mil homens reunidos pelo PRF na cidade foram batidos por uma força republicana comandada por Gervásio e Eleutério com o reforço de legais de Cruz Alta, além do apoio de José Gabriel. Era a guarda Treme-Terra em ação.

Conforme Delma Gehm¹⁰⁵, Treme-Terra era o apelido da Guarda Republicana passo-fundense, formada para defesa da legalidade e surgida em 1893. Seu comandante era o professor dos *tocos*, Eduardo de Brito, cuja escola funcionava em um prédio pertencente à Maçonaria. A relação entre a elite local e os pedreiros livres será abordada mais adiante.

Como sede da Guarda Republicana serviu, como a outras agremiações ligadas ao PRR, o prédio do Clube Amor à Instrução. Ao que tudo indica, ser membro da Treme-Terra era mais uma honraria em si do que significava fazer parte de um batalhão definitivo. Isso se explica quando analisado o número do efetivo fixo: 80 homens, com idades e classes variadas. Por isso o apoio de fora foi imprescindível. Além do número quase inexpressivo de membros, a Guarda Republicana não contava com um aparelhamento muito sofisticado. De acordo com Delma Gehm:

O seu armamento, à exceção de raras Comblains e Remington, de tiro rápido, consistia na velhíssima Menier, que além do comprimento e peso excessivo, tinha o inconveniente da demora do seu manejo em combate, pois que era carregada pela boca, trazendo para isso, ao correr do cano e a ele articulada, grossa vareta de ferro com a qual mordido o cartucho de papel e derramada a pólvora naquele, era a carga sacada, terminando a operação por ser colocada no lugar próprio à espoleta, feita de cobre em forma de chapéu¹⁰⁶.

Quando da retomada da cidade pelos republicanos em 4 de junho de 1893, a Treme-Terra teve seu “batismo de fogo”. Paulo Monteiro¹⁰⁷ afirmou que esse embate, conhecido como Combate do Boqueirão, não durou mais que meia hora. Atacando pelo

¹⁰⁵ GEHM, Delma Rosendo. **Passo Fundo através do tempo** – Enfoques Gerais. Vol. 3. Passo Fundo: Prefeitura Municipal/Sub-Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul, 1982b, p. 122.

¹⁰⁶ Idem, p. 123.

¹⁰⁷ MONTEIRO, 2006, Op.cit., p. 21.

centro, a cavalaria maragata sofreu considerável perda, causada pela fuzilaria de Gervásio e Eduardo de Brito.

No que toca a embates da Revolução Federalista, Passo Fundo ainda serviu, no ano de 1893, de local para batalhas como o Combate do Arroio Teixeira, ou Combate do Guamirim, em 20 de novembro – quando houve vitória maragata e a fuga em massa dos republicanos, que deixaram para trás cadáveres insepultos de seus combatentes –; e o revide malsucedido de 20 de dezembro do mesmo ano, com o ataque de um piquete castilhistas sob as ordens do capitão Francisco Brizola ao reduto revolucionário instalado às margens do Passo do Cruz, que fez com que acontecesse uma nova fuga republicana em direção a Cruz Alta.

Já no primeiro dia de 1894, foi organizada pelo intendente de Cruz Alta uma expedição com aproximadamente 1,5 mil combatentes, sob seu próprio comando e com o auxílio do coronel Gervásio Annes, intendente de Passo Fundo, e do coronel João David Ramos. O que ficou conhecido como Combate do Umbu foi vencido pelos federalistas. Para Paulo Monteiro:

O certo é que a derrota dos pica-paus no Umbu causou alvoroço em todo o estado, fazendo com que a Brigada Santos Filho, então estacionada em Cachoeira do Sul, como parte da divisão responsável pela proteção da Estrada de Ferro Porto Alegre – Uruguaiana, fosse mobilizada às pressas para enfrentar os federalistas¹⁰⁸.

Ainda em se falando de embates da revolução, Passo Fundo foi palco do combate dos Valinhos, ocorrido em 8 de fevereiro de 1894; dos Três Passos, em 6 de junho e a definitiva Batalha do Pulador, em 27 de junho daquele ano; além de confrontos menores. Esta última foi o mais sangrento confronto da revolução.

Com a assinatura do tratado de paz em Pelotas no dia 23 de agosto de 1895, a Revolução Federalista estava oficialmente terminada. No entanto, o terror ainda prosseguia no interior do estado. Mesmo tendo Evaristo do Amaral publicado em *A Federação* do dia 23 de agosto que:

de toda a parte do Brazil chegam ao dr. Julio de Castilhos as mais positivas e entusiasticas congratulações pela pacificação do Rio Grande do Sul, nobre conquista do exercito, da guarda nacional, das

¹⁰⁸ MONTEIRO, 2006, Op.cit., p. 38.

forças civis, da brigada militar e do partido republicano guiado este pelo eminente rio-grandense, gloria de nossa terra¹⁰⁹;

encontra-se no mesmo jornal, mas datado de 3 de setembro de 1895, o relato que indicava que a paz demoraria a ser estabelecida fora da capital do Rio Grande do Sul. Com o título “Crimes”, uma notícia de Passo Fundo chocou pela brutalidade:

Por comunicação do intendente municipal de Cruz Alta consta que no dia 14 ultimo João Ramos, vulgo João do Padre, capitaneando 80 homens, dos quaes 20 armados, entrou na cidade do Passo Fundo sem que as forças leaes, em virtude do armistício embaçassem sua entrada, que effectuou sem perturbação. Á saída, porém, nos arredores da cidade, saqueou casas e tirou do leito onde se achava enfermo o distincto republicano Manoel Vieira, que a poucos passos d’ahi mandou degolar, bem como a uns prisioneiros que levava¹¹⁰.

Sobre essa insegurança “na paz”, circulou no manifesto mimeografado de Prestes Guimarães a colocação:

Será uma brilhante realidade a paz pactuada a 23 de agosto?...
Talvez...
Quanto a nós, não acreditamos em paz, senão cimentada no amor, na fraternidade, na liberdade e justiça: porém, campeia o ódio, impera a tirania e vinga em toda a parte o rancor e a iniquidade.
Esta não é a república da sedutora propaganda.
Que grande mistificação!¹¹¹

A afirmação do general federalista é uma prova do quão difícil foi cimentar a paz entre os oponentes depois da “revolução da degola”.

2.2.1 A guerra ideológica

Em relação ao embate ideológico, acirrado na revolução e que se dava no campo do jornalismo, Ana Luiza Reckziegel¹¹² teceu um panorama muito elucidativo ao falar das relações entre a imprensa republicana porto-alegrense e a imprensa uruguaia. Passo Fundo, que durante a Revolução Federalista viu seus prelos entrarem em jejum, seguiu

¹⁰⁹ **A FEDERAÇÃO**, Porto Alegre, Segunda-feira, 23 de agosto de 1895, anno XII, nº. 201, capa. Acervo AHM.

¹¹⁰ **A FEDERAÇÃO**, Porto Alegre, Sexta-feira, 3 de setembro de 1895, anno XII, nº. 208, p.2. Acervo AHM.

¹¹¹ PRESTES GUIMARÃES, 1987, Op.cit., p. 60.

¹¹² RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. **A diplomacia marginal** – vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904). Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

recebendo a influência do jornalismo republicano da capital. O jornal oficial castilhista acusava os federalistas, em artigos e editoriais, de terem intenções de restaurar a Monarquia e de separar o Rio Grande do Sul do Brasil e anexá-lo ao Uruguai. “Os canais adotados para essa propaganda foram, essencialmente, a imprensa oficiosa gaúcha, através de *A Federação*, e a correspondência diplomática trocada entre Porto Alegre, Rio de Janeiro e Montevidéu”¹¹³, escreveu Ana Luiza. A historiadora constatou que a própria imprensa montevideana alimentava a suspeita de separatismo, cogitando abertamente a possibilidade. Entretanto, para ela:

Infere-se, pela postura dos federalistas emigrados, que seu objetivo não abrangia exatamente a proclamação de uma República independente, a exemplo de 1835. É mais provável que as ameaças de separatismo e mesmo as idéias de uma eventual anexação à República Oriental fossem parte integrante de uma dupla estratégia: de um lado, chamar a atenção do governo federal e dos demais estados sobre o arbítrio cometido por Julio de Castilhos à frente do governo do Rio Grande; de outro, ao acenar com a bandeira de anexação, ganhar as simpatias do governo uruguaio, que tão úteis eram e poderiam continuar sendo para a empresa revolucionária¹¹⁴.

A estereotipização dos federalistas como foras-da-lei, monárquicos de primeira ordem e separatistas foi uma estratégia para a fixação de um inimigo comum aos governos local e central não apenas durante a insurreição, mas mesmo antes e também depois dela. Através deste artifício – bem sucedido, é verdade – se deu a identificação do regime republicano com o PRR no Rio Grande do Sul, por exemplo. Sobre o estereótipo de monarquistas dos partidários do PRF, já se vê na *Federação* de 2 de março de 1892 – durante o “governicho”, portanto – o seguinte artigo, intitulado “A phase negra”:

Procuram os srs. Cassal e Demetrio Ribeiro levar ao seio da denominada dissidência republicana a convicção de que são elles os que governam ... (...) A verdade notoria é que, com a principal responsabilidade de ambos, estão de facto governando a nossa terra os gastos instrumentos da reacção monarchica. (...) Ora, no Rio Grande do Sul, a estrutura politica é esta: Existe a opinião republicana, representada pelo partido politico que a corporifica e lhe dá unidade moral, e existe a *opinião* movediça de umas certas facções, que o bom senso popular mistura sob a bem conhecida

¹¹³RECKZIEGEL, 1999, Op. cit., p. 157.

¹¹⁴ Idem, p. 165.

denominação de *gasparismo*, o qual decorre do nome d'aquelle que é o chefe da facção principal ou predominante¹¹⁵.

Já foi dito por Celi Pinto¹¹⁶ que o primeiro momento em que o discurso do PRR passou a frisar uma equivalência entre partido e regime foi quando ele se viu desalojado do poder em novembro de 1891. Durante este período, Castilhos dedicou-se a atacar o governo revolucionário através de artigos publicados no jornal do PRR, *A Federação*. A idéia foi comprada pelo governo central, que prestou seu apoio ao PRR durante a Revolução Federalista, garantindo sua reprodução no poder até o fim da República Velha. A consolidação do órgão oficial do partido como cartilha jornalística para os demais órgãos republicanos do interior foi obtida nesse período, seguindo localmente em *O Gaúcho*.

2.3 Novo jornal, mesmos objetivos

Quatro anos após assinada a paz: foi quando surgiu aquele que foi o maior e mais duradouro veículo de comunicação do Partido Republicano Rio-Grandense em Passo Fundo – o jornal *O Gaúcho*. O periódico teve sua primeira edição em 11 de março de 1899 e ilustrava na capa a responsabilidade de Gervásio Annes como redator político e de Claro Pereira Gomes como gerente.

Assim como ocorreu com *O Echo da Verdade*, *A Violeta* e o *Palco* – os últimos dois jornais literários, um sendo do Clube Amor a Instrução e outro de uma agremiação teatral, ambos com vida curta – e com o *17 de Junho*, seu arquivamento para posteriores consultas não foi observado. Mas, em relação a *O Gaúcho*, o pesquisador, pelo menos, pode contar com três edições de anos variados, em posse do Arquivo Histórico Municipal da Universidade de Passo Fundo: são a de número 17, do ano de 1900 – a data encontra-se ilegível -, a de 11 de agosto de 1905 e a de 23 de novembro de 1913. Entretanto, ainda que com tão pouca amostragem, foi possível realizar uma análise comparativa com *A Federação*, principalmente em relação à organização em seções,

¹¹⁵ **A FEDERAÇÃO**, Porto Alegre, Quarta-feira, 2 de março de 1892, anno IX, n.º. 50, capa, *A phase negra* (fragmentos). Acervo AHM.

¹¹⁶ PINTO, Celi Regina J. **Positivismo** – um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 19.

tipo de abordagem política na redação, modelos de anúncios ou reclames¹¹⁷, forma das notícias gerais e intenção de entretenimento.

Mesmo sendo o jornal republicano local de maior duração, *O Gaúcho* muitas vezes viu-se ameaçado com o mesmo fim das demais folhas do PRR: a efemeridade. Tendo surgido em 1899, ele sofreu uma interrupção em 1901 que, segundo Sônia Bertol e Fabíola Frosi¹¹⁸, pareceu coincidir com a renúncia do chefe do PRR passo-fundense e fundador do jornal, coronel Gervásio Lucas Annes, que se mudou para Porto Alegre alegando razões particulares. A partir de dados levantados pela pesquisa, pôde-se descobrir que Gervásio havia sido reeleito, no ano de 1900, para o cargo de deputado na Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul, o qual assumiu em 1901¹¹⁹. Embora não tenha sido possível encontrar documento ou declaração explicando o porquê de sua atitude em relação ao comando da política republicana na esfera local, é possível fazer uma inferência, dentro do que se pôde averiguar em relação à sua saúde – sofria de gota, o que dificultava viagens longas – e à sua vida política, que ele previa, com a mudança para a capital, uma possibilidade de aumentar sua influência para a esfera regional ou estadual.

Com a ida do até então patriarca do PRR local para a capital, uma comissão executiva encarregou-se da liderança. No entanto, também acabou renunciando, em 1902. Talvez não tivesse o poder carismático¹²⁰ de união de Gervásio. Talvez, após a ida do líder em busca de uma instância maior, pensamentos conflitantes dentro do próprio partido começaram a tentar se impor como preponderantes, resultando em rugas. O certo foi que o partido requisitou a volta do coronel à cidade.

Uma vez aqui, ele reiniciou as operações político-ideológicas via imprensa. Em 1905, *O Gaúcho* retomou suas atividades, sendo editado até 1920. Reassumiu como redator político o coronel Gervásio Lucas Annes – cargo que exerceu até sua morte em 1917 – e, ao que tudo indica, teve a seu lado muitos colaboradores e diretores.

¹¹⁷ “Anúncios” definem as publicações de objetivo publicitário. Já “reclames” é o nome que se dá à publicação de assuntos de interesse particular, como os modernos classificados.

¹¹⁸ BERTOL, Sônia; FROSI, Fabíola. *O surgimento da mídia impressa no município de Passo Fundo/RS – os primeiros 50 anos*. In **Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional São Bernardo**. Ano 1. Vol. nº. 1. Janeiro/julho 2004. Acesso em 8/10/2006. Ver www.metodista.br/unesco/GCSB/index.htm

¹¹⁹ Informação encontrada em documento do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

¹²⁰ Ver WEBER, 1968, Op.cit., p. 57-59.

2.3.1 Discursos, modelos e formas

Para a avaliação de *O Gaúcho* dentro das concepções da comunicação social, foi de vital importância o artigo de Antônio Hohlfeldt¹²¹ intitulado *A imprensa (1870-1930)*, publicado recentemente em obra sobre a história do Rio Grande do Sul. Neste trabalho, Hohlfeldt ofereceu um panorama mais claro sobre a imprensa partidária gaúcha que os demais pesquisadores do assunto. Seu conceito cronológico de evolução da imprensa elucidou muitas das práticas observadas em *A Federação* e repetidas em *O Gaúcho*.

De acordo com o autor, o período compreendido de 1860 a 1937 – ano em que Getúlio Vargas proibiu os partidos políticos e suas publicações – esteve marcado pelo aparecimento de jornais que introduziram o conceito de empresa jornalística nas tipografias partidárias. Segundo Hohlfeldt:

Seus diretores e editores sabiam que precisavam atender a demandas de seu público, adotando algumas práticas da maioria dos jornais do centro do país, como a publicação de *folhetins*, por exemplo. (...) O que se observa, assim, é um deslocamento de acentuação, do emissor – um determinado tipógrafo resolve editar um jornal; ou determinado partido político – para o receptor: mesmo os jornais partidários devem atender a determinadas demandas de seu público, além de divulgarem seus princípios ideológicos. (...) É para com o receptor que os novos editores e proprietários de publicações se dirigem e se preocupam¹²².

Essa “preocupação” já se notava na imprensa que precedeu a *O Gaúcho*: Antonino Xavier e Oliveira¹²³, em sua observação sobre o *Echo da Verdade*, relatou que, além do artigo de fundo – político –, a folha trazia poemas de colaboradores locais, os mesmos autores das folhas literárias *Palco* (1889) e *A Violeta* (1890). Provavelmente, a prática se repetiu no *17 de Junho*, que, segundo o mesmo autor, era o *Echo*, apenas rebatizado.

Mas, foi em *O Gaúcho* que se observou realmente a prática jornalística voltada para o receptor. Não apenas porque a historiografia assim o garantiu, e sim devido à sua

¹²¹ HOHLFELDT, Antonio. *A imprensa (1870-1930)*. In BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coords.); RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dirs.) Coleção História do Rio Grande do Sul. Vol. 3 – **República – República Velha (1889-1930)**. Tomo II. Passo Fundo: Méritos, 2007.

¹²² Idem, p. 316-317.

¹²³ OLIVEIRA, 1990 c, Op.cit., p. 177-179.

ainda existência física, mesmo em número reduzido de amostragem. Entretanto, para chegarmos ao *Gaúcho*, temos de partir de seu modelo-base, *A Federação*.

O primeiro “Orgam do Partido Republicano” em terras rio-grandenses surgiu em 1884, e, conforme já explicado no capítulo anterior, seu propósito principal era o de ampliar a base social do PRR através da divulgação de seu ideário. Em segundo lugar, mas não menos importante, estava a função de oposição ao regime e ao partido no governo, na época, o Partido Liberal. A folha estava organizada da seguinte maneira:

- **Capa:** Editorial, artigo de fundo, principais acusações políticas aos adversários, editais, comunicados importantes;
- **Página dois:** continuação do artigo de fundo – se necessária -, editais, notícias gerais – como a de chegadas e partidas de embarcações, passageiros e cargas -, reclames, tribuna livre;
- **Página três:** reclames, tribuna livre e utilidade pública;
- **Contracapa:** reclames e, no rodapé, um capítulo do folhetim publicado no momento.

Um levantamento feito por Holfeldt junto aos jornais porto-alegrenses¹²⁴ levou à constatação de que a forte tendência na publicação de folhetins, que teria iniciado na década de 1850, era a da divulgação de textos franceses da escola romântica traduzidos para o português. Posteriormente, iniciou-se a tendência dos textos americanos mais realistas, abrindo caminho para autores locais.

No que toca ao artigo de fundo, ou seja, a questão política em si, o mesmo levantamento fez com que o autor concluísse que o debate político-partidário nas folhas do estado colocou o jornalismo local em destaque qualitativo se comparado com o resto do país. Ele argumentou que as penas sulinas foram estopim para situações como a questão militar, por exemplo. Uma leitura atenta tanto de *A Reforma* (do PL/PRF) quanto de *A Federação* revelou que os textos eram pensados e escritos para serem lidos com dramaticidade, em voz alta. Uma considerável carga emotiva era adicionada ao texto que, por sua vez, tinha sua pontuação de forma a orientar a dramatização, como um discurso em tribuna. Faz-se interessante comparar dois fragmentos de artigo de

¹²⁴ HOLFELDT, 2007, Op.cit., p. 322-325. Os jornais analisados foram *A Reforma* (PL, depois PRF), *O Mercantil*, *A Federação* (PRR), *Jornal do Commercio*, *O Rio Grande* (ligado à dissidência republicana de Barros Cassal e Demétrio Ribeiro).

fundo/editorial, um pertencente à *Federação* e outro ao *Gaúcho*. No primeiro jornal, datado de 22 de junho de 1891, se lê:

O vosso despejo, srs. Da *Reforma*, anima-se a pedir-nos contas: nós as daremos aos representantes do povo, ora reunidos, e em breve; mas a vós?!...

Isto seria o mesmo que uma magistratura impolluta descesse até as cadêas a justificar-se de seus actos perante os calcetas!

Pretendeis que percamos tempo examinando o vosso negro dominio, ah! O nosso escallpelo está embotado, tanto o usamos sobre vós! E para que, si ahí estão as paginas da *Federação* e a vossa historia inteira?

Nós voz desprezamos, acreditae, do fundo dos nossos corações honrados. Sois, em nosso conceito, gente perdida para o bem, matilha de calumniadores e intrigantes!

[...]

O orgam do partido republicano não mais entreterá polemica com a *Reforma*.

Agora fique á vontade malta depredadora¹²⁵.

No fragmento retirado de *O Gaúcho*, a preocupação foi atender ao mesmo tipo de demanda ilustrada pelo trecho retirado do órgão máximo do PRR, ou seja, de repúdio à manifestação da oposição, pureza dos ideais políticos do partido e submissão somente ao povo. Encontrou-se na edição de número 17, do ano de 1900:

O major Prestes Guimarães parece ter assumido a redacção do “O Canaborro”, folha que se publica na Rivera.

Se assim è, parabéns ao Partido Republicano do Estado, é menos uma folha de opposição que temos.

[linha ilegível] logo o programa do jornal, isso já se vê pela primeira página dessa folha de 31 de Maio p. passado que é toda da lavra do novo redactor.

Prestes não abriga em seu coração, se não o sentimento do ódio, e a sua aspiração cifra-se em conquistar occasião para vingar-se, momento para exhibir sua penna, e tempo para perseguir os seus desaffectedos.

Collocará sem sentir o jornal ao seu serviço particular.

As doutrinas do bondoso Nazareno não tocaram ao antigo sargentão do Conselheiro Martins, assim como, aos 70 annos de idade, não arrefeceram a ira que alimenta sua alma¹²⁶.

Ambos os redatores – no caso de *A Federação*, certamente o autor do editorial ilustrado neste trabalho foi Álvaro Baptista, que substituiu Castilhos na chefia de

¹²⁵ **A FEDERAÇÃO**, Porto Alegre, Segunda-feira, 22 de junho de 1891, anno VIII, n.º. 144, capa. *Ultima Palavra*. Acervo do AHM.

¹²⁶ **O GAÚCHO**, Passo Fundo, data ilegível, ano 1900, anno II, n.º. 17, capa. *A palavra do Major*. Acervo do AHR.

redação do jornal até 15 de novembro daquele ano; já nas páginas de *O Gaúcho*, o editorial era de responsabilidade de Gervásio Annes – não criticam os oponentes por virem a público manifestarem-se, e sim por serem “caluniadores”. Se, em *A Federação* do dia 1º de janeiro de 1891, Assis Brasil deixava bem claro que “um jornal não é, não pôde ser, como se tem pretendido, o orgam de quem o redige”¹²⁷, se viu uma consonância argumental em *O Gaúcho*, quando o editorial afirmou que “[Prestes Guimarães] collocará sem sentir o jornal ao seu serviço particular”. O que era atacada era a suposta parcialidade da oposição para com o governo republicano e para com o leitor. Além disso, ambos os textos, quando lidos na íntegra, apontaram para a defesa do argumento de que só o partido republicano era legítimo e capaz de organizar as coisas do governo de forma eficiente e progressista.

A imprensa era reconhecido meio de influência sobre a sociedade por parte do PRR. Para ilustrar esta constatação, outro fragmento de *A Federação*, parte do texto atribuído a Assis Brasil e citado anteriormente:

Orgam político e doutrinário de uma geração sem jaça, ella tem transmitido e modelado o seu pensamento com tal elevação, com tal brilhantismo e firmeza, que tem conseguido exercer decidida influencia sobre a sociedade em cujo seio actúa. [...] É assim que, abrindo caminho por entre a multidão composta de indifferentes e de adversarios, o pequeno grupo que desfraldára a bandeira do federalismo republicano convenceu os indifferentes, venceu os adversarios e foi implantal-a no recinto do Congresso, representando o partido politico pujante que a organisou e a cujo patriotismo e orientação estão confiados os destinos da Patria.

No caso do jornal porto-alegrense, a leitura de exemplares de diversos anos apontou que muito do artigo de fundo era composto de resposta a textos publicados pelos liberais/federalistas em seu órgão político-partidário, o jornal *A Reforma*. Outro tanto da crítica à oposição dizia respeito a atitudes tomadas quando esta se encontrava no governo, a discursos públicos em tribuna ou não e à vida pessoal de próceres oposicionistas. Em Passo Fundo, o que se pôde perceber do revide republicano nos jornais – os federalistas não contavam com jornal local – é que a resposta era dada em relação a comentários que circulavam pela cidade, discursos em tribuna ou não dos opositores e em relação à vida pessoal de cada um.

¹²⁷ **A FEDERAÇÃO**, Porto Alegre, Quinta-feira, 1 de janeiro de 1891, anno VIII, nº. 1, Capa. *Completa hoje A Federação o seu 7º anno de existência*. Acervo AHM.

Hohlfeldt chegou à conclusão que, em se tratando da imprensa gaúcha, o final do século XIX assistiu e participou de uma forte disputa entre duas classes dirigentes. Ele destacou que, pela primeira vez e efetivamente, houve uma convergência entre as elites políticas e intelectuais, impulsionadoras da opinião pública, com veículos eficazes a seu dispor. Regionalmente, a prática da imprensa político-partidária definiu alguns modelos o jornalismo do novo século. Localmente, impulsionou a dualidade encabeçada até hoje pelos dois veículos em circulação, *O Nacional* e o *Diário da Manhã*¹²⁸.

Em âmbito nacional, a imprensa republicana também exercia um jornalismo combativo, com tendências pasquinescas, onde os campos jornalístico e literário se confundiam. Nelson Werneck Sodré, em seu livro sobre a história da imprensa brasileira, apresentou o relato do jornalista francês Max Leclerc, que veio ao Brasil registrar para os jornais franceses a nova fase na qual o país estava ingressando. Leclerc encontrou aqui uma imprensa considerada por ele atrasada:

A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido no governo paterno e anárquico de D. Pedro II: por um lado, alguns grandes jornais muito prósperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados, em suma e antes de tudo, como uma empresa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para aumentar o valor de sua publicidade do que empregar sua influência na orientação da opinião pública. Tais jornais ostentam uma certa independência, um certo ceticismo zombeteiro, à maneira do nosso *Figaro*, ou se mostram imparciais até a impossibilidade. Em torno deles, a multidão multicolor de jornais de partido que, longe de ser bons negócios, vivem de subvenções desses partidos, de um grupo ou de um político e só são lidos se o homem que os apóia está em evidência ou é temível¹²⁹.

Conforme o mesmo relato, os jornais brasileiros, sobretudo os do Rio de Janeiro e de São Paulo, não davam importância ao “acontecimento”, e isso devido a uma falta – notada por Leclerc – de concepção nítida sobre o que seria importante noticiar. Nessa análise, o jornalista brasileiro da época carecia, ainda, de métodos e critérios profissionais: “a imprensa em conjunto não procura orientar a opinião por um caminho

¹²⁸ O surgimento de *O Nacional* data de 19 de junho de 1925, quando foi montado por Herculano Annes, Teófilo Guimarães e Americano e Hiran Araújo Bastos. O jornal foi um dos muitos veículos que surgiram em Passo Fundo no início do século XX, e um dos únicos que continua até hoje, juntamente com o *Diário da Manhã*, que surgiu em 28 de novembro de 1935, fundado por Túlio Fontoura. Os dois veículos são pontas bipolares de políticas opostas. Hoje os acirramentos estão amenizados, mas ainda se pode perceber as diferenças entre ambos com uma leitura mais atenta.

¹²⁹ SODRÉ, 1999, Op.cit., p 252.

bom ou mau; ela não é um guia, nem compreende sua função educativa; ela abandona o povo à sua ignorância e à sua apatia”, definiu o francês.

O fato político, na maioria dos jornais, era a preocupação central, se não a única. Ou, ainda, como explicou Sodré: o que importava não era a política, e sim o fato político, pois:

(...) nessa dimensão reduzida, as questões são pessoais, giram em torno de atos, pensamentos ou decisões de indivíduos, os indivíduos que protagonizam o fato político. Daí o caráter pessoal que assumem as campanhas; a necessidade de endeusar ou de destruir o indivíduo. Tudo se personaliza e se individualiza. Daí a virulência da linguagem da imprensa política, ou o seu servilismo, como antípoda. Não se trata de condenar a orientação, ou a decisão, ou os princípios – a política, em suma – desta ou daquela personalidade; trata-se de destruir a pessoa, o indivíduo. É virulência semelhante, na forma, à do pasquim da primeira metade do século XIX, mas diferente no conteúdo. Essa distinção é que não tem sido percebida pelos historiadores, enganados pela semelhança formal que resulta da simples observação¹³⁰.

Existia, ainda, uma forte tendência a tornar literário o que era publicado, resultando que o noticiário e a publicidade apresentavam uma linguagem difícil, caracterizada como “empolada”, com tendências à romantização. Isso começou a ser mudado no início do século XX, mas apenas nas capitais do sudeste. Nas demais províncias e nos jornais do interior, a modernização, tanto lingüística quanto estrutural e logística, chegou mais tarde, com atraso de décadas. A partir de 1930 foi que o setor começou a apresentar, mais uniformemente, características de imprensa-empresa, ou seja, com vistas a oferecer um serviço – a informação e seus derivados – com o objetivo de obter lucros.

2.3.2 O que sobrou para ser lido

Nesta parte do capítulo, será desenvolvida uma análise dos três exemplares remanescentes de *O Gaúcho*, partes do acervo do Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo.

Na primeira dessas edições, a de número 17 do ano de 1900. O jornal seguia a organização de quatro páginas da *Federação*, no entanto, sua periodicidade, em vez de ser de segunda-feira a sábado, era semanal. Na capa, o artigo de fundo/editorial recebeu

¹³⁰ SODRÉ, 1999, Op.cit., p. 277.

o título *A palavra do Major*, uma alusão tanto ao manifesto mimeografado que circulou pela cidade quanto ao engajamento do opositor na imprensa uruguaia, como chefe de redação de *O Canaborro*¹³¹, na cidade de Rivera.

Segundo o autor do artigo, que certamente foi o coronel Gervásio – o mesmo não foi assinado, mas como a responsabilidade pela chefia de redação da folha republicana era dele, provavelmente o texto era de sua autoria -, Prestes Guimarães assumiu o cargo apenas para se vingar dos republicanos passo-fundenses:

A sua palavra eivada de rancor, é ainda ouvida nesta terra onde desenas de annos, ella foi a causa de tantos infortúnios. Não mudou, è o mesmo homem, nem a ausência, nem a idade, têm poder sobre esse homem mau, rancoroso e vingativo. Os seus escritos intermeados de citações históricas, feitas com cuidado e com phraseado escolhido, visam dois fins: chamar a atenção para a erudição do auctor, em primeiro lugar, depois, armar effeito accendendo o ódio e promovendo discórdia entre a pacifica família Passo-Fundense¹³².

Em seguida, foi feito um louvor às qualidades de Gervásio Annes como líder político e intendente, depreciando seu oponente até em suas relações familiares. Prestes foi acusado de negligência para com o próprio filho, também advogado, que, segundo a historiografia, passou a dividir banca de advocacia com o chefe republicano, oponente de seu pai. Ainda foi ressaltado o “sossego” que a cidade havia finalmente encontrado, reforçado o vigor dos ideais do PRR e frisada a tendência de que o major da Guarda Nacional e general federalista teria de procurar pela desordem e confusão.

Ainda na capa dessa edição, uma homenagem ao aniversário de um ano da morte do marechal Floriano Peixoto e o texto mais impressionante das quatro páginas: uma resposta do major Lucas de Araújo, publicada na “Secção Livre”, com continuidade na página dois, a acusações feitas a seu pai. O revide diz respeito a algo publicado na edição de 16 de junho de 1900 no jornal *O Cruz Alta*, da cidade homônima:

Li no “Cruz Alta” de 16 de junho próximo passado, uma correspondência de Santiago do Boqueirão firmada por um tal de Esequiel Augusto Ubatuba, na qual vi o nome de meu velho pai Jeronymo Fernandes de Oliveira, apesar de ter sido escripto e assignado por um individuo desprezado pela sociedade Santiaguense,

¹³¹ *O Canaborro* segundo grafia da matéria no próprio jornal, muito embora o nome real do periódico seja *O Canabarro*.

¹³² **O GAÚCHO**, Passo Fundo, data ilegível, ano 1900, anno II, n.º. 17, capa. *A palavra do Major*. Acervo do AHR.

não pude deixar sem reparos. Diz o cynico Ubatuba em seu artigo, que meu pai tem amigos tantos quantos diógenes, contará no torrão, onde nasceu, pois engana-se esse miserável, o povo sensato que julgue.

O partido Republicano, local chefiado pelo tenente coronel Fausto Machado a que se refere o Sr. Ubatuba, não pode ser o mesmo que tem como chefe no Estado, o benemérito Doutor Julio de Castilhos, pois há pouco tempo, dizia o tenente coronel Fausto, francamente nas ruas d'aquella villa, que o Doutor Julio de Castilhos era um disputa, um dictador.

Esse asqueiroso tem o nome de Esequiel Augusto Ubatuba, não passará talvez de um judeu errante, este desprezível que não achando uma collocação na terra em que vio a luz, foi aquella localidade a procura de um emprego.

No que chamou de “satisfação ao público”, Lucas Araújo, ao defender a honra da família, misturou-a a do Partido Republicano Rio-Grandense e de Júlio de Castilhos. Ele terminou sua resposta classificando o “judeu” de indivíduo de baixa esfera. Neste caso, o termo judeu foi empregado não etnicamente, mas de forma pejorativa e preconceituosa, para caracterizar um indivíduo inferior. Enquanto Gervásio parecia ser mais cuidadoso na escolha dos termos ofensivos que empregava, seus colaboradores – ou pelo menos o major Lucas – se mostravam mais passionais.

Na página dois seguia-se o noticiário local e o capítulo de um folhetim: “As Minas de Ouro do Rei Salomão”, de Rider Haggard. Os textos para entretenimento já haviam cedido lugar, como bem citou Hohlfeldt, para o realismo americano. Ainda no mesmo espaço editais, avisos fúnebres e um anúncio da Casa Ramão Rico, uma relojoaria local.

A página seguinte trazia a divisa “Anúncios”, publicando apenas reclames.

Na contracapa, mais reclames, e um calhau¹³³ da tipografia do *Gaúcho*, anunciando seus préstimos. A prática do calhau segue até hoje no jornalismo moderno, funcionando como “tapa-buracos” e promoção institucional ao mesmo tempo.

No jornal que circulou em 11 de agosto de 1905¹³⁴, o assunto principal foi o alistamento eleitoral proposto pela Lei Rosa e Silva. Segundo Sérgio da Costa

¹³³ É conhecido por “calhau”, no jargão jornalístico, o anúncio institucional colocado em jornal, rádio, TV e Internet para ocupar um espaço que de outra forma seria deixado em branco. Além de preencher uma lacuna, o calhau reforça a imagem institucional do veículo e pode até divulgar dados interessantes para seu funcionamento, como é o caso dos serviços tipográficos a terceiros.

¹³⁴ **O GAÚCHO**, 11 de agosto de 1905, anno III, n.º. 3. Acervo AHR.

Franco¹³⁵, desde 1891 não se registrava uma luta eleitoral da oposição ao PRR no estado. Não havia segurança à disputa através do voto, uma vez que todo o processo de alistamento, organização das seções de votação e apuração dos sufrágios eram de responsabilidade dos governos municipais, que, no Rio Grande do Sul, eram exercidos por filiados ao PRR. A oposição só era praticada através de jornais partidários. Com a lei concebida pelo senador pernambucano Rosa e Silva, houve uma inovação na legislação eleitoral da União, trazendo a participação do Poder Judiciário no alistamento, buscando garantir mais seriedade ao processo.

Entretanto, no estado, os dispositivos da lei não agradaram ao governador Borges de Medeiros:

Borges de Medeiros, então no governo do Rio Grande do Sul, negou a aplicação a dispositivos da Lei Rosa e Silva, que estabeleciam sua extensão aos pleitos estaduais e municipais. Invocou, no caso, sua inconstitucionalidade, por ofensa à autonomia dos estados, no que foi respaldado por decisão do Judiciário. Mas, no tocante ao alistamento e organização das eleições federais, submeteu-se às determinações da nova lei e, durante o ano de 1905, acompanhou de perto os procedimentos do alistamento federal, recomendando ao partido especiais cuidados em relação ao assunto¹³⁶.

Em Passo Fundo, segundo a informação de *O Gaúcho*, o alistamento foi feito pelos federalistas Arthur Schell Issler, Ernesto Morsch e Adão Isller. O nome dos republicanos envolvidos no processo não foi mencionado. Assim como se observou no estado em sua totalidade, a cidade registrou uma maioria republicana. Num total de 61.233 republicanos no Rio Grande do Sul, Passo Fundo contribuiu com um número expressivo, não divulgado no jornal local. Em respeito aos números do alistamento, os únicos que faziam parte do artigo são os que referiam aos eleitores recusados:

Se não nos falha a memória, pela junta de alistamento foram recusados 17 cidadãos, sendo 7 republicanos e 10 federaes, e destes nenhum interpôs recurso. Por que não o fizeram? Naturalmente porque as decisões eram justas.

Não só por isso, mas também pelo numero de recusados de um e de outro partido se póde ver a imparcialidade com que procedeu a junta, composta dos dois partidos¹³⁷.

¹³⁵ FRANCO, Sérgio da Costa. *O Partido Federalista*. In BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coords.). RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dirs.) **Coleção História do Rio Grande do Sul**. Vol. 3 – República – República Velha (1889-1930). Tomo I. Passo Fundo: Méritos, 2007.

¹³⁶ FRANCO, 2007, Op.cit., p. 149.

¹³⁷ **O GAÚCHO**, 11 de agosto de 1905, anno III, nº. 3, capa. *Antes e Depois*. Acervo AHR.

O artigo foi uma resposta à possível reclamação dos federalistas de uma fraude republicana no alistamento, usando “fatos para comprovar fatos”, como escreveu o redator. Um telegrama de Borges de Medeiros ao senador Pinheiro Machado informou os resultados parciais e totais do processo. Abaixo, uma tabela com dados extraídos do telegrama¹³⁸, publicado na obra de Franco, mas com números apenas da capital, de Passo Fundo e da “cidade-mãe” Cruz Alta:

Cidade	Republicanos	Federalistas	Outros
<i>Porto Alegre</i>	5.100	1.425	-
<i>Cruz Alta</i>	1.079	483	-
<i>Passo Fundo</i>	742	561	-

Se em Porto Alegre e Cruz Alta a superioridade republicana foi bem mais acentuada do que em Passo Fundo – que no ano de 1908 contava com 35 mil habitantes, destes, sete mil residindo na sede do município¹³⁹ –, o dado serve para demonstrar o quão acirrada era a convivência entre federalistas e membros do PRR local. Tanto que o resultado, taxado de fraudulento pelo PRF, gerou uma enorme defesa no “órgão republicano”, e não apenas sua comemoração:

Verificada a circunstancia de havermos alistado maior numero de eleitores, era necessário por parte dos nossos adversários um expediente para se justificarem perante os incautos, a quem tinham garantido que os republicanos apenas tinham os empregados públicos, e que o município em pezo lhes pertencia. Não se fez esperar a notícia que a meza era composta não por juizes, mas sim por políticos e que a isso deviam o estar em minoria. Usaram de um recurso improcedente, pois ainda a esse falso argumento oppomos os factos, sempre os factos¹⁴⁰.

Na época, eram considerados eleitores, segundo a Lei Eleitoral do Rio Grande do Sul promulgada por Júlio de Castilhos em 1897, os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, com domicílio no estado e no gozo de seus direitos civis e políticos. Ficavam excluídos os analfabetos, mendigos, praças de pré, religiosos sujeitos a voto de obediência e as mulheres. O voto era a descoberto, e o alistamento feito anualmente por

¹³⁸ FRANCO, 2007, Op.cit., p. 149.

¹³⁹ OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. **Annaes do Município do Passo Fundo** – Aspecto geográfico. Vol. 1. Coord. por Marília Mattos e outros. Passo Fundo: Gráfica e Editora Universidade de Passo Fundo, 1990 a, p. 78.

¹⁴⁰ **O GAÚCHO**, 11 de agosto de 1905, anno III, nº. 3, capa. *Antes e Depois*. Acervo AHR.

uma comissão especial, que atualizava a listagem anterior, incorporando novos eleitores¹⁴¹.

Além do artigo citado anteriormente, a capa ainda trazia outro, intitulado “O Funcionalismo Público”, defendendo a existência da categoria e assinado pelo pseudônimo “Ascádilus”. Sob o pseudônimo “Senio”, uma terceira matéria, falando da prestação de contas do município e de seu proceder justo. O artigo, de nome “Respigas”, encerrava-se na página dois. Na seqüência, na seção “Pelo Município”, um comentário sobre a cultura da erva mate, assinado por “Cincinnatus”. Na seção “Indústrias Locais”, um comentário sobre a pecuária, de autoria de “Jano”, conhecido pseudônimo de Antonino Xavier e Oliveira, que também respondia por “Senio”. Quanto a “Ascádilus”, não foi possível identificar a quem pertencia o pseudônimo. Seguem-se a “Secção judiciária” e o noticiário. Nas páginas restantes, reclames.

Na última edição restante, datada de 23 de novembro de 1913¹⁴², o assunto principal era o relatório da Intendência Municipal, já uma continuação de edição anterior. O interessante é o noticiário que se segue na capa, onde se pôde ler, sob o título “Dr. Plínio Casado”, o relato da vinda do advogado porto-alegrense a Passo Fundo para defesa de um réu acusado de difamar o coronel Gervásio:

Esse advogado, que aqui veio por motivo do processo a que responde João Roque Montano, é o mesmo que defendendo um pedido de *habeas corpus* em favor d’aquela réu, perante o Superior Tribunal do Estado, disse do nosso impolluto chefe Coronel Gervásio e de Passo Fundo as seguintes *bellezas* que abaixo transcrevemos de um colega da capital:

“terminou dizendo não ocorrerem no casos indícios veementes que justifiquem a prisão; que neste terreno dos indícios que elle (linha ilegível) contra o Coronel Gervásio Lucas Annes e não contra seu constituinte”. Não fazia uma accusação a quem quer que fosse, mas, no terreno das conjecturas, outra não podia ser a conclusão.

Nesse sentido, citou factos, comparou-os, e delles tirou o fundamento de seus assertos.

Depois de longas considerações, terminou dizendo que o paciente viera abrigar-se sob a toga impolluta da magistratura rio-grandense

¹⁴¹ Para mais ver TRINDADE, H.; NOLL, I. **Rio Grande da América do Sul**: partidos e eleições (1823-1990). Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 1991, p. 44.

¹⁴² **O GAÚCHO**, Passo Fundo, 23 de novembro de 1913, anno X, nº. 46. Acervo AHR.

“para escapar á faca dos magarefes habituados aos latrocínios e aos roubos na conquista de posições sociaes”. [o grifo é do jornal]¹⁴³

A capa ainda trazia a notícia do lançamento da pedra fundamental da Catedral Nossa Senhora Aparecida pelo bispo de Santa Maria no dia 16 de novembro daquele ano e do falecimento do republicano capitão Jovino. Nas páginas dois e três, apenas reclames e anúncios de utilidade pública. Na contracapa, um quadro com as nomeações dos funcionários municipais e notícias judiciais.

Analisando-se os exemplares disponíveis, pôde-se definir o uso do jornal para três propósitos principais, e todos eles podem ser colocados, de certa forma, dentro dos interesses do partido: a resposta/ataque a integrantes da oposição, a defesa da honra de republicanos e a demonstração da força do partido e de sua retidão para com as coisas públicas. Com o passar dos anos, a empresa jornalística passo-fundense, ainda que partidária, passou a oferecer mais espaço a notícias locais e a anúncios comerciais. Nas edições de 1905 e 1913 não havia mais a publicação do folhetim, o que pode significar que o espaço das quatro folhas semanais estava ficando escasso e que o leitor, de quem a direção do veículo tinha consciência e respeitava, estava mais interessado em notícias e na leitura de artigos políticos.

Conforme relato de memorialistas, *O Gaúcho*, no que diz respeito à comercialização, seguiu o mesmo caminho do *Echo* e da *Federação*: entrega a assinantes. Talvez houvesse venda avulsa, mas a hipótese não pôde ser comprovada devido à falta de documentação.

A folha, dentro do conceito de “regionalismo” defendido por Viscardi¹⁴⁴, que classificou a luta regionalista como uma disputa política pela obtenção de vantagens adicionais, foi, como o resto da imprensa do século XIX e início do XX no município, uma grande aliada para rebater os adversários, que para expressarem-se contavam apenas com o discurso, o boato e o comentário em grupos sociais. A palavra escrita, ao receber o significado de “palavra definitiva”, acabou deixando para o futuro a ótica republicana, mesmo que nas entrelinhas, quando somadas às informações jornalísticas a heurística das fontes, possa deixar entrever um ponto de vista federalista. A ideologia traçada pelo PRR, de ter um veículo de divulgação, debate e arregimentação na

¹⁴³ O GAÚCHO, Passo Fundo, 23 de novembro de 1913, anno X, nº. 46, capa. Dr. Plínio Casado. Acervo AHR.

¹⁴⁴ VISCARDI, 1994, Op.cit.

imprensa, funcionou muito bem em âmbito local, e reproduziu o sucesso de um padrão estadual.

O Gaúcho encerrou suas atividades em 1920. Seu principal responsável foi o coronel Gervásio Annes, mas também responderam pelo periódico Nicolau de Araújo Vergueiro e Jovino da Silva Freitas, em 1912, e Basílico Gabriel de Oliveira Lima, seu diretor em 1915.

Na parte final deste trabalho, será analisada a vida política de Gervásio Lucas Annes, a formação e consolidação das elites republicanas locais e sua relação com o poder estadual e com sociedades secretas como a Maçonaria e de que forma isso se refletiu no partido e na imprensa.

Capítulo 3

A vivência do poder: lideranças, alianças e barganhas

Conhecer a forma como o poder se articula localmente e como se relaciona com instâncias maiores oferece a possibilidade de um retrato social subjetivo, que, se bem procedido, é revelador de certos aspectos contidos nas entrelinhas de uma análise histórica. Com o objetivo de interpretar o subjacente, neste capítulo será realizado um cruzamento entre a análise biográfica nos moldes propostos por Giovanni Levi¹⁴⁵ e a crítica do comportamento de grupos de elite no campo político realizada por Gunter Axt e Loiva Otero Félix¹⁴⁶.

A proposta é a de tecer uma metodologia que propicie a crítica e inserção da biografia do líder republicano passo-fundense Gervásio Lucas Annes no contexto histórico político rio-grandense do qual é contemporânea, procurando identificar procedimentos e clivagens no exercício da política e do poder dentro da lógica da Primeira República. Para tanto, foi realizado o estudo da vida deste político e jornalista em obras biográficas, textos jornalísticos e correspondências, bem como da conjuntura da época e dos jogos de poder encenados dentro dos âmbitos dos governos municipal e estadual e da imprensa. O que se pretende, desta forma, é elaborar um panorama das relações internas do Partido Republicano Rio-Grandense e de como estas contribuíram para a formação de uma realidade particular.

Ainda servem de amparo, neste capítulo, conceitos como os de Thompson sobre ideologia e sobre a imprensa como instituição paradigmática do poder, e de Max Weber, sobre o carisma na política.

¹⁴⁵ Levi definiu que vivemos uma fase intermediária no fazer histórico: “mais do que nunca a biografia está no centro das preocupações dos historiadores, mas denuncia claramente suas ambigüidades. Em certos casos, recorre-se a ela para sublinhar a irredutibilidade dos indivíduos e de seus comportamentos a sistemas normativos legais, levando em consideração a experiência vivida; já em outros, ela é vista como o terreno ideal para provar a validade de hipóteses científicas concernentes às práticas e ao funcionamento efetivo das leis e regras sociais”. A escolha aqui foi a por lançar mão dos dois sentidos, mas com preponderância do segundo. Mais informações em LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.167.

¹⁴⁶ Gunter Axt explicitou em sua tese de doutorado a existência de um coronelismo sul-rio-grandense, ao contrário do que costuma afirmar a historiografia tradicional. Foram de grande valia dois de seus artigos: *Coronelismo indomável: especificidades do sistema coronelista no Rio Grande do Sul (1890-1930)* e *Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder*, ambos sínteses de sua tese. Já Loiva Félix trabalhou com a análise do comportamento das elites em relação com um poder político maior, ou seja, estadual. Para fins de embasamento de pesquisa, foram utilizados três de seus trabalhos: *A sistemática da distribuição regional do poder no RS na I República*; *Coronelismo, borgismo e cooptação política e Política, poder e justiça: violência e criminalidade sob os coronéis no “Caso Creso”*.

3.1 O coronel Gervásio: relações “para baixo”

Segundo Félix, a Primeira República no estado foi marcada pela existência de, no mínimo, quatro tipos diferentes de relações entre o regional com o poder estadual. Todos foram frutos de evoluções históricas e trouxeram como fatores preponderantes os interesses econômicos de regiões diferenciadas: a zona sul e a campanha, o planalto médio (serrana), a zona colonial e a litorânea¹⁴⁷. Ela ressaltou, ainda, que o poder local foi de cunho *coronelistas*, ou seja, baseado em um sistema político caracterizado pelo poder concentrado nas mãos de um poderoso local.

Para Gunter Axt, que estudou mais a fundo a existência de tal sistema de relações de poder no Rio Grande do Sul – teve particularidades em relação ao resto do país –, o que existiu em nível estadual foi uma “rede de compromissos” – que também pode ser chamada *coronelismo* – onde o governo, fortalecido pelo federalismo fiscal e institucional da República Velha, instituiu com os preponderantes locais uma relação de troca: enquanto garantia para baixo a supremacia do poder de coronéis aliados – concedendo autonomia de mando e controle sobre a sociedade local –, cobrava por isso o comprometimento dos mesmos, principalmente na forma de votos. Essa barganha também se dava, ainda conforme Axt, em uma terceira instância: a dos governadores em relação ao presidente da República. Nesse campo, a moeda de troca era o reconhecimento do domínio por parte do poder central sobre o estado governado, em troca de apoio político¹⁴⁸.

No caso da zona serrana, na qual se inclui Passo Fundo, o coronel em questão foi Gervásio Annes. Gervásio recebeu o título de coronel-comandante superior da Guarda Nacional da Comarca em 1890, através do decreto de número 391, de 31 de agosto¹⁴⁹. Portanto, além de coronel político, o era por “direito”. Seu poder, enquanto coronel dominante – em Passo Fundo, como já explicitado, havia a dualidade entre dois partidos, sendo considerado, pela mesma premissa de preponderância, Prestes Guimarães como a outra ponta do coronelismo local, mesmo que oposto aos

¹⁴⁷ FELIX, Loiva Otero. *A sistemática da distribuição regional do poder no RS na I República*. In **Estudos Leopoldenses**, vol. 32. n.º. 146, março-abril, 1996, p. 90.

¹⁴⁸ AXT, Gunter. *Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder*. In BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coords.). RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dirs.) **Coleção História do Rio Grande do Sul**. Vol. 3 – República – República Velha (1889-1930). Tomo I. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 89.

¹⁴⁹A informação foi retirada da biografia elaborada por NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santana Rodrigues. **Vultos da História de Passo Fundo**. Passo Fundo: Pe. Berthier, 1995, p.48.

republicanos castilhistas – deu-se de fato após seu engajamento no PRR em 1889 e a subida do partido ao poder após a Proclamação da República. Antes disso, exercia a chefia do Partido Conservador mais como oposição do que como consolidação de influência abrangente efetiva.

Apresentando uma trajetória semelhante à de Júlio de Castilhos, que também era advogado, jornalista e líder político; Gervásio Annes detinha uma das duas bancas de advocacia da cidade – Prestes Guimarães também tinha seu escritório, sendo ambos rábulas¹⁵⁰ –, a editoria do único jornal em circulação e a liderança incontestada entre os republicanos locais. Sua posição de coronel pressupunha – e fazia existir – toda uma organização de suporte baseada nas idéias de lealdade e obediência vinculadas à tradição gaúcha, organização esta desenvolvida em dois níveis: 1) dos agregados, capangas e demais dependentes em relação ao coronel; 2) do coronel frente ao governador¹⁵¹:

No caso de Passo Fundo, pode-se identificar claramente duas etapas do poder formal, muito embora fosse o mesmo grupo situacionista que se manteve ao longo do tempo. Houve a manutenção dos mesmos coronéis vinculados ao PRR. Muito embora não tenha sido o primeiro intendente municipal, pode-se considerar que a primeira etapa de poder é representada pelo domínio do cel. Gervásio Lucas Annes, de 16/12/1893 até a data de seu falecimento em 04/04/1917. Nessa fase, há também a colaboração efetiva do cel. Lólico (Pedro Lopes de Oliveira). Uma segunda etapa está associada ao nome do cel. Nicolau de Araújo Vergueiro, abrangendo o período de 1920 a 1932¹⁵².

Como pontos de apoio, Gervásio Annes contava, além dos coronéis Lólico e Chicuta, com o apoio do delegado de polícia Antônio Manoel de Araújo. O irmão de Lucas de Araújo, outro nome republicano influente, foi nomeado delegado de polícia em 1892, e era conhecido pela truculência no exercício do cargo. Era ainda integrante da Guarda Republicana Passo-Fundense, a “Treme-Terra”, e também ostentava a

¹⁵⁰ Dava-se o nome de “rábula” – ou provisionado – no Brasil, ao advogado que, não possuindo formação acadêmica em Direito (bacharelado), obtinha a autorização da entidade de classe (primeiro do Instituto dos Advogados; a partir da década de 1930 da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB) para exercer, em primeira instância, a postulação em juízo.

¹⁵¹ O modelo dessa organização foi sintetizado por Loiva Félix na obra **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 67. Também serviu de base a análise feita por Grijó do poema *Antônio Chimango*, de Ramiro Barcellos. GRIJÓ, Luiz Alberto. *A “Estância de São Pedro”* – concepções de política e sociedade no Rio Grande do Sul. In RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). **RS: 200 anos** – definindo espaços na história nacional. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

¹⁵² FÉLIX, Loiva Otero. *Política, poder e justiça: violência e criminalidade sob os coronéis no “Caso Creso”*. In BATISTELLA, Alessandro (org.). **Passo Fundo, sua história**. Vol. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 172.

patente de tenente-coronel. Seus irmãos Gezerino e Gasparino Annes também o apoiavam, assim como o dr. Cândido Lopes de Oliveira e o próprio Lucas de Araújo. Essa elite republicana, deste modo, era formada pelas mais diversas profissões: proprietários de terras, comerciantes, militares, advogados e farmacêutico/médico homeopata.

A importância do delegado para o sistema coronelista gaúcho foi descrita por Axt. Segundo o autor, que se baseou para tanto em Loiva Félix:

Os subchefes de polícia eram muito mais do que funcionários responsáveis pela segurança pública, pois exerciam na prática atribuições de agentes políticos. (...) Os delegados e subdelegados de polícia eram funcionários escolhidos, geralmente, por comum acordo entre os manda-chuvas locais e o comando palaciano.

Os cargos poderiam ser preenchidos por qualquer cidadão, não havendo requisição de diplomas ou necessidade de concurso público. Assim como em todo o país, no Rio Grande do Sul, o uso político da força pública também era fundamental para a manutenção do *status quo* de uma facção¹⁵³.

A truculência de Antônio de Araújo no exercício da repressão não apenas policial, mas política, foi apontada por Prestes Guimarães¹⁵⁴. Segundo o chefe federalista – e aconselha-se levar em consideração os humores antipáticos do antagonismo –, o delegado Araújo era “pouco criterioso”, “um pequeno tirano”, cujo costume era o de aplicar torturas e extorsões aos rivais do PRR, contando sempre com a aquiescência de Gervásio Annes e da cúpula republicana local.

Axt caracterizou o cargo de delegado como mais um daqueles comercializados pelo “tráfico de influências”. Neste esquema, eram enredadas autoridades públicas, abastados locais e lideranças religiosas que, em troca de suporte e lealdade, se beneficiavam de contratos para negócios, contavam com privilégios jurídicos e elogios via imprensa. O contrário se dava com os membros da facção antagonista, que poderiam ser – e o eram, no mais das vezes – perseguidos pelas autoridades públicas e pelos jornalistas alinhados, ainda sofrendo danos profissionais:

As facções nasciam do clima de disputa entre dois ou mais coronéis por vantagens do sistema político. Vínculos de compromissos, oriundos de laços de parentesco, relações empregatícias ou troca de favores dividiam os eleitores, autoridades públicas e mandões

¹⁵³ AXT, 2007, Op.cit., p. 108-109.

¹⁵⁴ PRESTES GUIMARÃES, 1987, p. 18.

intermediários. O crescimento de alguma facção dependia de apoio do governo¹⁵⁵.

Para que houvesse superioridade de uma facção – republicana ou oposicionista – sobre outras, eram observados alguns passos comuns na luta pela posição de líder¹⁵⁶:

- A fundação de um clube político, batizado usualmente com o nome de algum partidário considerado “de elite”. No caso de Passo Fundo, a fundação do primeiro clube republicano deu-se às vésperas da Proclamação. No entanto, pode-se citar o posterior aparecimento do Clube Pinheiro Machado, que contava com biblioteca própria¹⁵⁷. Delma Gehm registrou que a agremiação foi fundada em 16 de março de 1904, e batizada de forma a homenagear José Gomes Pinheiro Machado, então senador. Este não apenas inspirou o nome do clube como passou a ser seu presidente honorário. Com o lema “Um por todos, todos por um”, o Clube Pinheiro Machado teve como primeiro presidente efetivo Afonso Caetano de Souza, como secretário Afonso Gabriel de Oliveira Lima, Claro Pereira Gomes era responsável pela tesouraria e Antonino Xavier e Oliveira fazia às vezes de orador. Funcionava no salão do Clube Amor à Instrução, que também servia de local para as oficinas de *O Gaúcho*¹⁵⁸. O contraponto era exercido pelo Clube Federalista.
- Na seqüência, havia a cotização dos correligionários para a fundação de um jornal, veículo de propaganda e combate aos adversários. No caso, já existia e funcionava no mesmo local do clube republicano o jornal *O Gaúcho*. Cabia ao coronel a maior cota do investimento, o que poderia ser considerado como pesado ônus financeiro. *O Gaúcho* contava com tipografia adquirida para o primeiro semanário republicano local, *O Echo da Verdade*, funcionando em local construído pelos Annes. Os federalistas não tinham jornal próprio em Passo Fundo.

Eram objetivos das facções vencer os pleitos locais e dominar os canais de distribuição de contatos.

¹⁵⁵ AXT, idem, p. 109.

¹⁵⁶ AXT, 2007, Op.cit., p. 110.

¹⁵⁷ OLIVEIRA, 1990 a, Op.cit., p. 104.

¹⁵⁸ GEHM, 1982 a, p. 34. Claro Pereira Gomes era gerente da referida folha.

Conforme a historiografia, o grupo fundador do Partido Republicano Rio-Grandense em Passo Fundo foi composto, além de Gervásio Annes, por dois oficiais combatentes da Guerra do Paraguai: o coronel Chicuta e o major Lucas Araújo. Devido a esse papel e à sua reconhecida influência, ambos passaram a exercer uma espécie de vice-chefia dentro do partido, sendo que, hierarquicamente, Chicuta era o segundo na linha de poder, e Lucas, o substituto de Gervásio na presidência municipal quando necessário. Esta necessidade ocorria devido às freqüentes ausências do chefe republicano em função de seu mandato na Assembléia dos Representantes, na capital.

3.1.1 A articulação da rede coronelística local

Gervásio Lucas Annes nasceu em Cruz Alta em 10 de abril de 1853. Aos 17 anos, em 1870, portanto, transferiu-se para Passo Fundo para assumir um cargo na Coletoria Estadual. É importante ressaltar que, na mesma década, funcionava na cidade um clube republicano clandestino, conhecido como Tocos de Vela. Gervásio Annes, nessa época, militava no Partido Conservador, vindo a ser seu chefe até meados de 1889, época da extinção do partido em âmbito local e da criação do PRR passo-fundense.

Em 28 de março de 1878, o futuro chefe republicano e jornalista casou-se com Etelvina Schell de Araújo, de família tradicional na cidade. Do primeiro casamento nasceram os filhos Armando (que exerceu os cargos de intendente e prefeito de Passo Fundo em três legislaturas), Branca, Antenor, Morena, Herculano (que foi advogado e jornalista, sendo um dos fundadores do ainda existente jornal *O Nacional*) e o homônimo Gervásio (que também ocupou cargos no Executivo local, foi delegado de polícia, comerciante e presidente do Hospital da Cidade).

Em 1889, com a mudança política em marcha no país e no Rio Grande do Sul, Gervásio Lucas Annes deixou de ser conservador e fundou o Partido Republicano Rio-Grandense em Passo Fundo, do qual se tornou chefe e comandou, com uma pequena interrupção (1901-1902) até sua morte, em 1917. Em 24 de abril do ano seguinte, instituiu, juntamente com os demais republicanos locais, o primeiro jornal passo-fundense, o órgão do PRR *O Echo da Verdade*. Contou com a colaboração de muitos partidários, sendo que esta se estendeu aos dois outros jornais pós-*Echo*, o *17 de Junho* e *O Gaúcho*.

No ano de 1891 elaborou, nos moldes da Constituição do estado, o plano de Constituição para Passo Fundo. Nesse mesmo ano tomou assento na Assembléia de Representantes, eleito por quatro anos. Segundo os memorialistas locais, durante esse período Gervásio participou da discussão e votação da *Carta de 14 de Julho*. Com o afastamento de Júlio de Castilhos devido à ascensão da dissidência republicana ao governo estadual, *O Echo da Verdade* suspendeu suas edições, sendo extinto.

No ano seguinte, passou a dirigir o semanário herdeiro do *Echo*, o *17 de Junho*, de nome alusivo à retomada do poder no estado pelo PRR após nove meses de governo da dissidência republicana – período que ficou conhecido pelo nome de “governicho”, aparecido pela primeira vez nas páginas de *A Federação*, jornal oficial do PRR localizado em Porto Alegre. Já em 31 de agosto de 1893 foi nomeado coronel-comandante da Guarda Nacional de Passo Fundo, e passou a chefe militar, coordenando e comandando as forças legalistas na Revolução Federalista, participando do Combate do Boqueirão, em junho. Foi ferido e recolheu-se a Porto Alegre sem, contudo, perder a direção da força republicana local. Durante o conflito, a cidade não teve órgão de imprensa, conforme já explicitado no capítulo anterior deste trabalho.

No dia 16 de novembro de 1893 foi nomeado intendente municipal, exercendo o cargo de vice da mesma função em 1896 e 1904, voltando a ser intendente eleito em 1908. Foi novamente vice em 1912 e reeleito para a mesma função em 1916. Data de 11 de março de 1899 a fundação de *O Gaúcho*, órgão do PRR de maior longevidade em âmbito local, do qual Gervásio Annes também foi redator político. Este jornal sofreu, em 1901, uma interrupção – ano em que o coronel mudou-se para a capital a fim de assumir cadeira na Assembléia de Representantes. A chefia do PRR local, então, passou a uma comissão executiva do partido, que acabou renunciando em 1902. O fato assinalou a volta de Gervásio a Passo Fundo, após requisição dos partidários locais. Retomadas as atividades políticas, o coronel possibilitou, em 1905, o retorno de *O Gaúcho*, que funcionou até 1920, três anos após sua morte.

Com o falecimento de sua esposa Etelvina, em 1902, devido a uma apendicite, doença fatal na época, o coronel seguiu imerso na vida política, desacelerando seu trânsito entre a capital e Passo Fundo em 1905, fim de seu mandato como deputado. Em 1906 casou-se com a também viúva Ambrosina Pinto de Moraes Silveira, com que teve uma filha, Lourdes.

Gervásio Lucas Annes faleceu em pleno desenvolvimento de suas atividades no dia 4 de abril de 1917. Em homenagem ao seu desempenho como político e integrante

da sociedade passo-fundense, foi inaugurado na data de seu aniversário, 10 de abril, no ano de 1921, um busto, colocado na Praça Tamandaré, de costas para a Igreja Matriz, onde permanece ainda hoje. O busto, o primeiro de Passo Fundo, foi resultado de uma campanha do Clube Republicano Pinheiro Machado, e esculpido pelo português Pinto Couto, residente no Rio de Janeiro. Sua inauguração foi realizada durante a gestão do intendente Nicolau de Araújo Vergueiro.

No âmbito de sua participação em atividades políticas e/ou sociais, Gervásio Lucas Annes tornou-se sócio da Loja Maçônica Concórdia III em 1876, com 23 anos. A loja era subordinada ao Grande Oriente do Brasil (GOB) e contava, em 1877 com 50 sócios, entre eles: Adão Schell, Cândido Lopes de Oliveira, Francisco Marques Xavier Chicuta, Frederico Guilherme Kurtz e Pedro João Issler¹⁵⁹. A Maçonaria provavelmente abriu-lhe muitas portas. Segundo Eliane Colussi:

Especialmente na segunda metade do século XIX, dois aspectos merecem ser abordados de forma particular [em relação à Maçonaria]. O primeiro diz respeito a uma caracterização inicial do perfil dos dirigentes maçons que atuaram nesse período, estudo que partiu da constatação de que, via de regra, eles eram recrutados num mesmo grupo social, isto é, a elite regional. A maçonaria exerceu forte poder de atração sobre uma parcela significativa dessa elite, sendo muito responsável por uma participação dos maçons no mundo da política e da cultura sob a influência do pensamento liberal e cientificista em contraposição ao pensamento católico-conservador¹⁶⁰.

A historiadora constatou que a origem social dos integrantes da maçonaria no Rio Grande do Sul do século XIX estava ligada à elite econômica regional, da qual faziam parte seja pela fortuna ou patrimônio familiar, seja por sua ocupação profissional. O mesmo grupo compunha a elite política regional, estando a ordem, ao menos no estado, relacionada, por poder indireto, a facilidades, benefícios e privilégios junto ao governo e parlamentares:

Isso não é pouco se for considerada uma sociedade de poucas oportunidades até mesmo para a elite - no caso gaúcho, uma economia periférica e agropecuarista, portanto pouco urbanizada no período. Isso significava maiores facilidades na obtenção de rendas suplementares, ou até mesmo principais em muitos casos. Assim, a par de que muitos políticos, independentemente da condição de maçons, alcançariam posições importantes no cenário regional e

¹⁵⁹ Ver COLUSSI, Eliane Lucia. **A maçonaria gaúcha no século XIX**. Passo Fundo: Ediupf, 1998. Ao final da obra consta um quadro com o nome de sócios maçons de todo o estado.

¹⁶⁰ COLUSSI, idem, p. 264.

alguns poucos na política nacional, a maioria deles, principalmente os da esfera municipal, dependiam muitas vezes dessas posições. A maçonaria, por meio da solidariedade interna, era um meio auxiliar para que se obtivessem tais benefícios¹⁶¹.

Para Colussi, as relações entre a ordem maçônica e a política iniciavam-se nas esferas locais de poder, principalmente em consequência da incapacidade do estado brasileiro chegar aos municípios e localidades periféricas. Isso fazia com que o poder local exercesse o papel de poder público nos municípios e que os integrantes da Maçonaria, recrutados entre as elites social e econômica, participassem ativamente das relações privatizantes do poder.

No entender do Grande Oriente do Brasil, a “Maçonaria é uma instituição essencialmente filosófica, filantrópica, educativa e progressista”¹⁶². Ela seria *filosófica* porque trataria, em seus atos e cerimônias, da essência, propriedades e efeitos das causas naturais, entendidas a partir da investigação das leis da natureza relacionadas às bases da moral e da ética pura. Sua *filantropia* residiria no fato de não estar constituída com o objetivo de lucro pessoal de nenhuma classe e sim, segundo o GOB, visando o bem estar do gênero humano. Por fim, seu caráter *progressista* se explicaria porque, partindo do princípio da imortalidade e da crença em um princípio criador regular e infinito, não se aferraria em dogmas, prevenções ou superstições. Neste item, o GOB esclareceu que a ordem não coloca “nenhum obstáculo ao esforço dos seres humanos na busca da verdade, nem reconhece outro limite nessa busca senão o da razão com base na ciência”.

A mesma fonte afirmou como sendo as principais obras da Maçonaria no Brasil a Independência, a Abolição e a República, “isto para citar os maiores feitos da nossa história em que os maçons tomaram parte ativa”. Segundo o GOB, a ordem possibilitaria o aperfeiçoamento, a instrução e a disciplina, além da convivência com pessoas que, por suas obras e palavras, constituir-se-iam em exemplos. Sendo maçom, o escolhido ainda obteria “a enorme satisfação de haver contribuído, mesmo em pequena parcela, para a obra moral e grandiosa levada a efeito pelos homens”. E que também:

A Maçonaria não tem preconceito de poderes, e nem admite em seu seio pessoas que não tenham um mínimo de cultura que lhes permita

¹⁶¹ COLUSSI, *ibidem*, p. 307.

¹⁶² Página do Grande Oriente do Brasil (GOB) na Internet, disponível em <http://www2.gob.org.br/gxpsites/hgxpp001.aspx?2,9,332,O,P,0,MNU;E;13;1;MNU> Acessada em 22/07/2008.

praticar os seus sentimentos e que tenham uma profissão ou renda com que possam atender às necessidades dos seus familiares, fazer face às despesas da sociedade e socorros aos necessitados¹⁶³.

Mesmo as lojas maçônicas do norte gaúcho estando, em sua maioria, vinculadas ao Grande Oriente do Rio Grande do Sul (Gorgs), fundado em 1893 pelo grupo político que seguia o positivismo castilhistas, a loja Concórdia III de Passo Fundo, por ser anterior ao Gorgs, seguiu filiada ao GOB. O próprio Castilhos não era maçom, o que também não serviu de obstáculo para que seus simpatizantes criassem uma ordem maçônica sustentadora do regime.

Com o apoio dos irmãos maçons, a confiança do chefe republicano de Cruz Alta, José Gabriel da Silva Lima, e as boas relações estabelecidas com Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, Gervásio ainda contava, a seu favor, com as vantagens do carisma. Conforme Max Weber, existem três razões internas que justificam a dominação, sendo que estas podem coexistir entre si. Os “três fundamentos da legitimidade”¹⁶⁴ seriam embasados na *autoridade do passado eterno* (poder tradicional exercido pelo patriarca ou senhor de terras), no *carisma* (exercido pelo “dirigente guerreiro eleito, pelo dirigente de um grande partido político”) e na *legalidade* (“que reconhece obrigações conformes ao estatuto estabelecido”, ou no poder exercido pelo servidor do estado). No caso de Gervásio Lucas Annes, os três elementos podem ser identificados: era proprietário rural¹⁶⁵ e comerciante, exercendo influência sobre agregados, dependentes e pessoas de sua convivência; foi chefe incontestado de duas agremiações políticas, o PC e o PRR, adquirindo a condição de patriarca do último; e, por fim, foi servidor público em

¹⁶³ GOB, página na Internet.

¹⁶⁴ WEBER, 1968, Op.cit. p. 57.

¹⁶⁵ Segundo Alceu Annes, em seu *Compêndio Ilustrado da Genealogia Lucas Annes* (Cigla), de 2005, “Gervásio Lucas Annes foi fundador da Colônia do Alto Jacuí, que deu origem a dois municípios, Tapera e Não Me Toque, e que, pelo número de imigrantes alcançado e pela área atingida, foi a que teve mais influência no município de Carazinho. Em 1897 o coronel Gervásio, líder político em Passo Fundo, adquiriu do Governo Federal grande área de terra situada na região denominada Alto Jacuí, abrangendo território hoje ocupado pelos municípios de Tapera e Não Me Toque. Convidou para sócio Alberto Schmitt, também morador de Passo Fundo, que seria o encarregado da colonização.

Foram medidos e demarcados 674 lotes com área superficial de 329.634.394 metros quadrados (32.963 hectares - 48,9 ha por lote). Feito esse trabalho inicial, passou-se à fase de propaganda. Começou Schmitt a escrever cartas aos conhecidos nas antigas colônias. Várias vezes viajou a São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Santa Cruz do Sul e Garibaldi. Porém não só de alemães foi feita a colonização. Tendo chegado a Passo Fundo José Baggio, procedente de Nova Palma, após ter viuvado e procurando iniciar nova vida, contactou com o coronel Gervásio Annes, o qual o convidou para trabalhar no Alto Jacuí. Iniciou trabalho semelhante ao de Schmitt, porém na sua área, de colonização italiana”.

várias instâncias, seja no começo de sua carreira como funcionário da Coletoria Estadual, seja como intendente ou deputado provincial.

Uma anedota familiar, contada pelo descendente Alceu Annes, ilustra o respeito inspirado por Gervásio – respeito este conforme ilustrado por Gunter Axt e Loiva Otero Félix em suas definições sobre o coronelismo. De acordo com essa fonte:

Contava-se que um fazendeiro, diante de uma desavença com seu vizinho, veio buscar a opinião do coronel Gervásio, expondo-lhe sua versão dos fatos. O coronel escutou atentamente, e disse-lhe: você tem razão! Mais tarde o antagonista também veio até ao coronel Gervásio, pelos mesmos motivos. Este o escutou também, com atenção, dizendo-lhe: você tem razão! Dona Etelvina, que presenciara os depoimentos de ambos os litigantes, disse então: como é isso Gervásio? Você deu razão ao primeiro, e agora dá razão ao segundo? Respondeu-lhe então o coronel: você também tem razão, Etelvina!¹⁶⁶

Não se envolvendo com nenhum dos litigantes, Gervásio Annes conservou sua posição de “juiz de conflitos”, mesmo nada tendo feito de efetivo. Evitar envolvimento desnecessários também levava a evitar questionamentos à sua autoridade.

De acordo com Gunter Axt¹⁶⁷, o sistema coronelista no Rio Grande do Sul apresentou uma dinâmica específica: enquanto permitia, como no restante do país, a mesma indistinção entre espaço público e privado – com o mesmo cortejo de fraudes, corrupção, clientelismo, prevaricação, etc. –, contava com uma institucionalização autoritária que dispôs nas mãos do poder central e das elites dirigentes instrumentos mais efetivos de intervenção política e administrativa na sociedade. Entretanto, esta infra-estrutura favorável ao controle estatal por uma elite partidária não foi suficientemente forte para impor o que ele chamou de uma “ditadura efetiva”, pois ainda era necessário que houvesse negociações com os coronéis locais, que garantiam os resultados esperados nas eleições e a defesa do regime em épocas de crise de hegemonia.

Outra anedota familiar demonstrou a invasão do interesse privado no campo público. Alceu Annes ressaltou que, embora por pouco não tenha perdido a vida na Revolução Federalista, na qual seus meio-irmãos Felisberto e Maximiliano Annes foram

¹⁶⁶ ANNES, Alceu, 2005, fonte citada.

¹⁶⁷ AXT, Gunter. *Coronelismo indomável: especificidades do sistema coronelista no Rio Grande do Sul (1890-1930)*. In MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (orgs.). **As múltiplas dimensões da política e da narrativa**. Franca: UNESP, 2003/Olho D'água, 2004, p. 288-289.

degolados pelos federalistas, o coronel Gervásio tinha por costume não se utilizar da violência para manter sua hegemonia local, tampouco para dirimir divergências¹⁶⁸. Conforme essa narrativa:

Conta-se que quando o "Barão" retornou a Passo Fundo, depois da Revolução de 1893, após permanecer alguns anos no Uruguai, alguns correligionários, foram ao coronel Gervásio, dizendo-lhe de sua intenção de fazerem um desaforo, ou algo que magoasse profundamente o recém chegado. Uma espécie de "seja bem-vindo" às avessas, mas com força suficiente para desencorajá-lo a reiniciar sua vida na cidade.

- Não faremos isso! Faremos algo pior! - disse Gervásio.

- O quê coronel? Dar-lhe uma sova?

- Algo pior ! - tornou a dizer o coronel.

- Devemos matá-lo?

- Algo ainda pior ! - disse o coronel Gervásio.

- Mas então o quê coronel?

- Vamos causar-lhe um prejuízo! Vamos construir um cemitério em seu campo e vamos passar a estrada de ferro em suas terras.

Assim o coronel Gervásio satisfazia às reivindicações dos correligionários mais extremados, enquanto resolvia problemas da cidade, cujo antigo cemitério, situado onde hoje é o Banrisul da Avenida General Neto, ficara pequeno e encravado entre residências. O atual Cemitério da Vera Cruz, foi construído em área expropriada, no "campo do Barão"¹⁶⁹.

Outras histórias repassadas por gerações de Annes chegaram até os dias de hoje, inclusive as que tratavam da acolhida do filho de seu oponente político, o general federalista Antônio Prestes Guimarães, em sua banca de advocacia e de interesses particulares do coronel: era grande apreciador de literatura – seus livros não puderam ser localizados, mas remanesceram duas grandes estantes de madeira onde eram guardados –, gostava de escrever, elaborando relatos sobre suas viagens (que ficaram para posteridade em páginas de *O Nacional*), tocava pistão e concertina, instrumento que era uma espécie de sanfona portátil.

Em relação a imóveis, tinha uma residência peculiar: construída antes de 1900, contava com banheiro dentro de casa – o primeiro da cidade, e uma adega com pipas de vinho. No centro do teto da sala havia uma pintura com anjos. Além dessa residência, Gervásio possuía uma chácara com casa, localizada às margens do Rio Passo Fundo, vizinha ao atual Hipermercado Bourbon; seu escritório, situado na Rua Teixeira Soares,

¹⁶⁸ A colocação de Alceu Annes entra em choque com o que foi escrito pelo general Prestes Guimarães em sua obra sobre a Revolução Farroupilha. Nela, o federalista não afirma que Gervásio era violento, mas que não se intrometia em casos de truculências de republicanos, o que faria dele um violento por omissão.

¹⁶⁹ ANNES, 2005, fonte citada.

entre a Avenida Brasil e a Rua Paissandu; e uma casa de descanso em uma baixada de lado oposto na Avenida Brasil, próxima a um lajeado de águas cristalinas, onde costumava banhar-se. Seus imóveis eram, ainda equipados com telefone, um luxo inimaginável.

Segundo Loiva Otero Félix, Passo Fundo seguia, sob o comando do coronel, a agenda de atividades políticas praticada no interior:

Começava por preparar atas de reuniões inexistentes, assembléias irrealizadas e decisões de uma só pessoa: o coronel, mas tudo constava em ata para assumir um rótulo legal; fazia-se o arcabouço e o relato de uma atividade que não se realizara; mantinha-se, no cerimonial de confecção de uma ata falsa, a mesma unidade fictícia produto sempre do temor, o qual era mantido mais pelo prestígio, advindo da força econômica (emprestar dinheiro, conseguir empréstimos) e depois da política (obtenção de empregos públicos, por exemplo), porém a violência também tinha lugar¹⁷⁰.

Dada a predisposição “pacífica” de Gervásio Annes, que não se envolvia de forma direta com ações violentas, o trabalho ficava por conta de capangas, descritos, de forma geral, como “o elemento matador, encarregado de *fazer limpeza* em algum adversário inoportuno”¹⁷¹. Eram a “gente do coronel”, seus defensores, que agiam como protetores e muitas vezes com aquiescência do mesmo.

3.1.2 Cabo de guerra: uma demonstração pontual de forças

Em um artigo¹⁷² desenvolvido para dar suporte a esta pesquisa, foi possível traçar um esboço das elites que se digladiavam pela supremacia política na Passo Fundo do início da República até o levante federalista em 1893. Neste, a literatura estudada sobre a história de Passo Fundo – que consta nesta dissertação –, memorialista ou acadêmica, deixou clara a bipolaridade encabeçada numa ponta por Gervásio Annes e os republicanos e por Prestes Guimarães e os federalistas na outra. Sérgio da Costa Franco, biógrafo de Júlio de Castilhos, citou em seu trabalho a lealdade do cruz-altense radicado em Passo Fundo ao chefe republicano no Estado, e os benefícios que esta subserviência trouxe para os envolvidos. Exemplo disso foi a elevação da vila de Passo

¹⁷⁰ FÉLIX, 2007, Op.cit., p.175.

¹⁷¹ FÉLIX, idem.

¹⁷² MIGLIORANZA, 2007, Op.cit.

Fundo à categoria de município em 10 de abril de 1891. O ato nº. 258, assinado pelo governador Fernando Abbot, foi realizado como uma homenagem ao coronel “que tantos serviços prestou ao estado e à causa republicana”, sendo 10 de abril a data de seu aniversário.

Sobre Prestes Guimarães é oportuno ressaltar que quando do Império, por sua influência reconhecida entre os liberais/federalistas, ocupou o cargo de vice-presidente da Província, vindo a ser presidente por um curto período. Ambos os coronéis ocuparam cadeiras na Assembléia de Representantes e foram decisivos com seus destacamentos e exércitos durante a Revolução Federalista, com grande parte dos mais importantes combates travados em Passo Fundo e adjacências.

Os Annes, vindos do que era considerado o “município mãe”, ou seja, Cruz Alta, construíram em torno de si, por lealdade, parentesco e casamento, uma rede de partidários fiéis. Deve-se considerar que Passo Fundo, na época, era uma cidade com cerca de 20 mil habitantes no total, contando com o interior e muitos municípios e paróquias que compunham o mapa da cidade. Na sede era desenvolvida a política local. Era natural que as redes de influência se desenvolvessem de forma familiar entre campo e cidade, com o poder desempenhado por irmãos, primos e cunhados, sempre ocupando os cargos políticos mais importantes, estes em detrimento do partido no poder.

Ainda sobre Prestes Guimarães, cabe ressaltar sua descendência “mítica”, nos moldes do *poder tradicional* de Max Weber: filho dos primeiros habitantes de Passo Fundo, tinha sobre si toda a aura de desbravador e passo-fundense nato irradiada de seu avô, o cabo Neves. Seu carisma como chefe foi descrito pela maioria dos autores estudados, mas as entrelinhas deixaram entender que os traços fortes de sua personalidade, além de se constituírem em um elemento agregador político, também serviram de motivo para duas dissidências internas no Partido Liberal, uma delas gerando acréscimo permanente entre as fileiras republicanas de nomes como Chicuta, Lucas e Antônio D’Araújo e Cândido Lopes de Oliveira, mesmo que como *eminência parda*¹⁷³ em um primeiro momento.

Em relação às profissões dessa sociedade preponderante, foi possível constatar que a maioria dos nomes estudados era formada por militares participantes da Guerra do

¹⁷³ Em política, *eminência parda* é o nome que se dá quando determinado sujeito não é o governante supremo de tal reino ou país, mas é o verdadeiro poderoso, agindo muitas vezes por trás do governante legítimo, o qual é uma marionete dele, e pode muito bem ser deposto pela eminência parda caso este não o agrade. A eminência parda ainda pode se utilizar de qualquer tipo de poder para exercer seu poder, seja ele militar, econômico, religioso e/ou político.

Paraguai, sendo que as profissões liberais, como médico e advogado, seguem em segunda posição. Muitos deles eram também comerciantes, outros, proprietários de terras, ou os dois.

O que se pôde constatar foi que, mesmo a bipolaridade sendo estruturalmente partidária, o que sustentava as rivalidades era a força pessoal dos líderes de cada partido, sendo que a concepção dos correligionários era mais a de lealdade a uma ou outra liderança do que aos ideais de cada bandeira em si. Ambas as facções chamavam para si, na República, o ideal farrapo de um sistema político marcado pela independência dos estados em relação ao poder central. Republicanos e federalistas utilizaram o imaginário farroupilha para justificarem suas causas e também sua luta pelo poder, criando alegorias.

Na seqüência, dois quadros representativos, com alguns nomes componentes da elite passo-fundense no período que vai da Proclamação da República ao ano de 1893, início da Revolução Federalista, suas profissões e desempenho de funções públicas:

Quadro 1

Líderes republicanos em Passo Fundo – período 1889/1893

Líder	Nascimento/ Morte	Profissões	Relações partidárias	Relação com o Echo da Verdade	Cargos políticos/ honorarias
<i>Gervásio Lucas Annes</i>	* Cruz Alta 10/04/1853 + Passo Fundo 04/04/1917	- advogado (rábula) - comerciante	Chefe do Partido Conservador no município, assumiu também no Partido Republicano, em 1889, a posição de liderança, além de ser seu fundador.	-fundador -diretor de redação	- escrivão da Coletoria Estadual (1870) -integrante da Câmara Municipal (1887-1889) - intendente nomeado (1883-1900) - coronel- comandante da comarca (1893)
<i>Francisco Marques Xavier – coronel Chicuta</i>	* São Luiz 09/10/1836 + Passo Fundo 18/07/1892 (assassinado)	- militar - proprietário de terras	Ex-liberal, foi um dos líderes do PRR na cidade.	- não contribuía com artigos	-membro da Câmara (1887-1889) pelo PL - tenente- quartel-mestre do 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional da Comarca - Cavaleiro da Ordem de Cristo (1866)
<i>Antônio Manoel D'Araújo</i>	Não consta no material pesquisado	- militar	Dissidente liberal e militante do PRR.	-redator -colaborador assíduo	- delegado de polícia (1892)
<i>Lucas José D'Araújo</i>	* Passo Fundo 24/08/1842 + não consta do material pesquisado	- militar - comerciante	Simpatizante dos “tocos de vela” e fundador do PRR local.	-colaborador	- membro do Conselho Municipal (1891-1892 e 1892-1893) - presidente do Conselho (1893) - Guarda Nacional do 5º Corpo de Cavalaria da comarca (1860) - 1º sargento (1862) - alferes-porta- estandarte (1864) - Cavaleiro da Ordem de Cristo (1867) -major

						-tenente-coronel
<i>Gasparino Lucas Annes</i>	* Cruz Alta 06/08/1860 + Lagoa Vermelha 05/04/1894	- advogado (rábula) - jornalista	Militante.	-colaborador		- promotor público (1890)
<i>Gezerino Lucas Annes</i>	* Cruz Alta 04/07/1856 + Não consta do material pesquisado	- médico homeopata - farmacêutico	Militante	-cronista		- tabelião (1888)

Quadro 2

Líderes federalistas em Passo Fundo – período 1889/1893

Líder	Nascimento/Morte	Profissões	Relações partidárias	Cargos políticos/honorários
<i>Antônio Ferreira Prestes Guimarães</i>	* Passo Fundo 13/06/1837 + Passo Fundo 19/09/1911	- escrivão - professor - advogado (rábula)	Líder do Partido Liberal, passou a líder e fundador do Partido Federalista local.	- secretário do comando da Guarda Nacional (1864) - suplente de delegado de polícia (1865) - suplente do juiz municipal e nomeado capitão da Guarda Nacional (1870-1873) -secretário da Câmara Municipal (1874) - presidente da Câmara (1883-1886) - deputado eleito para a Assembléia Provincial (1885/87/89) - vice-presidente da Província (1889) - presidente da Província (25/06/89 a 08/07/89) - Membro da Comissão Governativa do Município (1892) - general do Exército Revolucionário Federalista
<i>Amâncio de Oliveira Cardoso</i>	Não consta do material pesquisado	- militar	Militante liberal e, depois, líder federalista.	- tenente-coronel - membro da Câmara (1883-1887) - presidente da Comissão Governativa (1892)
<i>Jorge Filho Sturm</i>	Não consta do material pesquisado	Não consta do material pesquisado	Militante liberal e líder federalista.	- membro da Câmara (1881-1883)

É interessante citar que, no caso do assassinato do coronel Chicuta, um dos sustentadores de Gervásio Lucas Annes no poder dentro do PRR e em âmbito local, os suspeitos eram Jorge Sturm Filho, cunhado de Prestes Guimarães, e o genro do líder federalista, Roberto D’Aguillar, que teriam agido seguindo ordens do mesmo¹⁷⁴. A hipótese de crime encomendado nunca se confirmou. O próprio Prestes Guimarães fez sua defesa em um artigo mimeografado, editado em forma de livro em 1987, alegando que, quando da chegada da notícia da volta do PRR ao poder após o “governicho” em 17 de junho de 1892:

Foram, com efeito, detidos vários cabecilhas nas primeiras horas da manhã de 18, mas o coronel Xicuta [sic], entusiasmado com o telegrama dos chefes [do PRR em Porto Alegre], que tinha no bolso, opôs temerária resistência, fazendo uso de uma arma de fogo, pistola, que trazia à cinta, e correndo depois a cavalo por uma das ruas paralelas a do Comércio [atual Avenida Brasil], foi surgir, perseguido, em frente ao quartel da polícia, na ala sul da mencionada rua, onde, saindo de dentro uma praça policial armada, ajoelhou-se e desfechou tiro certo na pessoa que ia correndo adiante. Essa pessoa era, infelizmente, Xicuta... que caiu morto, ferido por uma bala inconsciente na cabeça¹⁷⁵.

3.2 Embates palacianos: relações “para cima”

Em se tratando de relações de poder em segunda instância – conforme Axt, a primeira se refere a do coronel para com os locais; a segunda, do estado para com os coronéis e a terceira, do governo central para com o estadual – a convivência com Castilhos e Borges de Medeiros para Gervásio Annes esteve longe do que se poderia classificar como uma relação de obediência cega e satisfação plena. A relação de *coronelismo* conceituada pelo autor permitiu perceber que a barganha ditava a tônica, precedida muitas vezes por embates entre o local e o estadual.

Essa situação também se repetia com outros coronéis das quatro zonas em que se dividia o Rio Grande do Sul: sul e campanha, planalto médio (serrana), colonial e

¹⁷⁴ Para mais ver FERREIRA, 1998, Op.cit. p. 27 e PRESTES GUIMARÃES, 1987, Op.cit., p. 14-15.

¹⁷⁵ PRESTES GUIMARÃES, idem.

litorânea. Gunter Axt, ao afirmar que o sistema coronelista de poder no estado não se configurou em um bloco homogêneo, dividiu-o em períodos¹⁷⁶:

- *Institucionalização republicana (1889-1895)*: período considerado como o de maior instabilidade política e administrativa, marcado pelo “governicho” cassalista, pela Revolução Federalista e pela construção do edifício jurídico. Foi quando se neutralizou a oposição e se formatou o modelo institucional autoritário.
- *Institucionalização republicana (1889-1895)*: foi o período de maior instabilidade política e administrativa, marcado pelo *governicho* cassalista, pela sangrenta Revolução Federalista e pela construção do edifício jurídico. Foi quando se neutralizou a oposição e se formatou o modelo institucional autoritário.
- *Hegemonia castilhista (1895-1903)*: quando Júlio de Castilhos afirmou-se como liderança unipessoal no Rio Grande do Sul após a derrota e o quase extermínio da oposição, controlando a administração pública, a política estadual e as situações municipais até sua morte prematura, em 1903.
- *Crise de hegemonia (1903-1907)*: com a morte de Castilhos, altas lideranças partidárias passaram a questionar o projeto de Borges de Medeiros, que pretendia ser o administrador austero e o herdeiro do carisma do chefe do PRR, substituindo-o no comando unipessoal. O embate teve por consequência a cisão republicana de 1906-1907 e a tensa campanha eleitoral que sagrou Carlos Barbosa Gonçalves como candidato do oficialismo borgista. Borges de Medeiros precisou afastar-se da administração direta do governo, mas manteve-se no comando partidário.
- *Construção da hegemonia borgiana (1908-1913)*: entre 1908 e 1913, durante o governo de Carlos Barbosa Gonçalves, Borges de Medeiros permaneceu na chefia partidária e pôde organizar toda uma rede de compromissos e lealdades no interior.
- *Hegemonia borgiana (1913-1920)*: ao reassumir o governo do estado em 1913, Borges de Medeiros consolidou novamente o conceito de chefia unipessoal, até então apenas almejado. Dessa vez, respaldou o comando partidário e o controle governativo com uma rede de compromissos socialmente entranhada no interior

¹⁷⁶ AXT, 2004, Op.cit., p. 285. Para adequar ao recorte temporal deste trabalho (1889-1917), serão observados os períodos que vão de 1889 a 1920.

do estado. De tal forma que enfrentou as cisões de 1915 e 1916 sem comprometer o controle sobre o partido.

A análise das relações entre Gervásio Annes e sua rede de suporte local com o governo palaciano será realizada com base na periodização acima.

Se a influência do cruz-altense radicado em Passo Fundo já era reconhecida – ao menos enquanto ponta de uma bipolaridade –, com a conversão ao republicanismo após a fundação local do PRR e a ascensão do partido ao governo provincial em seguida à Proclamação da República seu domínio sobre a cidade tornou-se fortíssimo e quase inconteste. Isso devido a suas relações com o governador Júlio de Castilhos, ao qual manifestou apoio diversas vezes em telegramas que, em seguida, foram publicados em *A Federação*, e com seu sucessor Borges de Medeiros.

No período assinalado como de consolidação do republicanismo (1895-1903), verificou-se a intimidação quase até a extinção da oposição liberal/federalista, identificada com a Monarquia e com uma possível regressão política. Segundo Celi Regina Pinto, no estado:

A década de 1880 foi marcada por uma significativa aproximação entre o Partido Liberal e o governo monárquico. Esta aproximação resultou em um recuo na plataforma reformista do partido e em reivindicações do Rio Grande do Sul atendidas, principalmente no setor de infra-estrutura e transportes. É dentro deste contexto que surge o movimento republicano. Ao contrário das demais províncias, a idéia republicana esteve desvinculada do Partido Liberal. O movimento republicano rio-grandense foi marcado por três características: 1) foi um movimento tardio. A primeira manifestação, de forma organizada, de republicanos na província aconteceu em 1882, quando foi fundado o partido, doze anos após a publicação do manifesto; 2) os fundadores do partido tinham características comuns distintas das elites políticas da época – eram jovens, com instrução superior e sem experiência partidária anterior; 3) não dividiam com os demais partidos republicanos e monárquicos a doutrina liberal como base de sua luta, mas se declaravam positivistas e organizaram um programa muito próximo das propostas de Augusto Comte em sua obra *Política Positiva*¹⁷⁷.

Em Passo Fundo, com o esfacelamento do Partido Conservador em 1889, o caminho foi a adesão ao que poderia representar uma oposição aos liberais: Gervásio

¹⁷⁷ PINTO, 1986, Op.cit., p. 9.

Annes e seus correligionários optaram pelo republicanismo e pelo castilhismo, aderindo ao programa do PRR já existente e definido na Convenção de 1892 e no Congresso de 1894. Assumindo o PRR na capital, assumiria também no interior.

Antonino Xavier, no volume de seus anais dedicado ao aspecto histórico¹⁷⁸ de Passo Fundo, explicou que, até o ano de 1889, foi seguida na então vila a Constituição do Império, em cujos artigos 167, 168 e 169 definia que, em todas as cidades ou vilas existentes ou a surgir, haveria câmaras compostas por vereadores eleitos, os quais seriam em número designado por lei, tendo por presidente o mais votado. Sua função seria a de formar posturas e aplicar rendas – e com isso também definir as atribuições delas –, sendo isso decretado em lei regulamentar. Ainda pela lei de 1º de dezembro de 1828 e pelo decreto de 24 de setembro de 1830:

Além da ação e fiscalização que deviam exercer no sentido de manter e promover a tranqüilidade, segurança, saúde e comodidade dos habitantes; o asseio, segurança, elegância e regularidade externa dos edifícios e ruas das povoações; a construção, reparo e conservação das estradas, e outras que eram objeto de suas posturas, teriam as câmaras deveres importantíssimos, relacionados com o progresso moral e material dos municípios¹⁷⁹.

Em síntese, ele citou que foram características centrais da organização político-administrativa durante o Império¹⁸⁰:

- o governo coletivo, na forma da Câmara Municipal;
- a ação administrativa limitada à aplicação das leis gerais e provinciais correspondentes e execução das ordens do presidente da província, com recursos da Assembléia Legislativa e para o mesmo presidente, e por estes para o centro, quando a matéria fosse meramente econômica e administrativa;
- elaboração das leis provinciais, relativas ao município, sob a dependência de proposta da Câmara, mas apenas se tratassem de polícia ou economia, e dispensando mas facultando-o desde que o quisesse a Câmara, no concernente à fixação das despesas e dos impostos a essas necessários;
- nomeação e demissão dos empregados municipais pela Câmara, cabendo a criação de supressão de cargos respectivos;
- a prestação de contas da receita e despesas do à Assembléia.

¹⁷⁸ OLIVEIRA, 1990 b, Op.cit., p. 305.

¹⁷⁹ OLIVEIRA, idem.

¹⁸⁰ OLIVEIRA, idem, p. 325.

Na República, essa organização de cunho centralista foi se dissolvendo. Com a promulgação das constituições Federal e Estadual, mudaram os dispositivos para o exercício do poder nos municípios. Este passou a ser responsabilidade de um intendente, que dirigia todos os serviços, e de um conselho, que votaria os meios para criá-los e mantê-los:

O intendente e o conselho seriam, simultaneamente, eleitos pelo município mediante sufrágio direto dos cidadãos, de quatro em quatro anos; sendo que no primeiro quadriênio administrativo, porém, a eleição se reportaria ao conselho, devendo o intendente ser nomeado pelo presidente do Estado¹⁸¹.

O Conselho Municipal Constituinte foi eleito em 15 de setembro de 1891. De 1889 até a posse dos conselheiros, a cidade teve como administradora uma junta governativa, substituída pelos conselheiros eleitos Gabriel Bastos (presidente), Pedro Lopes de Oliveira – coronel Lólico – (secretário), Lucas José de Araújo, Frederico Graeff, João Henrique Carvalho Janjão, Manoel de Oliveira Lima e Leôncio Amando Ozana Rico. Eles votaram, em 15 de novembro do mesmo ano, a lei orgânica de Passo Fundo, a qual teria sido de autoria de uma comissão composta pelo coronel Gervásio Annes, dr. Cândido Lopes de Oliveira e Antônio José Pereira Bastos. Esta autoria, no entanto, não pôde ser verificada por não existirem no arquivo da Prefeitura os documentos do Conselho Municipal da época.

Antonino Xavier relatou que, no entanto, a lei não foi de pronto promulgada, pois dependia da Constituição do estado para entrar em vigor. Ele conjecturou que a situação era conseqüência do fato de não estar preenchido o cargo de intendente, que teria de ser nomeado pelo presidente do estado. Serviu de embaraço para a posse a ascensão da dissidência republicana ao poder:

Foi a prescrição aí tornada inexecutável porque, três dias antes, a 12 do citado mês de novembro, em Porto Alegre, como conseqüência da dissolução do Congresso Nacional pelo marechal Deodoro da Fonseca, presidente da República, um movimento revolucionário, explodindo, compeliu o governante do estado, dr. Júlio Prates de Castilhos, a resignar o seu cargo, substituindo-o no poder estadual uma junta provisória constituída pelo general Manoel Luís da Rocha

¹⁸¹ OLIVEIRA, 1990 b, Op. cit, p.326.

Osório e os drs. João de Barros Cassal e Joaquim Francisco de Assis Brasil¹⁸².

Era o “governicho”. Em Passo Fundo, Prestes Guimarães ocupou a cidade, promovendo localmente a deposição do PRR e de seus partidários¹⁸³. Sob a liderança do coronel Chicuta, os republicanos promoveram em novembro de 1891 uma concentração de civis armados na então Praça Boa Vista, onde existe atualmente o Instituto Educacional, para manifestarem-se contra o fechamento do Congresso Nacional¹⁸⁴. Tal atitude foi considerada, por alguns memorialistas, como o início dos enfrentamentos em âmbito local que se acirraram na Revolução Federalista. Foi nomeado intendente provisório o tenente-coronel José Pinto de Moraes.

Em 1º de março de 1892, através de decreto do governador interino Domingues Alves Barreto Leite, foi dissolvido o Conselho Municipal. Em substituição, foi empossada uma comissão composta por Amâncio de Oliveira Cardoso, Antônio Ferreira Prestes Guimarães, João Issler, Crispim de Quadros e Jerônimo da Costa e Silva, todos federalistas. A mesma foi destituída após a retomada do poder pelo Partido Republicano Rio-Grandense em 17 de junho de 1892¹⁸⁵.

Percebeu-se, seguindo a periodização de Gunter Axt, que a volta do PRR ao poder em 1892, com o reconhecimento deste por Floriano Peixoto, então presidente da República, marcou a hegemonia dos castilhistas e de seu patriarca no poder. A posição foi cimentada após a Revolução Federalista. Em âmbito local, Gervásio Annes e seus partidários, sob o comando de José Gabriel da Silva Lima, de Cruz Alta, e de Firmino de Paula e Silva, combateram contra Prestes Guimarães e seus aliados. Consagrado Castilhos no poder – posição que ocupou até sua morte em 1903 –, foi assegurado o domínio de Gervásio Annes. No entanto, já em 1891, em época “pré-governicho”, o coronel relatava em seu diário¹⁸⁶ uma conversa com Júlio de Castilhos que demonstrou a tônica de suas relações.

¹⁸² OLIVEIRA, 1990 b, Op.cit., p. 328.

¹⁸³ Ver NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santina Rodrigues. **Vultos da História de Passo Fundo**. Passo Fundo: Pe. Berthier, 1995, p. 23.

¹⁸⁴ Ver MONTEIRO, Paulo. **Combates da revolução federalista em Passo Fundo**. Passo Fundo: Berthier, 2006, p. 101.

¹⁸⁵ OLIVEIRA, 1990 b, Op.cit., p. 330.

¹⁸⁶ Fragmento publicado em *O Nacional* do dia 31 de janeiro de 1957, Ano XXXII, nº. 8.500, p. 2, por Herculano Annes, sob o título “Passo Fundo em 1891 – O orçamento municipal – como se viajava de Passo Fundo a Porto Alegre n’aquela época”. Como introdução, Herculano colocava que “o que vai abaixo é cópia fiel de parte de um caderno de apontamentos deixado pelo coronel Gervásio Lucas Annes. Apenas para facilidade de leitura, foi alterada a ortografia e posto em cruzeiros o que, no original, está, naturalmente, em mil réis”. Acervo AHR. O caderno do coronel, conforme Alceu Annes, não existe mais.

Tendo por hábito realizar um relatório de suas viagens, Gervásio registrou sua ida a Porto Alegre com o propósito de assumir cadeira no “Congresso do Estado” em 25 de setembro de 1891. Nesse diário, hoje não mais existente como os outros de sua autoria, anotou conversas suas com os governantes estaduais e com José Gabriel:

Chegando em casa (ao hotel), li o orçamento apresentado pelo Presidente do Estado e então vi, com pesar, que a nossa política ia mal. Raciocinei fria e calmamente em todo esse dia a respeito das conseqüências que esse orçamento traria à política Republicana no Estado e confesso - pela primeira vez tive medo da República. Fui ao Palácio no dia 2 e lá conversando com Júlio e João Abott, signifiquei-lhes as minhas justas apreensões, mas subiu de porte a minha admiração quando notei que ambos ligaram diminuta ou nenhuma importância às justas observações que eu fazia, com a mais sincera intenção.

O coronel seguia relatando que João Abbot disse-lhe que ele e os demais intendentess "sempre andávamos mendigando coisinhas para a toca". Em resposta, Gervásio teria lhe dito, de forma enérgica, que não precisava do governo para nada e que também não era funcionário público. O único interesse que tinha era o da “convivência partidária”. Avisou-os, ainda, de que os municípios enfrentavam inúmeras dificuldades, o que tornaria uma queda do PRR “inevitável” caso essa situação não fosse revista.

Júlio de Castilhos teria lhe dito que se Passo Fundo não conseguia viver com o dinheiro que lhe era dado, devia-se a ser “pobre”. Gervásio replicou que, se a cidade era uma das mais ricas da região serrana, ele que avaliasse como andavam as outras.

Dois dias depois dessa conversa, Gervásio Annes teria estado novamente no palácio, só que desta vez para pedir não providências em relação ao orçamento, mas sim aos “bugres”. Júlio de Castilhos, novamente, teria dado de ombros, dizendo que o assunto era de polícia e não de estado. O coronel, mais uma vez furioso, respondeu “que ia aconselhar os fazendeiros que fossem reagindo, que procurar bugres é escrever na água”.

Em relação a alguns problemas de ordem financeira, quem fez as vezes de amortecedor de choques foi um funcionário do Tesouro Estadual, de nome Posidônio, que tomou notas das reclamações do chefe do PRR passo-fundense e prometeu-lhe mandar uma ordem de pagamento à professora de Nonoai – que na época pertencia à Passo Fundo. Cansado dos descasos nos mais altos escalões do estado, Gervásio relatou

que ainda se dirigiu a outro funcionário, de nome Carvalho. Com o mesmo pedido, sendo atendido da mesma forma.

Outros coronéis enfrentavam semelhante situação, com igual tratamento. Segundo trecho do diário:

Dali saí e fui ao Congresso onde achei o José Gabriel [Silva Lima, de Cruz Alta] incomodado também, declarando que não aceitaria a Intendência; que seu município não viveria com a décima que lhe davam; que podiam anexá-lo a outro, pois melhor era como estávamos, antes da República.

No entanto, mesmo sendo o diário uma forma de organizar as idéias de si para si, Gervásio classificava a descentralização advinda com a República como algo “mistificado”:

Efetivamente, a votar-se o orçamento como está, o Estado equilibra sua receita com a despesa, não obstante estipendiar prodigamente a todos os funcionários da capital. Nada mais se pretende do que reviver o feudalismo, com a diferença porém, de excluir as individualidades, exercendo o Estado sobre o município uma tirânica e ignominiosa autoridade, despótica e absoluta. É uma pretensão absurda e perigosíssima. Raciocinando, pesei as conseqüências dessa descentralização mistificada que nos há de, fatalmente, conduzir à ruína, se o patriotismo do Congresso não nos salvar.

As anotações de Gervásio já previam o que aconteceria em seguida: insatisfação e o “governicho”. No entanto, ele continuou leal à Castilhos, pois a dissidência cassalista não representava melhoras para os municípios, e sim a passagem de poder aos adversários.

A crise de hegemonia, período iniciado com a Revolução Federalista e encerrado com a eleição de Carlos Barbosa, trouxe em seu bojo questões sobre a legitimidade de Borges de Medeiros como sucessor de Castilhos. Este havia falecido em outubro de 1903, e mesmo tendo antes disso, em 1902, ainda como líder do PRR, sustentado a conveniência de Borges no governo estadual como seu sucessor, não evitou que houvesse dúvidas e questões internas no partido¹⁸⁷.

¹⁸⁷ FRANCO, 1988, Op.cit., p. 178.

Segundo Loiva Otero Félix¹⁸⁸, foi nesse momento que se articulou um novo pacto, com novos papéis para os coronéis, caracterizando o *coronelismo de modelo borgista*. Ou seja, os mandões locais, transformados em sua maior parte em intendentess municipais, participavam dos jogos de poder com sua força política local – votos. Os votos, na verdade, eram vazios de significado dentro da filosofia castilhista/positivista, mas garantiam uma indispensável “aparência legal”. Em troca, recebiam o que Gervásio foi buscar em 1891 no Palácio de Barro¹⁸⁹: autonomia e um tratamento mais condizente com sua pretensão – pelo menos na aparência. O governo estadual lhes dava respaldo para suas ações locais, garantindo-lhes preponderância sobre os coronéis da oposição ou no caso de dissidências domésticas. “O castilhismo canalizou a autoridade do caudilho para o Estado. Os coronéis eram, na grande maioria, cooptados pelo partido no poder”¹⁹⁰.

Passo Fundo teve como intendentess, durante esse período, Pedro Lopes de Oliveira, eleito para o quadriênio (1900-1904). Lolico, como era conhecido, renunciou em 27 de junho de 1904, assumindo o vice, Afonso Caetano. A manobra possibilitou uma reeleição para 1904-1908, quando nomeou o *coronel-mor* Gervásio Annes como seu vice-intendente.

Na fase seguinte, considerada como sendo de consolidação da hegemonia borgiana (1908-1913) – durante o governo de Carlos Barbosa –, Borges permaneceu na chefia partidária e organizou, dessa forma, toda uma rede de compromissos e lealdades no interior. Em Passo Fundo, de vice-intendente Gervásio Annes passou a intendente (1908-1912). Seus substitutos foram dois: primeiro Gabriel Bastos, depois Antonino Xavier e Oliveira. Note-se que Lolico e Gervásio eram coronéis que poderiam ser considerados “fortes” em relação a poder de mobilização e persuasão. Gabriel Bastos exerceria uma influência média, se comparada a dos dois, e Antonino Xavier estava despontando, mas não chegaria a coronel, e sim obteria prestígio, no futuro, como jornalista, historiador e homem de letras.

¹⁸⁸ FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 61.

¹⁸⁹ Palácio de Barro foi o nome da sede do governo estadual, em Porto Alegre, que funcionou ali por 107 anos. Em seu local foi erigido o Palácio Piratini, inaugurado em 17 de maio de 1921, na administração Borges de Medeiros. Durante a construção, o governo foi transferido para o “Forte Apache”, local onde atualmente está o Memorial do Ministério Público.

¹⁹⁰ FÉLIX, idem, p. 69.

Quando do período denominado *hegemonia borgiana* (1913-1920), o intendente local era, novamente, o coronel Lolico (1912-1916). Fazia outra vez dupla com Gervásio Annes. As relações de poder com o Palácio de Barro estavam baseadas na concessão e reconhecimento de nomeações para cargos públicos por parte Borges de Medeiros em relação aos coronéis, e na garantia de votos favoráveis às conveniências daquele por parte desses mandões. No entanto, o sucessor de Castilhos organizou o sistema de forma a manter o mando, mesmo com tantos “nomeados” servindo aos coronéis.

Esse sistema se amparava em dispositivos legais e extralegais que permitiam sua interferência direta nos municípios. Outra estratégia para amarrar as mãos dos coronéis era o de assegurar o controle sobre parte do funcionalismo policial e jurídico e também da nomeação e subordinação de inspetores, fiscais e procuradores da Fazenda ou do setor de obras. Assim, ocupantes de cargos públicos como o de chefe de polícia de mesma vez atuavam como agentes políticos. O próprio chefe de polícia era escolhido entre membros de influência da rede de compromissos e aliados do governador¹⁹¹. Sua função era a de coordenar a manutenção da ordem pública – através do combate ao crime –, distribuir a força policial pelo estado, intermediar negociações com os coronéis locais ou de grevistas urbanos com o governo e empresariado. A ele, quatro subchefes subordinados, que exerciam uma relação mais de cooperação do que de obediência, todos devidamente sob o domínio do estado.

As aulas públicas eram outra concessão feita pelo governo aos coronéis. Nomear professores era um exercício explícito de mando e um exemplo da dinâmica do tráfico de influências que marcou o coronelismo. Gervásio Annes logrou, em 1912, a criação, em Passo Fundo, do Colégio Elementar¹⁹². Antes, apenas escolas e aulas particulares, como a de Eduardo de Brito, funcionavam na cidade. O aluguel era garantido pela municipalidade pelo prazo de um ano. Além do Colégio Elementar, Gervásio criou oito escolas municipais, contemplando a totalidade dos distritos de Passo Fundo, e com auxílio estadual fez funcionar dez aulas mistas nos subúrbios da cidade e interior dos distritos.

¹⁹¹ AXT, 2007, Op.cit., p. 107.

¹⁹² GEHM, 1892, Op.cit., p. 146. Hoje Instituto Estadual Protásio Alves, localizado na Avenida Brasil, Centro.

Para Gunter Axt, “o sonho dos coronéis era a chefia unipessoal, repetindo em escala doméstica o que Borges procurava imprimir a todo o estado”¹⁹³. No entanto, ser unânime em casa representava uma ameaça ao ser unânime no palácio. E Borges tinha conhecimento disso. Também tinha uma tática para minar lideranças por demais consolidadas à medida que fossem surgindo: atizar facções locais, de mesmo partido ou antagônicas, uma contra a outra. O enfraquecimento se dava pelo desgaste, a solução partia da autoridade maior: o governador. Reflexos de ódios locais, dessa forma, ficavam presos aos domínios da cidade, sem chegar à capital.

Contudo, no caso de Passo Fundo, com Chicuta morto em 1892 e Gervásio e Lolico agindo em concordância, a tática nada ou muito pouco poderia ser aplicada. Somente em se tratando da possibilidade de Prestes Guimarães, Amâncio de Oliveira ou outro federalista vir a preponderar. Pode-se considerar a hipótese como quase impossível, mas a sombra dela, mais o gosto pela posição consolidada e o enredamento com o governo estadual, do qual foi criada uma dependência vital, eram suficientes para manter o jugo borgiano.

O ano de 1917 viu ser empossado novamente, como intendente municipal, Pedro Lopes de Oliveira (1916-1920). Lolico escolheu, como de costume, Gervásio Annes como vice. Este veio a falecer em pleno exercício de suas funções, no dia 4 de abril de 1917. A causa de sua morte não pôde ser apurada em nenhuma das fontes, mas pode ser atribuída à idade – tinha 64 anos¹⁹⁴ – e à sua saúde: sofria de gota, doença reumatológica caracterizada pelo excesso de ácido úrico no organismo e que causa inchaço e dores nas articulações. Gervásio foi substituído por Eduardo Manoel de Araújo, nomeado para o cargo.

3.3 Ecos ideológicos: a política, a imprensa, a prática e o senso comum

Seguindo as tendências do PRR no Rio Grande do Sul, a executiva passo-fundense não tardou em aplicar táticas como a consolidação de um representante principal, responsável pela coesão entre os correligionários e pela concepção/reprodução/viabilização de políticas – Castilhos, substituído por Borges de

¹⁹³ AXT, 2007, *idem*, p. 111.

¹⁹⁴ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1910, a expectativa de vida dos homens no Brasil era de 33,4 anos. Gervásio Annes alcançou em idade quase o dobro da estimativa padrão. Ver **IBGE**, *Coleção Estatísticas do século XX*, disponível em http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_populacionais.shtml

Medeiros no estado, e Gervásio Annes, assistido por Pedro Lopes de Oliveira e substituído por Nicolau de Araújo Vergueiro em âmbito local –; a manutenção de uma rede clientelista, onde, através do tráfico de influências, seriam obtidos, em troca, votos e apoio; e a criação e uso de uma imprensa partidária e informativa, com vistas a doutrinar a partir de postulados republicanos/castilhistas, rebater críticas da oposição e informar sobre ações de governo, decisões orçamentárias, melhorias públicas e prestações de contas. Gervásio Annes, em Passo Fundo, representou, em escala menor, o papel que Castilhos teve em escala estadual e até nacional: o político atuando em diversas frentes. Ou seja, agindo nos campos da política, da sociedade, da administração e da comunicação.

Já foi demonstrado de que forma se deu essa ação, quais os mecanismos que empregou, quais as redes articulou e/ou movimentou. No entanto, ainda não se falou sobre como suas fundações proporcionaram a construção de um edifício arquitetonicamente coeso, portador de um significado legítimo. Ou seja, ainda não foi explicado o caminho que levou um sistema organizado e fechado de idéias – a ideologia positivista/castilhista – a chegar a uma universalização condizente como senso comum da sociedade de seu tempo.

Segundo John B. Thompson¹⁹⁵, essa universalização – à qual é mais acurado atribuir-se o significado de “generalização” – foi facilitada e, ainda, ressaltada por dois desenvolvimentos característicos do século XIX: a expansão da indústria do jornal e o crescimento da alfabetização. Os dois fatores são, de certa forma, interdependentes, pois a introdução no mundo da leitura e da escrita gerou consumidores para o mundo da comunicação institucional. Ou ainda, possibilitaram às pessoas as ferramentas para lerem sobre o mundo social e político e para partilharem a experiência de outros indivíduos com os quais não interagiam em sua vida diária.

Os horizontes dos indivíduos, com isso, expandiram-se; tornaram-se participantes potenciais da “esfera pública”, em que os problemas eram debatidos e as posições questionadas, ou apoiadas, através de raciocínios e argumentos. Foi no espaço aberto da esfera pública que o discurso das ideologias apareceu, constituindo sistemas organizados de crenças que ofereciam interpretações coerentes dos fenômenos sociais e políticos e que serviam para mobilizar movimentos sociais e justificar exercícios de poder¹⁹⁶.

¹⁹⁵ THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna** – Teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998 b, p. 109.

¹⁹⁶ THOMPSON, idem.

Seguindo esse raciocínio, Thompson concluiu que as ideologias propiciaram, então, marcos referenciais de sentido que viabilizaram uma orientação num mundo caracterizado por uma espécie de sentimento de “falta de fundamento”, sensação essa produzida pela destruição de estilos de vida tradicionais e pela morte de cosmovisões¹⁹⁷ religiosas e míticas.

A partir de disseminações culturais, ou *simbólicas*, nascidas da atividade da produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas, uma ideologia política como o castilhismo pôde ser canalizada como modelo de expressão. Ou, ainda, como o quis Thompson:

Na produção de formas simbólicas, os indivíduos se servem destas e de outras fontes para realizar ações que possam intervir no curso dos acontecimentos com as conseqüências mais diversas. As ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrer, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva¹⁹⁸.

A imprensa, conforme pensada pelo PRR e levada a cabo com o amparo da *planificação* ideológica do castilhismo, possibilitou orientações para a produção em larga escala e a difusão generalizada de formas simbólicas no espaço e no tempo. Estas foram assimiladas pelo senso comum, e até mesmo arraigadas nele. Por senso comum se classifica, neste caso, uma compreensão do mundo a partir de uma visão fecunda de um grupo social, que deixa como herança experiências e expectativas que continuam, mesmo após seu auge, sendo vivenciadas e mesmo esperadas.

O castilhismo, assim entendido, tornou-se *senso comum* se atribuído à expressão o sentido de tradição e autoridade de um conhecimento específico. Essa aura tende a se reproduzir mesmo na historiografia, como já foi percebido por Gunter Axt. Ele detectou a existência de um modelo explicativo mecanicista, dentro do qual – em se falando de relações de poder – foi absorvida por uma parcela expressiva de historiadores “a justificativa ideológica cerzada pelos próprios agentes do poder”¹⁹⁹.

São casos onde o pesquisador acabou se rendendo ao objeto, de forma involuntária, é verdade, uma vez que o “deslize” se deu durante o procedimento da hermenêutica. O próprio Axt explicou o fenômeno como “remissão” desses autores a

¹⁹⁷ Interessante é ressaltar a etimologia da palavra “cosmovisão”: a mesma é uma tradução do termo alemão *weltanschauung*, que significa “modo de olhar o mundo” (welt - mundo, schauen - olhar).

¹⁹⁸ THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade** – Uma teoria social da mídia. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998 a, p. 24.

¹⁹⁹ AXT, 2004, Op.cit., p. 278.

fontes oficiais ou produzidas por agentes políticos ligados ao Partido Republicano Rio-Grandense, a saber: relatórios de governo, anais da Assembléia dos Representantes (obviamente aparelhada pelo PRR), textos jornalísticos publicados em *A Federação*, etc. Segundo ele, o problema não está nas fontes, e sim na absorção que ocorreu a partir da “justificativa ideológica”, como citado anteriormente.

Como exemplo mais contundente da generalização baseada na ideologia castilhista, o historiador apontou a glorificação regionalista da prática política do PRR, identificada com o emprego da técnica – assim como pregava o positivismo castilhista – e com uma maior abertura às demandas populares, sendo menos determinada pela indistinção entre o público e o privado. Ainda dentro do que ele convencionou como “cristalização”, figura a associação dessa prática política a uma aliança com a burguesia nascente, com as classes médias e com a zona de colonização ítalo-germânica, em oposição ao esquema supostamente conservador dos liberais/federalistas, identificados com a elite estancieiro-mercantil e com as regiões da campanha e da fronteira²⁰⁰.

Com estas colocações, a identificação de um “sistema coronelista” no Rio Grande do Sul, nos mesmos moldes do que existiu no resto do Brasil mas com algumas particularidades, produziu uma fissura nesse *sensu comum*, mesmo um buraco, pelo qual se pôde observar outros fatores nunca pensados ou até refutados na historiografia. São ecos ideológicos com os quais se deve ter cuidado, tanto para que não continuem a ecoar quanto para que, se fiéis, ao menos tenham sua origem e objetivos identificados.

²⁰⁰ AXT, 2004, Op.cit., p. 278.

Considerações finais

A partir da busca pelo contexto histórico da imprensa local e pelos fatores que a levaram a ser, preponderantemente, política, ideológica, de cooptação e de defesa contra os adversários, foi possível se chegar a algumas conclusões. A primeira delas diz respeito ao conhecimento, por parte dos editores/chefes de partido, de como funcionava o mecanismo não de produção do simbólico²⁰¹ - pois este é um conceito que, mesmo podendo ser aplicado a uma análise do fenômeno, é relativamente novo, estranho ao período estudado (fins do século XIX e início do XX) –, mas sim de produção de *legitimidade*. Por este termo se entende algo fundado no direito, na razão ou na justiça.

Já foi dito por analistas da imprensa republicana sul-rio-grandense que Júlio de Castilhos, assim como todos os seguidores da vertente jornalística praticada por ele, tinha consciência da importância de um projeto político de imprensa partidária para o alcance dos fins desejados pelo PRR: a hegemonia e a manutenção no poder. Por isso essa imprensa conseguiu alcançar os resultados para os quais foi concebida, obtendo longevidade e credibilidade.

Esse conhecimento possibilitador da legitimidade ficou explícito quando do debate e definição do programa do Partido Republicano Rio-Grandense, gestado em convenções e congressos. A necessidade de um canal mais amplo de divulgação ideológica, realizado em 1894 com *A Federação* e reforçado pelas folhas republicanas que surgiram no estado após ela, era procedente, pois havia uma sistematização do caminho a ser percorrido e dos objetivos a serem alcançados.

Outra constatação permitida pelo entendimento dos mecanismos partidários e de imprensa política foi a de que existiram redes de relacionamento dentro do exercício do poder, sejam elas chamadas de *coronelismo* ou não. As realidades locais, para que funcionassem sob uma certa lógica – a da manutenção e reprodução do poder no todo –, precisavam estar controladas, pelo coronel nas localidades e pelo chefe republicano no âmbito do regional, ao qual aqueles eram subordinados. Essa colocação foi permitida com bases na própria ideologia castilhista, que, amparada no positivismo comtiano,

²⁰¹ A obra de John B. Thompson, que serviu de referência para este trabalho, aplica a teoria de “campos de interação” desenvolvida por Pierre Bourdieu à imprensa enquanto disseminadora de ideologia. Dentro desta teoria, desenvolvida na segunda metade do século XX, existe o conceito de *poder cultural ou simbólico*, que seria aquele nascido na atividade da produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas. Para mais, ver THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade** – Uma teoria social da mídia. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998 a, p. 22-24.

previa todo um aparato elitista voltado ao domínio de poucos “detentores do saber” sobre uma maioria de certa forma composta por *ignorantes*. As elites locais, subordinadas a uma elite regionais e nacionais, poderiam, como de fato o fizeram, prestar esse serviço em troca de barganhas, mas o importante é que o sistema foi bem sucedido durante longo tempo.

Ainda não se pode deixar de citar que, em âmbito local, o desejo de supremacia dos coronéis era espelhado no daquela exercida pelo dirigente-maior republicano: o da chefia unipessoal. Assim, eram repetidos em escala doméstica comportamentos “copiados” do chefe, implicando em um desejo, mesmo que camuflado, de usurpação deste. Por isso da aceitação de uma subordinação muitas vezes humilhante, como o demonstraram os relatos de Gervásio Annes: mesmo sendo resultantes da ciência de que era preciso *ordem* para que houvesse o *progresso*, a dependência – que no entendimento pessoal dos coronéis poderia ser passageira – era um elo da cadeia de poder, cuja força não necessariamente residiria para sempre no mesmo ponto.

A subordinação era vista, ainda, como um galgar degraus, mesmo que a escada não levasse a nada – e os coronéis não tinham como saber disso! No entanto, no mais das vezes, era suficiente o mando e reconhecimento local para as sedes de poder existentes. “Manter a autoridade em casa” foi, ainda, um filão identificado e explorado com maestria por Borges de Medeiros, que procurava, usando da intriga, deixar os líderes locais *ocupados* consigo mesmos, a ponto de não terem tempo para preocuparem-se em lhe oferecer ameaça, por exemplo.

No caso de Passo Fundo, especificamente, a não existência de uma imprensa antagonica – federalista – é algo significativo. Os republicanos locais, dado o funcionamento sistematizado do PRR desde sua fundação, tinham um plano a ser seguido, que determinava uma imprensa de cunho político-partidário e cujos passos para obtenção e instalação já estavam traçados, tendo sido seguidos com sucesso por outros na mesma situação. Devido ao desaparecimento dos documentos do partido, não foi possível identificar a origem dos prelos adquiridos para o *Echo da Verdade* e utilizados por seus sucessores ou pelas folhas literárias de clubes culturais apoiados por republicanos. Mas sabe-se que eram de preço alto, mesmo oneroso, o que leva a inferir que possa ter havido facilidades para sua compra.

Em se tratando dos federalistas locais e do fato de não terem montado um jornal próprio, faz-se oportuno lembrar que, até a Proclamação da República, eles possuíam o domínio incontestado na cidade. Esta “tradição federalista”, muito ilustrada por Antonino

Xavier, pode ter gerado uma acomodação embasada na ilusão de posse das simpatias da maioria na época da Primeira República. Além disso, como não se sabe a forma de obtenção pelos republicanos locais do material necessário para a montagem de uma tipografia, é possível considerar que os opositores não tivessem o capital necessário para o investimento, resolvendo as questões levantadas pelas penas do PRR com discursos e boatos. Reuniões políticas informais entre os dois lados se davam diariamente no comércio passo-fundense, sendo seu local mais comum a venda do major Lucas de Araújo, por exemplo.

Por fim, é importante reforçar o jornalismo político como campo de demonstração de superioridades. Os poucos textos remanescentes corroboraram a tese da existência de um respeito à cultura erudita do chefe – não por acaso, no interior do estado, a maioria dos jornais republicanos tinha como editor/redator político o líder do PRR local. Escrever para a folha do partido era uma honraria e uma responsabilidade que devia ser executada somente por alguém capacitado. Prova disso foi a supressão temporária de *O Gaúcho* quando da ida de Gervásio Annes para a capital, onde assumiu uma cadeira na Assembléia de Representantes. As edições só retornaram a circular em 1905, ano do fim de seu mandato. Mesmo uma dissidência teve lugar no PRR passo-fundense, agremiação que até aí, segundo as fontes que sobreviveram ao tempo, às intenções e ao descaso, aparentava ser bem coesa.

A presente pesquisa iniciou um garimpo que está longe de se extinguir. As relações de poder, quando vistas através do ideológico e do simbólico, são fonte riquíssima. As constatações possíveis por este trabalho apontam para muitas direções futuras, entre elas a que indica a necessidade de um estudo mais apurado do jornalismo enquanto suporte interdisciplinar para a história, por exemplo. A idéia que se tem é de que a jornada apenas começou.

Fontes consultadas em arquivos e acervos

ANNES, Gervásio Lucas. **Mensagem apresentada ao Conselho Municipal**. Passo Fundo: Oficinas Typographicas d'O Gaúcho, 1909.

ANNES, Gervásio Lucas. **Mensagem apresentada ao Conselho Municipal**. Passo Fundo: Oficinas Typographicas d'O Gaúcho, 1910.

ANNES, Gervásio Lucas. **Mensagem apresentada ao Conselho Municipal**. Passo Fundo: A Minerva, 1912.

BRASIL, Assis, e outros (orgs.). **Manifesto do presidente da República Rio-Grandense em nome de seus constituintes** – Commemoração do 46º aniversário da Revolução Rio-Grandense. (Edição publicada pelos estudantes rio-grandenses republicanos da Faculdade de Direito de São Paulo). Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1881.

Jornais:

A Federação, Porto Alegre – 1889, novembro – 1917, maio. Pesquisa realizada no acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria – RS.

A Reforma, Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande – 1890 – 1892. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria – RS.

O Gaúcho, Passo Fundo, exemplares nº. 17, de 1900 (data ilegível); nº. 3, de 11 de agosto de 1905; e nº. 46, de 23 de novembro de 1913. Parte do Acervo do Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo.

O Nacional, Passo Fundo, exemplar nº. 8.500, de 31 de janeiro de 1957. Acervo do Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo.

A REPÚBLICA. **Manifesto Republicano de 1870**. Disponível em <http://www.webhistoria.com.br/manifrepub.html> Acesso em 03/09/2007.

Bancos de dados e páginas da Internet:

ANNES, Alceu. **CIGLA** – Compêndio Ilustrado da Genealogia Lucas Annes. 2005. Disponível em <http://br.geocities.com/alceuannes/index.html> Acesso em 05/08/2007.

Banco de dados do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre – RS.

Grande Oriente do Brasil (**GOB**). Disponível em <http://www2.gob.org.br/> Acesso em 22/07/2008.

IBGE. *Coleção Estatísticas do século XX.* Disponível em
http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_populacionais.shtm Acesso em
26/07/2008.

Correspondência eletrônica trocada com Alceu Annes.

Bibliografia

ALVES, Francisco das Neves. *A Imprensa*. In BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coords.). PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (dirs.). **Coleção História do Rio Grande do Sul**. Vol. 2 – Império. Passo Fundo: Méritos, 2006.

AXT, Gunter. *Coronelismo indomável: especificidades do sistema coronelista no Rio Grande do Sul (1890-1930)*. In MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (orgs.). **As múltiplas dimensões da política e da narrativa**. Franca: UNESP, 2003/Olho D'água, 2004.

AXT, Gunter. *Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder*. In BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coords.). RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dirs.). **Coleção História do Rio Grande do Sul**. Vol. 3 – República – República Velha (1889-1930). Tomo I. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BERTOL, Sônia; FROSI, Fabíola. *O surgimento da mídia impressa no município de Passo Fundo/RS – os primeiros 50 anos*. In **Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional São Bernardo**. Ano 1. Vol. nº. 1. Janeiro/julho 2004. Acesso em 8/10/2006. Disponível em www.mwtodista.br/unesco/GCSB/index.htm

BERTOL, Sônia; FROSI, Fabíola. *O surgimento da mídia impressa no município de Passo Fundo: os primeiros 50 anos*. Artigo revisado e ampliado. In BATISTELLA, Alessandro (org.). **Passo Fundo, sua história**. Vol. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BRESCIANI, Maria Stella. *Brasil: liberalismo, republicanismo e cidadania*. In SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA, Márcia R. Capelari & CAMILOTTI, Virgínia C. (orgs.). **República, Liberalismo, Cidadania**. Piracicaba: Editora Unimep, 2003.

BURKE, Peter. *Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro*. In BURKE, Peter (org.). **A escrita da História – novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CÂNEPA, Mercedes. **Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945 -1965)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *História do poder, história política*. **Estudos ibero-americanos**. Porto Alegre, v. XXIII, p. 123-141, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Dos governos militares a Prudente – Campos Sales*. In FAUSTO, Boris (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Tomo III, 1º vol. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem – A elite política imperial**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas** – O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

COLUSSI, Eliane Lucia. **A maçonaria gaúcha no século XIX**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva** – Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

COMTE, Auguste. **Discurso sobre o Espírito Positivo**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República** – momentos decisivos. 6ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

D'ÁVILA, Ney Eduardo Possap. **Passo Fundo** – Terra de passagem. Passo Fundo: Berthier, 1996.

DIEHL, Astor Antônio (org.). **Passo Fundo** – Uma história, várias questões. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DORNELLES, Beatriz. **Trajatória da Imprensa Gaúcha**. Disponível em http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/monografia4_a.htm Acesso em 08/10/2006.

FALCON, Francisco. *História e poder*. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FÉLIX, Loiva Otero. *A sistemática da distribuição regional do poder no RS na I República*. In **Estudos Leopoldenses**, vol. 32. nº. 146, março-abril, 1996, p. 89-99.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FÉLIX, Loiva Otero. *Política, poder e justiça: violência e criminalidade sob os coronéis no “Caso Creso”*. In BATISTELLA, Alessandro (org.). **Passo Fundo, sua história**. Vol. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007.

FERREIRA, Mariluci Mello. *A trajetória política de Prestes Guimarães*. **Cadernos Temáticos de Cultura e História**. Passo Fundo: Ediupf e CPH/RS, 1998.

FONSECA, Pedro C. Dutra. **RS: Economia & conflitos políticos na República Velha.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época.** 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

FRANCO, Sérgio da Costa. *O Partido Federalista.* In BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coords.). RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dirs.). **Coleção História do Rio Grande do Sul.** Vol. 3 – República – República Velha (1889-1930). Tomo I. Passo Fundo: Méritos, 2007.

GHEM, Delma Rosendo. **Passo Fundo através do tempo – Histórico e administrativo.** Vol. 1. Passo Fundo: Multigraf, 1978.

GEHM, Delma Rosendo. **Passo Fundo através do tempo – Fatos, usos, costumes, valores.** Vol. 2. Passo Fundo: Diário da Manhã Gráfica e Editora, 1982a.

GEHM, Delma Rosendo. **Passo Fundo através do tempo – Enfoques Gerais.** Vol. 3. Passo Fundo: Prefeitura Municipal/Sub-Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul, 1982b.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *A “Estância de São Pedro” – concepções de política e sociedade no Rio Grande do Sul.* In RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). **RS: 200 anos – definindo espaços na história nacional.** Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Ferreira Prestes. **A Revolução Federalista em Cima da Serra – 1892-1895.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

HOHLFELDT, Antonio. *A imprensa (1870-1930).* In BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coords.). RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dirs.) **Coleção História do Rio Grande do Sul.** Vol. 3 – República – República Velha (1889-1930). Tomo II. Passo Fundo: Méritos, 2007.

JULLIARD, Jacques. *A política.* In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). **História, novas abordagens.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LECH, Osvandré; CZAMANSKI, Deoclides; CZAMANSKI, Ronaldo. **Passo Fundo – memória e fotografia.** Passo Fundo: Pe. Berthier Gráfica e Editora, 1999.

LEVI, Giovanni. *Usos da biografia.* In AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LOVE, Joseph. *Um segmento da elite política brasileira em perspectiva comparativa.* In **A Revolução de 30 – Seminário Internacional CPDOC/FAV.** Brasília: Editora da UnB, 1983.

LOVE, Joseph; WIRTH, John & LEVINE, Robert. *O poder dos estados: análise regional – O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha.* In FAUSTO, Boris (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil**

republicano: Estrutura de poder e economia (1889-1930). Tomo III, 1º vol. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1985.

MAESTRI, Mário. **A República Velha** – Desenvolvimento, consolidação e crise do capitalismo regional – 1889-1930. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

MIGLIORANZA, Cristiane. *As elites passo-fundenses e sua relação com o poder após a proclamação da República: 1889 – 1893*. In **Anais do II Seminário de História Regional da Universidade de Passo Fundo**, 2007. Disponível em <http://2shr.clio.pro.br/>

MONTEIRO, Paulo. **Combates da revolução federalista em Passo Fundo**. Passo Fundo: Berthier, 2006.

NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santana Rodrigues. **Vultos da História de Passo Fundo**. Passo Fundo: Pe. Berthier, 1995.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. **Annaes do Município do Passo Fundo** – Aspecto geográfico. Vol. 1. Coord. por Marília Mattos e outros. Passo Fundo: Gráfica e Editora Universidade de Passo Fundo, 1990a.

OLIVEIRA, Antonino Xavier e. **Annaes do Município de Passo Fundo** – Aspecto Histórico. Vol. 2. Coord. por Marília Mattos e outros. Passo Fundo: Gráfica e Editora da Universidade de Passo Fundo, 1990b.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. **Annaes do Município do Passo Fundo** – Cultural. Vol. 3. Coord. por Marília Mattos e outros. Passo Fundo: Gráfica e Editora Universidade de Passo Fundo, 1990c.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. *Conservadorismo na tradição liberal: Movimento Republicano (1870-1889)*. In BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coords.). PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (dirs.). **Coleção História do Rio Grande do Sul**. Vol. 2 – Império. Passo Fundo: Méritos, 2006.

PARIZZI, Marilda Kirst. **Passo Fundo, sua história e evolução**. Passo Fundo: Gráfica e Editora Berthier, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PIMENTEL, Rodrigo (org.). *Páginas da nossa história* – Comentários sobre a História Política de Passo Fundo, Galeria de Administradores e Legisladores. Passo Fundo: **Caderno Especial do Jornal Tropeiro dos Pampas**, 1999.

PIMENTEL, Rodrigo. **Passo Fundo: muitas histórias, uma versão**. Passo Fundo: Clio Livros, 2005.

PINTO, Celi Regina J. **Positivismo** – um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *A construção do Rio Grande do Sul republicano - a variável internacional*. In RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). **RS: 200 anos** – definindo espaços na história nacional. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. **A diplomacia marginal** – vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904). Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

RÈMOND, René. *Do político*. In RÈMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Uerj/FGV, 1996.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo**: uma filosofia da República. Brasília: Senado Federal, 2000.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *O castilhismo e as outras ideologias*. In BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coords.). RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dirs.). **Coleção História do Rio Grande do Sul**. Vol. 3 – República – República Velha (1889-1930). Tomo I. Passo Fundo: Méritos, 2007.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 15, n.30, 1995.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

SIRINELLI, J.F. *El retorno de lo político*. **História Contemporânea**. Bilbao, v.9, p. 25-36, 1993.

SOARES, Mozart Pereira. **O positivismo no Brasil**: 200 anos de Augusto Comte. Porto Alegre: Editora da UFRGS e AGE Editora, 1998.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho** – Uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade** – Uma teoria social da mídia. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998 a.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna** – Teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998 b.

TRINDADE, H.; NOLL, I. **Rio Grande da América do Sul**: partidos e eleições (1823-1990). Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 1991.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas*. **Lócus**. Juiz de Fora, v.3, nº. 1, 1994.

WEBER, Max. **Ciência e Política** – duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1968.

WEISNTEIN, Bárbara. *Regional vs. National history: rethinking categories from a comparative perspective*. **Territórios e Fronteiras**. UFMT, v.4, nº. 1, jan-jun 2003.